





**RELATÓRIO E CONTAS
REPORT AND ACCOUNTS**

2016

APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL
A 30 DE MARÇO DE 2017
APPROVED AT THE GENERAL MEETING HELD
ON 30 MARCH 2017

Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2, 12.º - 1070-102 Lisboa - Portugal
Capital Social: 20.000.000 Euros - Pessoa Colectiva n.º 501 845 208
Matriculada no Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

ÍNDICE	Relatório do Conselho de Administração	3
CONTENTS	<i>Report of the Board of Directors</i>	4
	Relatório do Governo Societário	13
	<i>Corporate Governance Report</i>	14
	Anexo I - Política de Remunerações dos Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas	21
	<i>Annex I - Remuneration Policy for Members of the Board of Directors, the Supervisory Board and the Official Auditor</i>	22
	Anexo II - Política de Remuneração dos Diretores de Topo e dos Colaboradores que desempenham Funções-Chave	29
	<i>Annex II - Remuneration Policy for Senior Directors and Key Function Holders</i>	30
	Demonstrações Financeiras em 2016	39
	<i>Financial Statements in 2016</i>	39
	Demonstração de Ganhos e Perdas	40
	<i>Statement of Account</i>	40
	Demonstração da Posição Financeira	42
	<i>Statement of Net Worth</i>	42
	Demonstração de Alterações do Capital Próprio	44
	<i>Statement of Changes in Equity</i>	44
	Demonstração do Rendimento Integral	46
	<i>Statement of Comprehensive Income</i>	46
	Demonstração de Fluxos de Caixa	47
	<i>Statement of Cash Flows</i>	47
	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	48
	<i>Inventory of Investments and Financial Instruments</i>	48
	Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	54
	<i>Provision for Claims filed in previous financial years and their readjustments (corrections)</i>	54
	Notas Explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras	55
	<i>Explanatory Notes to the Financial Statements, and an integral part of the same</i>	56
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	151
	<i>Report and Opinion of the Supervisory Board</i>	152
	Certificação Legal de Contas	155
	<i>Legal Ratification of Accounts</i>	156

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação o Relatório e as Contas da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao trigésimo exercício de actividade, findo em 31 de Dezembro de 2016.

1. Introdução

Num contexto de fraco crescimento económico e da persistência de taxas de juro praticamente nulas, a Lusitania Vida registou em 2016 um crescimento de 17% num período em que o mercado segurador apresentou uma quebra no Ramo Vida de 23,3%. Os prémios processados atingiram, no final do exercício, 162,2 milhões de euros, situando a Companhia na 8ª posição do ranking das seguradoras Vida que operam em Portugal.

Uma rigorosa gestão técnica, administrativa e financeira, a par de uma estrutura ligeira e qualificada tem permitido que a Lusitania Vida venha obtendo, ano após ano, níveis de produtividade e rendibilidade acima da média do mercado. A aludida rendibilidade tem possibilitado remunerar o capital, muito acima da taxa de inflação e disponibilizar produtos de poupança muito atractivos aos segurados.

Este exercício fica ainda assinalado pela entrada em vigor do regime europeu Solvência II, cumprindo salientar que a Lusitania Vida satisfaz, integralmente, os requisitos e rácios de cobertura exigidos. Concretizando, a Companhia tinha em 1 de Janeiro (day one), em Solvência II, uma cobertura de 112% sem recurso a qualquer medida de transição e de 167% com a medida de transição aplicada às provisões técnicas, valores que comprovam a sua solidez financeira.

Complementarmente, menciona-se que a protecção em resseguro, continua garantida pelos maiores e mais importantes resseguradores europeus, a saber: Swiss Re, Munchener, Scor, Axa-Partners e pela resseguradora americana RGA. A estabilidade da parceria nas protecções em resseguro e a sua adequada dispersão constitui, também, um dos princípios da repartição de risco que tem sido criteriosamente seguido desde a fundação da Companhia.

Há ainda a destacar, que a produção oriunda do canal de mediação atingiu 65 % do valor total, facto bem revelador não só da excelente aceitação dos produtos que a Companhia disponibiliza mas também da estabilização e fidelização da rede de mediação.

Salienta-se ainda, a elevadíssima percentagem de renovação de contratos - superior a 90% - o que constitui um forte indicador do grau de satisfação dos clientes e da qualidade da prestação de serviços.

Em Dezembro de 2016, a Lusitania Vida adquiriu a carteira dos seguros de Vida associados ao crédito à habitação da Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

2. Enquadramento Macroeconómico

O crescimento económico mundial em 2016 registou um ligeiro aumento, muito suportado pelo crescimento da economia americana e pela ligeira recuperação registada na economia europeia.

O preço das matérias primas, designadamente o petróleo, mantiveram-se em níveis baixos relativamente a valores anteriores a 2014, sem que contudo tenham impulsionado o comércio internacional. Manteve-se a desaceleração do crescimento nas economias emergentes e nos países em vias de desenvolvimento, factor que continua a influenciar o reduzido crescimento da sua riqueza.

Prevê-se que o PIB da zona euro tenha crescido 1,5% em 2016, enquanto Portugal

**REPORT OF
THE BOARD OF
DIRECTORS**

Dear Shareholders,

Pursuant to legislation and the company's statutes, we hereby submit for the appraisal of the General Meeting the Report and Accounts of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. for its thirtieth business year, ending at 31 December 2016.

1. Introduction

Against a background of low economic growth and with interest rates remaining practically at zero, Lusitania Vida achieved growth of 17% in 2016, a year in which the insurance market suffered a fall of 23.3% in the Life Sector. Premiums processed amounted to 162.2 million euros at the close of the financial year, ranking the company in 8th. position among Life insurers trading in Portugal.

Strict technical, administrative and financial management, together with a streamlined, qualified structure, have resulted, year on year, in Lusitania Vida achieving productivity and profitability levels above market average. This profitability has allowed the company to remunerate capital, well above the inflation rate, and to provide savings products that are highly attractive to policy holders.

The financial year also saw the European Solvency II regime come into force, with Lusitania Vida fully meeting requirements and coverage ratios demanded. More specifically, on 1 January (day one) under Solvency II, the company had a cover of 112% without using any transition measure, and 167% with the transition measure applied to technical provisions, figures that are proof of the company's financial stability.

In addition, reinsurance protection is still guaranteed by the biggest and most important European reinsurers: Swiss Re, Munichener, Scor, Axa-Partners and by the American reinsurer RGA. Partnership stability in reinsurance protection and its adequate spread is also one of the risk-spreading principles the company has carefully applied since it first began trading.

Furthermore, brokerage channel production amounted to 65% of total value, revealing not only how attractive the company's products are but also the stability and loyalty of the brokerage network.

Important also is the very high percentage of contract renewals - over 90% - and a sure indicator of customer satisfaction and quality of service.

In December 2016, Lusitania Vida took over the Life insurance portfolio associated with home loans provided by Finibanco Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

2. Macroeconomic Background

The world economy grew slightly in 2016, greatly backed by growth in the American economy and by the slight recovery in the European economy.

The price of raw materials, particularly oil, remained low compared to pre-2014 prices, although they did drive international trade. Growth in the emerging economies and in the developing countries continued to stall, with a consequent impact on the slow growth of their wealth.

GDP in the Euro zone is predicted to have grown 1.5% in 2016, while in Portugal GDP grew 1.4% according to the National Statistics Institute (INE). Portuguese public debt is likely to be around 2.1% of GDP, the lowest in the past forty years, which, if confirmed, could remove Portugal from the excessive deficit procedure.

An economic growth policy based on domestic demand, an increase in net exports and

deve registar um crescimento de 1,4% em conformidade com os dados do INE. O défice público português deve situar-se em 2,1% do PIB, o nível mais baixo dos últimos quarenta anos, o que a confirmar-se poderá vir a retirar Portugal do procedimento de défice excessivo.

A política de crescimento económico baseada na procura interna, o aumento das exportações líquidas e a queda do preço do petróleo, contribuíram decisivamente para a melhoria dos rácios económicos e da taxa de desemprego, taxa que voltou a reduzir ligeiramente para 10,2%.

3. Mercado Segurador

O mercado segurador nacional continuou a sofrer o impacto da adversa conjuntura económica e financeira, registando no seu conjunto um decréscimo da receita de 14,4% relativamente ao ano precedente.

O volume de prémios atingiu 10,8 mil milhões de euros, correspondendo ao Ramo Vida 6,6 mil milhões, que registou, como se referiu, uma quebra de 23,3%, enquanto os Ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 4,9%, totalizando os prémios 4,2 mil milhões de euros.

4. A Lusitania Vida em 2016

Os indicadores económicos e financeiros que a seguir se apresentam evidenciam a evolução registada no negócio face ao exercício de 2016, onde se constata a redução do rendimento e sua consequência nos rácios de rentabilidade, resultante das baixas taxas de juro:

	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO
(Milhares de Euro)			
RECEITA	162.190	138.572	17,04%
BALANÇO			
Activo Líquido	603.638	559.081	7,97%
Investimento	575.412	524.532	9,70%
Capital Próprio	63.623	63.487	0,21%
Provisões Técnicas	131.031	134.303	-2,44%
Passivos Financeiros de Contratos de Investimento	381.144	335.783	13,51%
Passivos Subordinados	10.000	10.000	0%
CONTA DE GANHOS E PERDAS			
Rendimentos	19.277	21.890	-11,94%
Custos com Sinistros Líquidos Resseguro	25.911	85.553	-69,71%
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	8.824	7.025	25,60%
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros	-12.184	-10.110	-20,52%
Perdas por Imparidades	185	1.515	-87,80%
Resultado Líquido	2.850	3.461	-17,64%
RENDIBILIDADE			
Resultado Líquido/Capital Próprio	4,48%	5,5%	-1.02 p.p.
Resultado Líquido/Activo Líquido	0,47%	0,62%	-0.15 p.p.
PRODUTIVIDADE			
N.º de Contratos/N.º de Trabalhadores (unid.)	2.929	2.795	4,78%
Activo Líquido/N.º de Trabalhadores (milhares de euro)	20.121	18.636	7,97%
N.º de Trabalhadores	30	30	+0,0%
OUTROS DADOS			
Rentabilidade do Investimento	3,12%	4,03%	-0.91 p.p.
Cobertura de Provisão	100,6%	101,3%	-0.70 p.p.
SOLVÊNCIA			
Taxa de Cobertura	149,2%	167,6%	-18.40 p.p.

the fall in the price of oil, were a decisive contribution to improving economic margins and the unemployment rate, which dropped again slightly to 10.2%,

3. Insurance Market

The national insurance market continued to suffer the impact of the adverse economic and financial situation, and as a whole returns fell by 14.4% compared to 2015.

Premiums amounted to 10.8 thousand million euros, the Life Sector accounting for 6.6 thousand million, which, as mentioned above, fell 23.3%, while the Non-Life Sectors rose by 4.9%, with premiums totalling 4.2 thousand million euros.

4. Lusitania Vida in 2016

The economic and financial indicators shown below are evidence of how the business adjusted to the 2016 financial year, which saw a fall in income and the effect of this on profit margins, as a result of low interest rates:

(Thousands of Euro)

	31/12/2016	31/12/2015	VARIATION
REVENUE	162.190	138.572	17,04%
BALANCE			
Net Assets	603.638	559.081	7,97%
Investment	575.412	524.532	9,70%
Equity	63.623	63.487	0,21%
Technical Provisions	131.031	134.303	-2,44%
Financial Liabilities on Investments Contracts	381.144	335.783	13,51%
Subordinated Liabilities	10,000	10,000	0%
PROFIT AND LOSS ACCOUNT			
Income	19.277	21.890	-11,94%
Claims Costs Net of Reinsurance	25.911	85.553	-69,71%
Net Running Costs and Losses	8.824	7.025	25,60%
Net Gains from Financial Assets & Liabilities	-12.184	-10.110	-20,52%
Losses due to Impairment	185	1.515	-87,80%
Net Result	2.850	3.461	-17,64%
PROFITABILITY			
Net Profit/Equity	4,48%	5,5%	-1.02 p.p.
Net Profit/Net Assets	0,47%	0,62%	-0.15 p.p.
PRODUCTIVITY			
No. Ins. Policies/No. of Workers (unit)	2.929	2.795	4,78%
Net Assets/No. of Workers (thousands of euro)	20.121	18.636	7,97%
N.º of Workers	30	30	+0,0%
OTHER DATA			
Returns on Investment	3,12%	4,03%	-0.91 p.p.
Cover for Provision	100,6%	101,3%	-0.70 p.p.
SOLVENCY			
Rate of Cover	149,2%	167,6%	-18.40 p.p.

5. Production

Contrary to the market, Lusitania Vida's direct insurance production grew by 17% in 2016, totalling 162.190 thousand euros in the period in which the market fell 23.3%.

Production through the brokerage channel amounted to 106 million euros, an increase of 23% against 2015, and the banking channel rose 7.6% to total 56 million euros, still a significant amount in the current situation and for the size of the company.

5. Produção

Em contraciclo com o mercado, a produção de seguro directo da Lusitania Vida, como se indicou, regista em 2016 um crescimento de 17%, atingindo os 162.190 milhares de euros num período em que o mercado recuou 23,3%.

A produção oriunda do canal de mediação atingiu os 106 milhões de euros, valor que corresponde a um aumento de 23%, comparativamente ao ano anterior, e o canal bancário cresceu 7,6% tendo atingido os 56 milhões de euros, valor, contudo, muito expressivo para a actual conjuntura e dimensão da Companhia.

Apraz-nos registar o forte crescimento da produção da rede de mediadores, resultante quer do desenvolvimento da própria rede, quer da sua fidelização mas, sobretudo, da sua identificação com o modo de trabalhar da Companhia, como repetidamente nos é aferido nas reuniões de trabalho que regularmente são organizadas.

Com o crescimento verificado, a Lusitania Vida subiu quatro posições no ranking de produção das seguradoras Vida, tendo atingido a 8ª posição.

6. Exploração Técnica

Atendendo ao enunciado crescimento, o valor da provisão matemática registou um aumento de 43,5 milhões de euros e, naturalmente, o mesmo ocorreu com as despesas de aquisição, que se fixaram em 8,5 milhões de euros.

As indemnizações totalizaram 119,3 milhões de euros, valor inferior em 41,5% em relação ao exercício anterior, facto que resulta de, em 2016, terem ocorrido menos vencimentos, mas também um menor número de resgates.

O resultado do resseguro cedido foi de 953 milhares de euros, favorável aos nossos resseguradores, em consequência dos bons resultados técnicos.

7. Exploração Financeira

A persistência das taxas de juro praticamente nulas e a instabilidade dos mercados financeiros, tem condicionado a gestão financeira a qual, como repetidamente se tem publicitado, privilegia, pela ordem indicada, a conjugação da segurança com a liquidez e a rendibilidade. No final do exercício os depósitos a prazo totalizaram 65 milhões de euros quer em resultado da ausência de aplicações que satisfizessem o mencionado critério, mas principalmente por corresponder a um grande volume de prémios encaixados no final do exercício.

Em face do que se deixa dito, e não obstante o investimento ter aumentado em 2016, os rendimentos sofreram um decréscimo de 2,6 milhões de euros comparativamente com o exercício precedente. O investimento total aumentou 9,7% atingindo 575,4 milhões de euros e o activo líquido aumentou 7,97%, totalizando, no final do exercício, 603,6 milhões de euros.

Os gastos por natureza tiveram um ligeiríssimo acréscimo de 0,2% totalizando 4.105 milhares de euros.

Os custos com o pessoal, incluídos nos gastos por natureza, sofreram um ligeiro aumento em consequência da alteração da política de remunerações. Nesta rubrica, à semelhança de anos anteriores, encontra-se prevista uma verba de 165.000 euros para participação nos resultados a distribuir aos trabalhadores.

8. Recursos Humanos

Durante o ano de 2016 foram admitidos dois novos trabalhadores para

We are pleased to note strong production growth in the brokerage network, resulting both from the development of the actual network and its loyalty, but above all its alignment with the way in which the company works, something we detect repeatedly in our regular working meetings.

The growth described above drove Lusitania Vida up four places in the production ranking of Life insurers to reach 8th. place.

6. Technical Operations

In view of this growth, the mathematical provision rose by 43.5 million euros, accompanied naturally by a rise in acquisition costs that settled at 8.5 million euros.

Total compensation amounted to 119.3 million euros, 41.5% lower than 2015, as a result of fewer maturities in 2016, as well as fewer redemptions.

The result of outward reinsurance was 953 thousand euros, to the benefit of our reinsurers, as a result of good technical results.

7. Financial Operations

Interest rates persisting at close to zero and unstable financial markets have shaped financial management, which, as repeatedly publicised, promotes a combination of security with liquidity and profitability, in that order. At year-end term deposits amounted to 65 million euros either as a result of an absence of applications that meet the said criteria or, and above all, to the large volume of premiums in portfolio at year-end.

In view of this, and despite investment having risen in 2016, returns suffered a drop of 2.6 million euros compared to 2015. Total investment increased 9.7% to reach 575.4 million euros and net assets rose 7.97%, at year-end to total 603.6 million euros.

Costs according to type increased slightly by 0.2% to total 4.105 thousand euros.

Personnel costs, included under costs per type, increased slightly due to a change in salaries policy. Under this heading, similar to previous years, the sum of 165,000 euros is planned for profit sharing to be distributed to workers.

8. Human Resources

Two new employees were hired in 2016 to replace two that stopped working, maintaining employee numbers unchanged with a total of 30 employees, the same as in 2015.

In 2016 employees attended seminars and training courses covering a total of 136 training hours on a variety of subjects, such as reinsurance, longevity, money laundering and funding terrorism, insurance legislation and other matters related to streamlining operations.

9. Risk Management and Internal Control

With the new Solvency II regime coming into force, Solvency Capital Requirement (SCR) was calculated on 1 January 2016 (day one) and eligible equity determined for this purpose, the coverage margin being 112.4%.

For greater coverage security the company requested ASF for the use of one of the transition measures for technical provisions, which meant the coverage margin could be raised to 167.6% at the start of the year.

The SCR is calculated using a standard formula, by measuring the different risks, weighted by the effect of diversification.

substituição de igual número que cessaram funções, manteve-se assim inalterado o quadro de pessoal que totaliza 30 trabalhadores tal como se verificava no exercício anterior.

Em 2016 os trabalhadores participaram em seminários e acções de formação num total de 136 horas, sobre temas diversos, designadamente, de resseguro, longevidade, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, direito dos seguros e outras matérias relacionadas com o aperfeiçoamento operacional.

9. Gestão de Riscos e Controlo Interno

Com a entrada em vigor do novo regime Solvência II foi calculado, relativamente a 1 de Janeiro de 2016 (day one), o capital de Solvência (SCR) e fixados os fundos próprios elegíveis para o efeito, sendo o rácio de cobertura apurado de 112,4%.

Para maior segurança da sua cobertura a Companhia requereu à ASF a utilização de uma das medidas de transição, a relativa às provisões técnicas, circunstância que lhe permitiu elevar a cobertura da margem para 167,6% no início do ano.

O apuramento do SCR é feito através da formula standard, pela mensuração dos diversos riscos, ponderado pelo efeito de diversificação.

A nível do controlo interno e em resultado de uma rigorosa auditoria interna realizada no primeiro semestre do ano, a Companhia encontra-se a actualizar alguns dos seus procedimentos nas áreas técnica e financeira, tendo procedido também à alteração do manual de procedimentos do branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo e aperfeiçoado o seu controlo, conforme recomendações da ASF.

10. Fundos de Pensões

A Lusitania Vida, durante o ano de 2016, continuou a gerir seis fundos de pensões.

Durante o exercício de 2016 foram pagas pensões no montante total de 695 milhares de euros e recebidas contribuições no valor de 457 milhares de euros.

O valor dos activos dos fundos em gestão, atingiu no final do ano o montante de 27.056 milhares de euros.

11. Solvência II

O Capital de solvência (SCR) apurado no final do quarto trimestre de 2016 foi de 51.561 milhares de euros, sendo que os fundos próprios elegíveis nessa data totalizavam 76.927 milhares de euros, o que representa uma taxa de cobertura de 149,2%.

O risco intangível resultante da aquisição do negócio do Finibanco Vida aumentou o SCR em cerca de 4.500 milhares de euros, reduzindo, assim, a taxa de cobertura comparativamente com a apurada em Janeiro.

12. Resultados do Exercício

O resultado bruto apurado no final do exercício de 2016 foi de 3.793.865,03 euros o qual, deduzido do imposto sobre o rendimento, no valor estimado de 943.566,96 euros, conduziu ao resultado líquido de 2.850.298,07 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva Legal (10% do resultado do exercício)	285.029 ,81 Euros
Dividendos (1,75 euros/acção)	1.400.000,00 Euros
Reserva Livre	1.165.268,26 Euros
Total	2.850.298,07 Euros

As a result of thorough internal auditing in the first half of the year, the company's internal control is now adjusting some of its technical and financial procedures. The company has also amended the procedures manual where it deals with money laundering and funding for terrorism in order to streamline control of these procedures, as recommended by the ASF.

10. Pension Funds

Lusitania Vida continued to manage six pension funds in 2016.

In 2016, pensions paid out amounted to a total of 695 thousand euros, with contributions paid in during the year amounting to 457 thousand euros.

The value of assets in managed funds amounted to 27.056 thousand euros at year-end.

11. Solvency II

Solvency Capital Requirement (SCR) calculated at the close of the fourth quarter of 2016 was 51.561 thousand euros, while eligible equity on this date totalled 76.927 thousand euros, a coverage rate of 149.2%.

The intangible risk resulting from the acquisition of the Finibanco Vida business increased SCR by around 4.500 thousand euros, thus reducing the coverage rate compared to that calculated in January.

12. Profit for the year

Gross year-end results for the 2016 financial year amounted to 3,793,865.03 euros, which, net of income tax, amounts to the estimated sum of 943,566.96 euros, resulting in a net profit of 2,850,298.07 euros, for which the following distribution is proposed:

Legal Reserve (10% of profit for the year)	285.029,81 Euros
Dividends (1.75 euros/share)	1.400.000,00 Euros
Free Reserve	1.165.268,26 Euros
Total	2.850.298,07 Euros

13. 2017 Goals

The new Solvency II regime demands that companies provide a considerable amount of information to the Authority for the Supervision of Insurance and Pension Funds and to the market. With a view to improving the efficiency of our services, a qualified person will be hired in 2017 to improve the company's capacity to respond to legal and regulatory demands.

With interest rates continuing at minimum levels, a slight fall in production is forecast for 2017.

14. Conclusions

The Board of Directors would like to thank all those clients who honour us with their loyalty and trust, the brokers and all those working with us outside the company and our employees who, with their competence and dedication, have all contributed decisively towards achieving this result.

We would like also to thank the following for their collaboration and support:

- The Supervisory Authority for Insurance and Pension Funds;
- The Portuguese Association of Insurers and APROSE - the National Association of Agents and Insurance Brokers ;

13. Objectivos para 2017

O novo regime Solvência II impõe às Companhias um elevado volume de informação a prestar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e ao mercado. Com vista a melhorar a eficiência nos seus serviços, foi previsto para 2017 a admissão de um colaborador qualificado, por forma a dotar a Companhia de maior capacidade de resposta às exigências legais e regulamentares.

Com a manutenção das taxas de juro em valores mínimos, prevê-se para 2017 uma ligeira quebra na produção.

14. Conclusões

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os clientes que nos honram com a sua confiança e preferência, aos mediadores, aos colaboradores externos e aos trabalhadores que, com a sua competência e dedicação contribuíram decisivamente para o resultado alcançado.

Agradecemos, igualmente, a colaboração e apoio recebidos das seguintes entidades:

- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Associação Portuguesa de Seguradores e APROSE-Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros;
- Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas;
- Administrações e Trabalhadores de todas as Empresas do Grupo.

Ao concluir o trigésimo exercício, é com a consciência do dever cumprido que expressamos os nossos agradecimentos aos senhores accionistas, pelo apoio que sempre nos dispensaram, na certeza de que o rumo seguido com o aludido apoio, contribuiu decisivamente para a estabilização dos resultados em nível elevado, resultados que constituem a garantia de um futuro promissor para a empresa e contribuem para a sua afirmação num mercado fortemente concorrencial.

Lisboa, 1 de Março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo José da Silva Farinha
PRESIDENTE

Fernando Dias Nogueira
ADMINISTRADOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
ADMINISTRADORA DELEGADA

- *The General Meeting, the Auditors and the Official Auditor;*
- *The Administrations and Workers of all Companies in the Group.*

In completing our thirtieth financial year, aware that our duty has been done, we would like to express our thanks to our Shareholders for the support they have always shown us, certain that the course followed with that same support has contributed decisively to stabilising profits at a high level, profits that guarantee a promising future for the company and contribute to positioning it soundly on a highly competitive market.

Lisbon, 1 March 2017

THE BOARD OF DIRECTORS

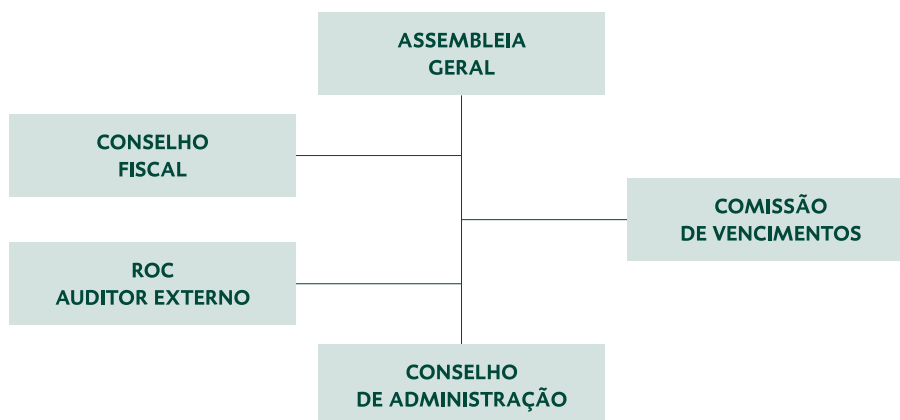
Eduardo José da Silva Farinha
CHAIRMAN

Fernando Dias Nogueira
DIRECTOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
MANAGING DIRECTOR

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários a gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Actualmente o Conselho de Administração eleito para o quadriénio 2016/2019 é composto por três administradores, sendo um deles Presidente e outro administrador delegado.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização dos actos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos, sendo dois independentes e por um suplente e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma comissão composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos accionistas, podendo ser reelegíveis.

2. Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: *Vítor José Melicias Lopes*

Vice-Presidente: *Eduardo Augusto Henriques Martins*

Secretário: *António Pedro de Sá Alves Sameiro*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

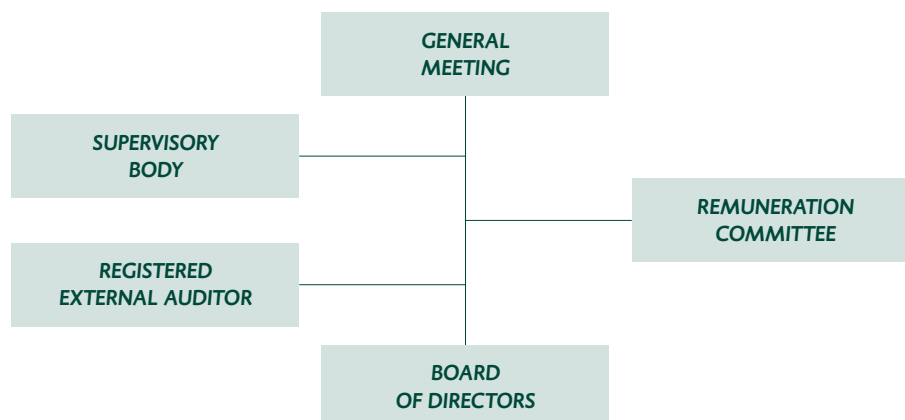
Presidente: *Eduardo José da Silva Farinha*

Administrador: *Fernando Dias Nogueira*

Administradora-Delegada: *Maria Manuela Traquina Rodrigues*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *António Francisco Espinho Romão*

CORPORATE
GOVERNANCE
REPORT**1. Structure of Governance**

Pursuant to the terms of the statutes, the Board of Directors is responsible for managing the company. The Board is composed of three to seven members elected every four years, who may stand for re-election.

Currently the Board of Directors elected for the four-year period 2016/2019 is composed of three directors, one of them the Chairman and another the managing director.

The Board of Directors is responsible for managing the company's business and has full powers to do this.

The work of administration is monitored by the Supervisory Board composed of three full-time members, two independent, and one deputy, and by a registered statutory auditor elected once every four years, all of whom may stand for re-election.

A committee composed of three members elected every four years by the shareholders, and who may stand for re-election, determines remuneration paid to the members of the Board of Directors and to the Supervisory Board.

2. Identification and Composition of Corporate Governance**CHAIR OF THE GENERAL MEETING**

Chairman: Vítor José Melícias Lopes

Vice-Chairman: Eduardo Augusto Henriques Martins

Secretary: António Pedro de Sá Alves Sameiro

BOARD OF DIRECTORS

Chairman: Eduardo José da Silva Farinha

Director: Fernando Dias Nogueira

Managing Director: Maria Manuela Traquina Rodrigues

SUPERVISORY BOARD

Chairman: António Francisco Espinho Romão

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

Vogal: *Armindo Marques Matias*

Suplente: *Manuel Quelhas Gomes*

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por: *Ana Cristina Soares Valente Dourado*

Suplente: *Miguel Pinto Douradinha Afonso*

3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e Actividade exercida nos últimos anos

EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA, Presidente

Qualificação profissional: Licenciado em Finanças.

Actividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho de Administração da Credivalor - Sociedade Parabancária de Valorização de Crédito (1996 a 2006 com mandato suspenso entre Abril/2002 e Julho/2004);
- Chefe de Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças (Abril 2002 e Julho 2004);
- Membro do Conselho de Administração da Caixa Económica Montepio Geral (Janeiro 2007/Abril 2013);
- Membro do Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista a partir de 2007;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. desde Setembro de 2014;
- Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. desde Setembro de 2014;
- Presidente do Conselho de Administração da Montepio Seguros, SGPS, S.A. desde Agosto de 2014.

FERNANDO DIAS NOGUEIRA, Administrador

Qualificação profissional: Licenciado em Ciências da Comunicação.

Actividade nos últimos anos:

- Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal (de 2006 a 2012);
- Membro do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., desde Outubro de 2012;
- Presidente do Conselho de Administração do Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde Janeiro de 2013 até Dezembro de 2016;
- Membro do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde Março de 2013;
- Membro do Conselho de Administração da Montepio Seguros, SGPS, S.A. desde Janeiro de 2014.

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Member: Armindo Marques Matias

Deputy: Manuel Quelhas Gomes

REGISTERED STATUTORY AUDITORS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Represented by: Ana Cristina Soares Valente Dourado

Deputy: Miguel Pinto Douradinha Afonso

3. Professional qualification of members of the Board of Directors and Practice in recent years

EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA, *Chairman*

Professional qualification: *Graduate in Finance.*

Practice in recent years:

- *Chairman of the Board of Directors of Credivalor - Sociedade Parabancária de Valorização de Crédito (1996 to 2006 with mandate suspended between April/2002 and July/2004);*
- *Head of Cabinet for the Minister of State and of Finance (April/2002 to July/2004);*
- *Member of the Board of Directors of Caixa Económica Montepio Geral (January 2007/April 2013);*
- *Member of the Board of Directors of Montepio Geral Associação Mutualista from 2007;*
- *Chairman of the Board of Directors of Lusitania Companhia de Seguros, S.A. since September 2014;*
- *Chairman of the Board of Directors of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. since September 2014;*
- *Chairman of the Board of Directors of Montepio Seguros, SGPS, S.A. since August 2014.*

FERNANDO DIAS NOGUEIRA, *Director*

Professional qualification: *Graduate in the Communication Sciences.*

Practice in recent years:

- *Chairman of the Steering Council of the Instituto de Seguros de Portugal (from 2006 to 2012).*
- *Member of the Board of Directors of Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., since October 2012;*
- *Chairman of the Board of Directors of Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A., from January 2013 to December 2016;*
- *Member of the Board of Directors of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since March 2013;*
- *Member of the Board of Directors of Montepio Seguros, SGPS, S.A., since January 2014.*

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, Administradora Delegada

Qualificação profissional: Licenciada em Matemáticas Aplicadas.

Actividade nos últimos anos:

- Administradora-Delegada da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde 15 de Maio de 1987;
- Membro do Conselho de Administração da Finibanco Vida, Companhia de Seguros, S.A. desde Janeiro de 2013 até Dezembro de 2016;
- Membro do Conselho de Administração da Montepio Seguros, SGPS, S.A. desde Janeiro de 2014.

4. Composição da Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é composta por:

Presidente: *José de Almeida Serra*

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

Vogal: *Vítor José Melícias Lopes*

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração nem tem qualquer vínculo familiar a algum dos seus membros.

5. Remunerações

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Vencimentos que se encontra em anexo.

A Comissão de Vencimentos reúne anualmente em sessão plenária, para discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do ROC é a estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

A fixação das remunerações dos directores de topo e dos colaboradores que exercem funções chave, segue a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração que se encontra em anexo.

6. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do Art. 2.º da Lei n.º 28/2009)

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização não sofreram qualquer actualização em 2016.

6.1 Agregado	2016	2015
Conselho de Administração	344.203 Euros	288.203 Euros
Conselho Fiscal	11.920 Euros	11.920 Euros
6.2 Individual	2016	2015
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Eduardo José da Silva Farinha	56.000 Euros	0,00 Euros

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, *Managing Director*

Professional qualification: *Graduate in Applied Mathematics.*

Practice in recent years:

- *Managing Director of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since 15 May 1987;*
- *Member of the Board of Directors of Finibanco Vida, Companhia de Seguros, SA, from January 2013 to December 2016;*
- *Member of the Board of Directors of Montepio Seguros, SGPS, S.A., since January 2014.*

4. Composition of the Salaries Committiee

The Salaries Committee is composed of:

Chairman: José de Almeida Serra

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Member: Vítor José Melícias Lopes

None of the members of the Salaries Committee is a member of corporate governance and has no family tie with any of its members.

5. Remuneration

Remuneration paid to members of administrative and auditing bodies is established as laid down in the remuneration policy approved by the Salaries Committee, a copy of which is attached to this report.

The Salaries Committee meets annually in plenary to discuss and determine the remuneration paid to members of the Board of Directors and the Supervisory Board.

Remuneration paid to the Registered External Auditor is fixed in the services contract and adheres to current market practice.

Remuneration paid to senior management and to key function holders is determined as agreed in the remuneration policy approved by Administrative and Supervisory bodies, a copy of which is attached to this report.

6. Remuneration paid to Members of Administrative and Supervisory Bodies (in the terms of art. 2º of Law 28/2009)

The remuneration of members of administration and auditing was not revised in 2016.

6.1 Grouped	2016	2015
Board of Directors	344.203 Euros	288,203 Euros
Supervisory Board	11,920 Euros	11,920 Euros
6.2 Individual	2016	2015
BOARD OF DIRECTORS		
Eduardo José da Silva Farinha	56.000 Euros	0.00 Euros
Fernando Dias Nogueira	0.00 Euros	0.00 Euros
Maria Manuela Rodrigues	288,203 Euros	288,203 Euros

Fernando Dias Nogueira	0,00 Euros	0,00 Euros
Maria Manuela Rodrigues	288.203 Euros	288.203 Euros
CONSELHO FISCAL		
António Francisco Romão	4.660 Euros	4.660 Euros
Norberto da Cunha Pilar	3.620 Euros	3.620 Euros
Armindo Marques Matias	3.620 Euros	3.620 Euros

7. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

Auditoria/Revisão Legal de Contas	35.547 Euros	35.699 Euros
-----------------------------------	--------------	--------------

8. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania Vida (Art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração	Acções detidas em 31/12/2016	Acções detidas em 31/12/2015
Maria Manuela Traquina Rodrigues	50	50

Lisboa, 1 de Março de 2017

SUPERVISORY BOARD

<i>António Francisco Romão</i>	4,660 Euros	4,660 Euros
<i>Norberto da Cunha Pilar</i>	3,620 Euros	3,620 Euros
<i>Armindo Marques Matias</i>	3,620 Euros	3,620 Euros

7. Remuneration to Auditor/Registered Statutory Auditor

<i>Auditing/Registered Auditor</i>	35,547 Euros	35,699 Euros
------------------------------------	--------------	--------------

8. Shares held by Members of the Boards of Directors and Auditors in the Capital of Lusitania Vida (Art. 447 of Commercial Company Code)

<i>Members of the Board of Directors</i>	<i>Shares held on 31/12/2016</i>	<i>Shares held on 31/12/2015</i>
<i>Maria Manuela Traquina Rodrigues</i>	50	50

Lisbon, 1 March 2017

ANEXO I POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ÍNDICE

1. Enquadramento Legal	23
2. Competência	23
3. Componentes da Remuneração	23
3.1. Membros do Conselho de Administração	23
3.1.1. Componente Fixa (Administradores Executivos e Administradores não Executivos)	23
3.1.2. Componente Variável (Administradores Executivos que auferem remuneração)	23
3.1.3. Não Atribuição de Outros Benefícios	25
3.1.4. Indemnização em caso de Substituição	25
3.2. Membros do Conselho Fiscal	25
3.3. Revisor Oficial de Contas	25
4. Avaliação Política de Remuneração	25
5. Divulgação da Política de Remuneração	27
6. Declaração de Cumprimento	27
7. Registo e Arquivo	27

**ANNEX I REMUNERATION POLICY
FOR MEMBERS OF THE BOARD OF DIRECTORS,
THE SUPERVISORY BOARD
AND THE REGISTERED AUDITOR**

CONTENT

1. <i>Legal Context</i>	24
2. <i>Jurisdiction</i>	24
3. <i>Remuneration Components</i>	24
3.1. <i>Members of the Board of Directors</i>	24
3.1.1 <i>Fixed Components (Executive Directors and Non-Executive Directors)</i>	24
3.1.2 <i>Variable Component (Executive Directors who are remunerated)</i>	24
3.1.3 <i>Non-Attribution of Other Benefits</i>	26
3.1.4 <i>Compensation in case of Replacement</i>	26
3.2. <i>Members of the Supervisory Board</i>	26
3.3. <i>Registered Auditor</i>	26
4. <i>Remuneration Policy Assessment</i>	26
5. <i>Disclosure of Remuneration Policy</i>	28
6. <i>Compliance Statement</i>	28
7. <i>Recording and Filing</i>	28

1. Enquadramento Legal

A presente política de remuneração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. visa concretizar as disposições legislativas e regulamentares que se passam a identificar:

- Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, relativa ao regime de aprovação e de divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, nas quais se incluem as empresas de seguros, conforme resulta do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro;
- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, relativa à divulgação de informação sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Circular n.º 6/2010, relativas à política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Regulamento Delegado (UE) 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva Solvência II (artigo 275.º, relativo à política de remuneração);
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação - EIOPA-BoS-14/253 PT (Orientações 9 e 10 sobre política de remuneração).

2. Competência

A política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas é aprovada, e revista anualmente, pela Comissão de Vencimentos.

A política de remuneração foi preparada com o apoio da função de compliance que se encontra subcontratada num prestador de serviços especializado.

A fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Lusitania Vida é da competência da Comissão de Vencimentos reunida em sessão plenária.

3. Componentes da Remuneração

3.1. MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.1. Componente Fixa (Administradores Executivos e Administradores Não Executivos)

A remuneração mensal dos administradores executivos e dos administradores não executivos é determinada em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada.

Os administradores executivos que desempenhem cargo idêntico em outra sociedade do Grupo Montepio, apenas são remunerados por uma das sociedades.

A remuneração mensal é fixada no início do mandato e paga catorze vezes no ano, podendo ser anualmente actualizada, conforme os restantes colaboradores.

3.1.2. Componente Variável (Administradores Executivos que Auferem Remuneração)

A remuneração dos administradores executivos pode integrar, ainda, uma componente variável.

O valor da componente variável da remuneração é fixado pela Comissão de Vencimentos na sequência de uma avaliação de desempenho, norteadas pelos seguintes indicadores essenciais:

- a) Desempenho individual do administrador executivo;

1. Legal Context

The current remuneration policy of Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A. aims to establish the legislative and regulatory provisions identified below:

- Law 28/2009, of 19 June, on the regime for approving and disclosing the remuneration policy for members of the administrative and auditing governance bodies of public interest companies, including insurance companies, the outcome of Decree-Law 225/2008 of 20 November.
- Regulatory Standard 5/2010-R, on the disclosure of information on the remuneration policy of insurance or reinsurance companies and pension fund management companies;
- Circular 6/2010, on the remuneration policy of insurance or reinsurance companies and pension fund management companies;
- EU Commission Delegated Regulation 2015/35 of 10 October 2014, that completes the Solvency II Directive (article 275, on the remuneration policy);
- EIOPA Guidelines on the governance system – EIOPA-BoS-14/253 PT (Guidelines 9 and 10 on remuneration policy).

2. Jurisdiction

The remuneration policy for members of the Board of Directors, the Supervisory Board and the Registered Auditor is approved, and reviewed annually, by the Remuneration Committee.

The remuneration policy was prepared with the support of the compliance function, which is out-sourced to a specialist service provider.

The Remuneration Committee meeting in plenary is responsible for fixing the remuneration of members of the Board of Directors and the Supervisory Board of Lusitania Vida.

3. Remuneration Components

3.1. MEMBERS OF THE BOARD OF DIRECTORS

3.1.1 Fixed Components (Executive Directors and Non-Executive Directors)

The monthly salary of executive directors and non-executive directors is determined according to personal skills and to the level of responsibility attached to their tasks.

Executive directors that hold the same position in another company in the Montepio Group are paid by only one of the companies.

Monthly remuneration is fixed at the start of the mandate and paid fourteen times a year, which may be reviewed annually, as for other staff members.

3.1.2. Variable Remuneration Component (Executive Directors who Earn their Remuneration)

Remuneration to directors may also include a variable component.

The Remuneration Committee fixes the amount of the variable component following a performance assessment, taking the following essential indicators into consideration:

- a) The individual performance of the executive director;
- b) Real growth in the COMPANY'S business;
- c) Wealth effectively created for shareholders;

- b) Real crescimento do negócio da COMPANHIA;
- c) Riqueza efetivamente criada para os acionistas;
- d) Proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes;
- e) Sustentabilidade a longo prazo do negócio da COMPANHIA;
- f) Riscos assumidos pela COMPANHIA;
- g) Cumprimento das regras aplicáveis à atividade seguradora.

A avaliação de desempenho é efetuada após serem conhecidos os resultados da COMPANHIA para o exercício social a que respeita a avaliação de desempenho.

A componente variável da remuneração deve constituir uma parte substancialmente reduzida da remuneração total, não ultrapassando o equivalente a 25% da remuneração total anual.

A componente variável da remuneração pode não ser paga quando a situação financeira da COMPANHIA ou a avaliação de desempenho justifiquem essa decisão.

A componente variável será paga integralmente em numerário e na sua globalidade após a aprovação das contas do exercício.

Tendo em conta a proporção reduzida que a componente variável da remuneração assume no contexto da remuneração dos administradores executivos, considera-se desnecessário diferir o pagamento de parte da componente variável da remuneração.

Uma vez que a COMPANHIA possui um acionista que detém praticamente 100% do respetivo capital social e que as ações da COMPANHIA não são cotadas em mercados regulamentados, excluiu-se a possibilidade de parte da componente variável da remuneração consistir na atribuição de ações ou de opções sobre ações da COMPANHIA.

3.1.3. Não Atribuição de Outros Benefícios

Para além da remuneração nas suas componentes fixa e variável, não existem outras formas de remuneração dos membros dos administradores executivos.

3.1.4. Indemnizações em Caso de Destituição

A COMPANHIA estabelecerá os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro em causa.

3.2. MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

No que respeita aos membros do Conselho Fiscal, as remunerações são fixadas em montante anual no início de cada mandato.

3.3. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas da COMPANHIA é remunerado de acordo com o contrato de prestação de serviços, tendo por referência a prática de mercado.

4. Avaliação da Política de Remuneração

A presente política é submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si.

A referida avaliação deve incluir, designadamente, uma análise da política e da sua implementação à luz das recomendações da Circular 6/2010, em especial sobre o

- d) Protection of the interests of policy holders, those insured, participants, beneficiaries and tax payers;
- e) Long term sustainability of the COMPANY'S business;
- f) Risks assumed by the COMPANY;
- g) Compliance with rules applicable to the insurance business.

Performance assessment is done after the COMPANY'S results are known for the year to which the performance assessment refers.

The variable salary component should be a substantially reduced part of total remuneration, not exceeding the equivalent of 25% of total annual remuneration.

The variable remuneration component cannot be paid when the COMPANY'S financial position, or the performance assessment, justify this decision.

The variable component will be paid in full in cash and for its overall total after the accounts for the financial year have been approved.

Bearing in mind the reduced proportion that the variable remuneration component assumes in the context of the remuneration paid to executive directors, it is thought unnecessary to defer payment of part of the variable remuneration component.

When a COMPANY shareholder holds practically 100% of the respective total share capital and when the COMPANY'S shares are not listed on regulated markets, part of the variable remuneration component cannot consist of the COMPANY'S shares or equity options.

3.1.3. Non-Attribution of Other Benefits

Apart from remuneration in its fixed and variable components, there are no other forms of remuneration for executive directors.

3.1.4. Compensation in case of Destitution

The COMPANY will establish adequate legal instruments so that the compensation agreed in the case of any form of destitution without just cause of a member of the Board of Directors will not be paid if the destitution or agreed termination of service is the result of inadequate performance on the part of the member in question.

3.2. MEMBERS OF THE SUPERVISORY BOARD

Remuneration for the members of the Supervisory Board is fixed at an annual amount at the start of each mandate.

3.3. OFFICIAL REGISTERED AUDITOR

The COMPANY'S Official Registered Auditor is paid according to a service provision contract pegged to market practice.

4. Remuneration Policy Review

At least once a year this policy is submitted for an independent internal review that is done in coordination by key functions.

This review should include an analysis of the policy and its implementation in the light of the recommendations in Circular 6/2010, particularly on the effect it has on the COMPANY'S risk and capital management.

Key functions should submit to the Board of Directors and to the Remuneration Committee a report on the outcome of the analysis, particularly if it specifies measures

efeito que tem na gestão de riscos e de capital da COMPANHIA.

As funções-chave devem apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão de Vencimentos um relatório com os resultados da análise, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz da Circular 6/2010.

5. Divulgação da Política de Remuneração

O conteúdo essencial da presente Política de Remuneração, conforme especificado na Norma Regulamentar 5/2010-R, é divulgado no relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais, devendo ainda estar acessível no sítio na Internet da COMPANHIA, pelo menos durante cinco anos.

6. Declaração do Cumprimento

O Conselho de Administração envia anualmente à ASF uma declaração sobre a conformidade da Política de Remuneração da COMPANHIA relativamente às recomendações contidas na Circular 6/2010, indicando as insuficiências existentes, incluindo as detetadas pelas funções-chave, bem como as ações em curso ou a adotar para as corrigir e os prazos estabelecidos para o efeito ou, quando aplicável, justificação para as insuficiências existentes à luz do princípio da proporcionalidade, sendo tal declaração remetida em anexo aos relatórios anuais sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

7. Registo e Arquivo

Todas as versões da Política de Remuneração serão mantidas em arquivo, devendo ser registada a data de quaisquer alterações introduzidas e respetiva justificação.

Lisboa, 23 de Março de 2017

A COMISSÃO DE VENCIMENTOS

required to correct any deficiencies in the light of Circular 6/2010.

5. Disclosure of Remuneration Policy

The essential content of this Remuneration Policy, as specified in Regulatory Standard 5/2010-R, is disclosed in the report on the structure and practices of corporate governance provided in indent b) of n° 2 of article 70 of the Commercial Company Code, and should be accessible on the COMPANY'S website for at least five years.

6. Compliance Statement

The Board of Directors sends annually to the ASF (Insurance and Pension Funds Supervisory Authority) a statement on whether the COMPANY'S remuneration policy complies with the recommendations in Circular 6/2010. In this it indicates any deficiencies, including those detected by key functions, as well as measures being implemented or to be adopted to correct such deficiencies and the timeframe agreed for this to happen or, when applicable, justification for these deficiencies in the light of the proportionality principle. This statement is attached to annual reports on organisational structure and risk management systems and internal control.

7. Recording and Filing

All versions of the Remuneration Policy are kept on file, and the date of any amendments to them, and justification for the same, must be registered.

Lisbon, 23 March 2017

THE REMUNERATION COMMITTEE

ANEXO II POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES DE TOPO E DOS COLABORADORES QUE DESEMPENHAM FUNÇÕES-CHAVE

ÍNDICE

1. Enquadramento Legal	31
2. Competência	31
3. Âmbito da Aplicação	31
4. Componentes da Remuneração	31
4.1. Componente Fixa	33
4.2. Componente Variável	33
4.2.1. Diretores de Topo	33
4.2.2. Colaboradores que exercem Funções-Chave	35
4.3. Outros Benefícios	35
5. Avaliação Política de Remuneração	35
6. Divulgação da Política de Remuneração	35
7. Declaração de Cumprimento	37
8. Registo e Arquivo	37

ANNEX II REMUNERATION POLICY FOR SENIOR DIRECTORS AND KEY FUNCTION HOLDERS

CONTENT

1. Legal Context	32
2. Jurisdiction	32
3. Scope of Application	32
4. Remuneration Component	32
4.1. Fixed Component	34
4.2. Variable Component	34
4.2.1. Senior Directors	34
4.2.2. Key Function Holders	36
4.3. Other Benefits	36
5. Remuneration Policy Assessment	36
6. Disclosure of Remuneration Policy	36
7. Compliance Statement	38
8. Recording and Filing	38

1. Enquadramento Legal

A presente política de remuneração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. visa concretizar as disposições legislativas e regulamentares que se passam a identificar:

- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015 (artigo 64.º, n.º 4);
- Circular n.º 1/2017 (n.º 3), relativa à declaração de cumprimento da política de remuneração com as recomendações contidas na Circular 6/2010;
- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, relativa à divulgação de informação sobre a política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões e à declaração de cumprimento da política de remuneração com as recomendações contidas na Circular 6/2010;
- Circular n.º 6/2010, relativas à política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Regulamento Delegado (UE) 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva Solvência II (artigo 275.º, relativo à política de remuneração);
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação - EIOPA-BoS-14/253 PT (Orientações 9 e 10 sobre política de remuneração);
- Insurance Core Principles da International Association of Insurance Supervisors;
- Orientações da OCDE sobre a Governação das Empresas de Seguros.

2. Competência

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração da COMPANHIA, sendo revista anualmente.

3. Âmbito de Aplicação

A presente política abrange os seguintes colaboradores da COMPANHIA:

- (i) Os diretores de topo
- (ii) Os colaboradores que exercem funções-chave

Os colaboradores acima referidos esgotam, no âmbito da COMPANHIA o universo dos colaboradores cuja atividade profissional tem impacto material no perfil de risco da COMPANHIA.

4. Componentes da Remuneração

A remuneração dos colaboradores inclui uma componente fixa, podendo ainda incluir uma componente variável, com respeito pela legislação laboral e pelo Contrato Coletivo de Trabalho aplicável, assentando nos seguintes indicadores essenciais:

- a) Desempenho: as remunerações dos colaboradores da LUSITANIA VIDA estão associadas a níveis de desempenho, individuais e coletivos;
- b) Estratégia: a remuneração de novos colaboradores é influenciada, em cada momento, por uma estratégia que tem em conta a importância da função do novo colaborador na COMPANHIA e os seus conhecimentos;
- c) Equidade: a prática remuneratória assenta em avaliações anuais justas e equilibradas tendo presente a dimensão da COMPANHIA;
- d) Competitividade: a COMPANHIA procura praticar níveis de remuneração compatíveis

1. Legal Context

The current remuneration policy of Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A. aims to establish the legislative and regulatory provisions identified below:

- Legal Regime for Taking Up and Pursuit of the business of Insurance and Reinsurance approved by Law 147/2015 (article 64, n° 4);
- Circular n° 1/2017 (n° 3), statement on compliance of the remuneration policy with recommendations made in Circular 6/2010;
- Regulatory Standard 5/2010-R, on the disclosure of information on the remuneration policy of insurance or reinsurance companies and pension fund management companies and statement on compliance of the remuneration policy with recommendations made in Circular 6/2010;
- Circular 6/2010, on the remuneration policy of insurance or reinsurance companies and pension fund management companies;
- EU Commission Delegated Regulation 2015/35 of 10 October 2014, that completes the Solvency II Directive (article 275, on the remuneration policy);
- EIOPA Guidelines on the governance system - EIOPA-BoS-14/253 PT (Guidelines 9 and 10 on remuneration policy);
- Insurance Core Principles of the International Association of Insurance Supervisors;
- OECD Guidelines on the Governance of Insurance Companies.

2. Jurisdiction

The remuneration policy for staff is approved by the COMPANY'S Board of Directors and is reviewed annually.

3. Scope of Application

This policy covers the following COMPANY staff members:

- (i) Senior Directors
- (ii) Key function holders

The staff referred to above do not fall within the same category as the COMPANY'S staff members whose professional activity has a material impact on the Company's risk profile.

4. Remuneration Components

Staff remuneration includes a fixed component, and may also include a variable component, complying with labour law and the applicable Collective Labour Agreement, based on the following essential indicators:

- a) Performance: remuneration paid to the staff of LUSITANIA VIDA is associated with individual and collective levels of performance;
- b) Strategy: remuneration to new staff members is influenced at any time by a strategy that takes account of the importance of the function of the new member in the COMPANY and that new member's knowledge;
- c) Equality: remuneration practice is based on fair and balanced annual assessments taking into consideration the scale of the COMPANY;

e inseridos na prática do mercado com o objetivo de reter os melhores colaboradores.

4.1. COMPONENTE FIXA

A remuneração base mensal dos colaboradores é determinada pela existência de uma tabela salarial própria, atualizada anualmente, sendo paga catorze vezes no ano.

A remuneração mensal é determinada tendo em conta a função desempenhada, o nível de responsabilidade e o tempo de serviço.

4.2. COMPONENTE VARIÁVEL

4.2.1. Diretores de Topo

O valor da componente variável da remuneração dos diretores de topo é fixado na sequência de uma avaliação de desempenho, norteada pelos seguintes indicadores essenciais:

- a) Desempenho individual do colaborador;
- b) Responsabilidades e funções do colaborador;
- c) Desempenho da unidade da estrutura em que o colaborador se integra;
- d) Níveis de desempenho obtidos pela COMPANHIA;
- e) Cumprimento das regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes;
- f) Contributo para a sustentabilidade e valor a longo prazo da COMPANHIA.

A avaliação de desempenho é efetuada após serem conhecidos os resultados da COMPANHIA para o exercício social a que respeita.

A componente variável da remuneração deve constituir uma parte substancialmente reduzida da remuneração total, não ultrapassando o equivalente a 20 % da remuneração total anual.

A componente variável da remuneração pode não ser paga quando a situação financeira da COMPANHIA ou a avaliação de desempenho individual e da respetiva unidade de estrutura justifiquem essa decisão.

Tendo em conta a proporção reduzida que a componente variável da remuneração assume no contexto da remuneração dos diretores de topo, considera-se desnecessário diferir o pagamento de parte da componente variável da remuneração.

Uma vez que a COMPANHIA possui um acionista que detém praticamente 100% do respetivo capital social e que as ações da COMPANHIA não são cotadas em mercados regulamentados, excluiu-se a possibilidade de parte da componente variável da remuneração consistir na atribuição de ações ou de opções sobre ações da COMPANHIA.

A componente variável é composta por uma gratificação e pela participação nos resultados da COMPANHIA, sendo paga integralmente em numerário e na sua globalidade após a aprovação das contas do exercício.

• Gratificação

A gratificação representará, no máximo, 100 % da componente variável, sendo aferida em função do desempenho individual, e será liquidada após aprovação das contas do exercício e realização da avaliação de desempenho.

• Participação nos Resultados

A participação nos resultados representará uma parte da componente variável, sendo

d) *Competitiveness: the COMPANY seeks to apply levels of remuneration compatible with market practice, the aim being to retain the best workers.*

4.1. FIXED COMPONENT

The basic monthly salary of staff is determined according to the Company's salary scale, reviewed annually, and which is paid fourteen times in the year.

Monthly remuneration is determined bearing in mind the function performed, level of responsibility and time in service.

4.2. VARIABLE COMPONENT

4.2.1. Senior Directors

The variable remuneration component for senior directors is fixed following a performance assessment, guided by the following essential indicators:

- a) *The individual performance of the staff member;*
- b) *Responsibilities and functions of the staff member;*
- c) *Performance of the unit in the structure of which the member is part;*
- d) *Performance levels achieved by the COMPANY;*
- e) *Compliance with rules and procedures applicable to work done, namely internal control regulations and those related to relations with policy holders, those insured, participants, beneficiaries and tax payers;*
- f) *Contribution to the long term sustainability and value of the COMPANY.*

Performance assessment is done after the COMPANY'S results are known for the year to which the performance assessment refers.

The variable remuneration component cannot be paid when the COMPANY'S financial position or performance assessment of the individual and the respective structure unit justify this decision.

Bearing in mind the reduced proportion that the variable remuneration component assumes in the context of the remuneration paid to senior directors, it is thought unnecessary to defer payment of part of the variable remuneration component.

When a COMPANY shareholder holds practically 100% of the respective total share capital and when the COMPANY'S shares are not listed on regulated markets, part of the variable remuneration component cannot consist of the COMPANY'S shares or equity options.

The variable component is composed of a gratification and by a share in the COMPANY'S profits, and is paid in full in cash and for its overall total after the accounts for the financial year have been approved.

- **Gratification**

The maximum gratification will be 100% of the variable component, and is earned depending on individual performance, and will be paid once the accounts for the financial year have been approved and the performance assessment completed.

- **Profit Sharing**

Profit sharing is a part of the variable component and is earned, essentially, depending on the performance of the unit in the organisation to which the member belongs and on the

aferida, essencialmente, em função do desempenho da unidade da estrutura em que o colaborador se integra e de desempenho da COMPANHIA, com respeito pelo limite máximo fixado nos estatutos para estes efeitos, sendo paga após aprovação das contas de exercício.

4.2.2. Colaboradores que Exercem Funções-Chave

Os colaboradores que exercem funções-chave são remunerados atendendo ao respetivo grau de responsabilidade e em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.

A componente variável da remuneração dos colaboradores que exercem funções-chave é fixada na sequência de uma avaliação de desempenho, norteadas pelos seguintes indicadores essenciais:

- a) Contributo efetivo para o controlo interno da COMPANHIA, incluindo impacto, qualidade e eficiência no apoio à identificação e controlo de riscos
- b) Recomendações emitidas e implementadas para a redução de riscos e ocorrências de incumprimentos e de medidas adotadas para remediar ocorrências
- c) Resultados de auditorias externas
- d) Perdas recuperadas ou evitadas em áreas de maior risco

A componente variável da remuneração é constituída apenas por uma gratificação e é paga após aprovação das contas de exercício, podendo não ser paga quando a situação da COMPANHIA ou a avaliação de desempenho justifiquem essa decisão.

A componente variável não ultrapassará o equivalente a 20% da remuneração total anual, sendo aferida em função do desempenho anual e paga integralmente em numerário e na sua globalidade.

Os colaboradores que exercem funções-chave em regime de subcontratação são pagos nos termos dos respetivos contratos de prestação de serviços, que não incentivarão a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da COMPANHIA.

4.3. OUTROS BENEFÍCIOS

Aos colaboradores são atribuídos os benefícios resultantes da legislação laboral e do Contrato Coletivo de Trabalho aplicável.

5. Avaliação da Política de Remuneração

A presente política deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, a ser executada pelas funções-chave em articulação entre si e à luz das recomendações da Circular 6/2010, em especial sobre o efeito que tem na gestão de riscos e de capital da COMPANHIA.

As funções-chave devem apresentar ao Conselho de Administração um relatório com o resultado da sua análise que identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das referidas recomendações.

6. Divulgação da Política de Remuneração

O conteúdo essencial da presente política de remuneração, conforme especificado na Norma Regulamentar 5/2010-R, é divulgado no relatório sobre a estrutura e as

performance of the COMPANY, in compliance with the maximum amount fixed in the statutes for this purpose, and is paid after the accounts for the year have been approved.

4.2.2. Key Function Holders

Key function holders are remunerated depending on their respective level of responsibility and depending on the achievement of objectives associated with their functions, regardless of the performance of the areas under their control. The remuneration paid should provide a reward appropriate for the relevance of the way they have performed their functions.

The variable remuneration component paid to key function holders is fixed following a performance assessment, guided by the following essential indicators:

- a) Effective contribution to the internal control of the COMPANY, including impact, quality and efficiency in identifying and controlling risks;
- b) Recommendations issued and implemented to reduce risks and the occurrence of non-compliance and measures adopted to correct such occurrences;
- c) Results of external audits;
- d) Losses recovered or avoided in higher risk areas.

The variable remuneration component is made up solely of a gratification and paid once the accounts for the financial year have been approved, and may not be paid when the COMPANY'S position or the performance assessment do not justify this decision.

The variable component will not exceed 20% of total annual remuneration, and is earned according to annual performance and paid fully in cash in its entirety.

Key function holders that are sub-contracted are paid according to the respective terms of their services provision contracts, which will not promote excessive risks being assumed in view of the Company's risk management strategy.

4.3. OTHER BENEFITS

Benefits resulting from labour legislation and the applicable Collective Labour Agreement are attributed to these staff members.

5. Remuneration Policy Review

At least once a year this policy is submitted for an independent internal review that is done in coordination by key functions and in the light of the recommendations in Circular 6/2010, particularly on the effect it has on the COMPANY'S risk and capital management.

Key functions should submit to the Board of Directors a report on the outcome of the analysis that specifies measures required to correct any deficiencies in the light of the recommendations referred to above.

6. Disclosure of Remuneration Policy

The essential content of this Remuneration Policy, as specified in Regulatory Standard 5/2010-R, is disclosed in the report on the structure and practices of corporate governance provided in indent b) of n° 2 of article 70 of the Commercial Company Code, and should be accessible on the COMPANY'S website for at least five years.

The disclosure in question should contain a list of the recommendations in Circular 6/2010, under the headings "adopted" or "not adopted", giving reasons for not adopting certain recommendations.

práticas de governo societário previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código das Sociedades Comerciais, devendo ainda estar acessível no sítio na Internet da COMPANHIA, pelo menos durante cinco anos.

A divulgação em causa deve conter a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, fundamentando as razões da não adoção de determinadas recomendações.

7. Declaração de Cumprimento

O Conselho de Administração envia anualmente à ASF, nos termos do ponto 3 da Circular 1/2017, uma declaração sobre a conformidade da presente política de remuneração da COMPANHIA relativamente às recomendações contidas na Circular 6/2010, indicando as insuficiências existentes, bem como as ações em curso ou a adotar para as corrigir e os prazos estabelecidos para o efeito ou, quando aplicável, justificação para as insuficiências existentes à luz do princípio da proporcionalidade, sendo tal declaração remetida em anexo aos relatórios anuais sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

8. Registo e Arquivo

Todas as versões da Política de Remuneração serão mantidas em arquivo, devendo ser registada a data de quaisquer alterações introduzidas e respetiva justificação.

Lisboa, 3 de Março de 2017

7. Compliance Statement

The Board of Directors sends annually to the ASF (Insurance and Pension Funds Supervisory Authority), in the terms of item 3 of Circular 1/2017, a statement on how the COMPANY'S remunerations policy complies with the recommendations in Circular 6/2010. In this it indicates any deficiencies, as well as measures being implemented or to be adopted to correct such deficiencies and the timeframe agreed for this to happen or, when applicable, justification for these deficiencies in the light of the proportionality principle. This statement is attached to annual reports on organisational structure and risk management and internal control systems.

8. Recording and Filing

All versions of the Remuneration Policy are kept on file, and the date of any amendments to them, and justification for the same, must be registered.

Lisbon, 3 March 2017

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2016:
FINANCIAL STATEMENTS IN 2016:

- **Demonstração de Ganhos e Perdas**
- *Statement of Account*
- **Demonstração da Posição Financeira**
- *Statement of Net Worth*
- **Demonstração de Alterações de Capital Próprio**
- *Statement of Changes to Equity*
- **Demonstração do Rendimento Integral**
- *Statement of Comprehensive Income*
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- *Statement of Cash Flows*

Notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras

Explanatory Notes to the Financial Statements, and an integral part of the same

DEMONSTRAÇÃO DE GANHOS E PERDAS
STATEMENT OF ACCOUNT

(Euro)

	Nota	2016			2015
		Técnica vida	Não técnica	Total	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro / <i>Premiums earned net of reinsurance</i>	4-5	29.060.828		29.060.828	29.332.073
Prémios brutos emitidos / <i>Gross premiums written</i>		34.033.546		34.033.546	34.494.992
Prémios de resseguro cedido / <i>Outward reinsurance premiums</i>		4.972.718		4.972.718	5.162.919
Provisão para prémios não adquiridos (variação) / <i>Provision for unearned premiums (variation)</i>					
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) / <i>Provision for unearned premiums, reinsurers share (variation)</i>					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços / <i>Commission on insurance contracts and operations considered for accounting purposes as investment contracts or service contracts</i>	4-6	1.812.738		1.812.738	1.555.542
Custos com sinistros, líquidos de resseguro / <i>Claims costs net of reinsurance</i>	4-7	25.911.450		25.911.450	85.552.608
Montantes pagos / <i>Amounts paid</i>		26.931.530		26.931.530	82.984.764
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		29.243.673		29.243.673	86.283.575
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		2.312.143		2.312.143	3.298.811
Provisão para sinistros (variação) / <i>Provision for claims (variation)</i>		(1.020.080)		(1.020.080)	2.567.844
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		(1.653.955)		(1.653.955)	2.995.541
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		(633.875)		(633.875)	427.697
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro / <i>Other technical provisions net of reinsurance</i>					
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro / <i>Mathematical provision for life sector net of reinsurance (variation)</i>	8-26	(1.948.755)		(1.948.755)	(58.261.544)
Montante brutos / <i>Gross amounts</i>		(1.963.068)		(1.963.068)	(58.349.996)
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		14.313		14.313	88.452
Participação nos resultados, líquida de resseguro / <i>Profit sharing, net of reinsurance</i>	8-26	726.072		726.072	1.011.443
Custos e gastos de exploração líquidos / <i>Net running costs and spending</i>	4-9-11-16	8.823.618		8.823.618	7.025.209
Custos de aquisição / <i>Acquisition costs</i>		9.064.677		9.064.677	5.808.637
Custos de aquisição diferidos (variação) / <i>Deferred acquisition costs (variation)</i>					14.712
Gastos administrativos / <i>Administrative spending</i>		2.073.645		2.073.645	2.059.414
Comissões e participação nos resultados de resseguro / <i>Commission and profit share in reinsurance</i>		2.314.704		2.314.704	857.554
Rendimentos / <i>Income</i>	4-10	17.043.728	2.233.551	19.277.279	21.890.442
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>		16.998.722	1.927.472	18.926.194	21.381.950
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		45.006	306.079	351.085	508.492
Gastos financeiros / <i>Financial costs</i>	4-11-16	489.179	252.923	742.102	774.147
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		489.179	252.923	742.102	774.147

(Euro)

	Nota	2016		2015
		Técnica vida	Não técnica	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>	4-12-29	(12.184.369)	60	(12.184.309)
De activos disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		(1.830.873)	238.820	(1.592.053)
De empréstimos e contas a receber / <i>From loans and outstanding accounts</i>		(6.637)		(6.637)
De investimentos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>		(10.346.859)		(10.346.859)
De passivos financeiros valorizados custo amortizado / <i>From financial liabilities valued at depreciated cost</i>			(238.760)	(238.760)
De outros / <i>From other</i>				
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities valued at fair value through profit and loss</i>	4-13	61.398		61.398
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação / <i>Net gains on financial assets and liabilities held for trading</i>		61.398		61.398
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Net gains from financial assets and liabilities classified in initial recognition at fair value through profit and loss</i>				
Diferenças de câmbio / <i>Exchange differences</i>				
Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas / <i>Net gains from the sale of non-financial assets that are not classified as non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>				
Perdas de imparidade (líquidas reversão) / <i>Impairment losses (net of entitlement)</i>	14	184.860		184.860
De activos financeiros disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		184.860		184.860
De empréstimos concedidos e contas a receber valorizados a custo amortizado / <i>From loans and outstanding accounts valued at depreciated cost</i>				
De investimentos detidos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>				
De outros / <i>From other</i>				
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro / <i>Other income/technical costs, net of reinsurance</i>	15	76.267		76.267
Outras provisões (variação) / <i>Other provisions (variation)</i>				
Outros rendimentos/gastos / <i>Other income/costs</i>	15		129.011	129.011
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas / <i>Negative goodwill recognised immediately in profit and loss</i>				
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial / <i>Profit and loss of associates and joint undertakings entered using the equity method</i>				
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda / <i>Profit and loss from non-current assets (or groups for sell-off) classified as held for sale</i>				
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS / <i>NET PROFIT BEFORE TAX</i>		1.684.166	2.109.699	3.793.865
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes / <i>Tax on income for the financial year - current tax</i>	28			998.105
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos / <i>Tax on income for the financial year - deferred tax</i>				(54.538)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / <i>NET PROFIT FOR THE YEAR</i>				2.850.298

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA STATEMENT OF NET WORTH

(Euro)

ACTIVO	Nota	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade*	Val. líquido	Val. líquido
ASSETS	Note	2016			2015
		Gross value	Impairment*	Net value	Net value
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem / <i>Cash and its equivalents and demand deposits</i>	18-35	5.943.988		5.943.988	20.661.980
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos / <i>Investments in affiliates, associates and joint undertakings</i>	19	3.280.300		3.280.300	3.280.300
Activos financeiros detidos para negociação / <i>Financial assets held for trading</i>					
Activos financeiros classif. no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss</i>	20-35	5.033.658		5.033.658	1.118.833
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>					
Activos financeiros disponíveis para venda / <i>Financial assets available for sale</i>	21-35	437.320.064		437.320.064	431.386.451
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans and outstanding accounts</i>	22	64.884.989		64.884.989	14.357.017
Depósitos junto de empresas cedentes / <i>Deposits with reinsurers</i>					
Outros depósitos / <i>Other deposits</i>		64.884.989		64.884.989	14.357.017
Empréstimos concedidos / <i>Loans granted</i>					
Contas a receber / <i>Outstanding accounts</i>					
Outros / <i>Other</i>					
Investimentos detidos até à maturidade / <i>Investments to be held to maturity</i>	23-35	56.514.498		56.514.498	65.679.302
Terrenos e edifícios / <i>Land and buildings</i>	24	9.114.494	736.443	8.378.051	8.709.663
Terrenos e edifícios de uso próprio / <i>Land and buildings for own use</i>		4.052.720	736.443	3.316.277	3.409.129
Terrenos e edifícios de rendimento / <i>Land and buildings for income</i>		5.061.774		5.061.774	5.300.534
Outros activos tangíveis / <i>Other tangible assets</i>	25	2.567.948	2.151.198	416.750	581.803
Inventários / <i>Inventories</i>					
Goodwill / <i>Goodwill</i>					
Outros activos intangíveis / <i>Other intangible assets</i>		7.350.470	250.470	7.100.000	
Provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Technical provisions for outward reinsurance</i>	26-35	11.121.635		11.121.635	10.352.791
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>					
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for life sector</i>		205.792		205.792	220.105
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		9.800.249		9.800.249	10.093.047
Provisão para participação nos resultados / <i>Profit sharing provision</i>		1.115.594		1.115.594	39.639
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for rate commitment</i>					
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>					
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Assets for post-employment benefits and other long term benefits</i>	17	500.587		500.587	479.437
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance operations and other operations</i>	27	2.464.046	52.916	2.411.130	1.632.590
Contas a receber por operações de seguro directo / <i>Outstanding accounts from direct insurance operations</i>		728.956	52.916	676.040	584.752
Contas a receber por outras operações de resseguro / <i>Outstanding accounts from other reinsurance operations</i>		1.656.659		1.656.659	891.870
Contas a receber por outras operações / <i>Outstanding accounts from other operations</i>		78.431		78.431	155.968
Activos por impostos / <i>Assets from taxation</i>	28	662.072		662.072	781.070
Activos por impostos correntes / <i>Assets from current taxes</i>		336.602		336.602	76.622
Activos por impostos diferidos / <i>Assets from deferred taxes</i>		325.470		325.470	704.448
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred gains</i>		70.656		70.656	59.494
Outros elementos do activo / <i>Other asset items</i>					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuas / <i>Non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>					
TOTAL DO ACTIVO / TOTAL ASSETS		606.829.405	3.191.027	603.638.378	559.080.731

* Inclui depreciações/amortizações ou ajustamentos / *Includes depreciation/amortization or adjustments*

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CERTIFIED ACCOUNTANT
Vasco Monteiro de Matos

(Euro)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Nota	2016	2015
LIABILITIES AND EQUITY	Note	2016	2015
PASSIVO / LIABILITIES			
Provisões técnicas / <i>Technical provisions</i>	26	<u>131.031.095</u>	<u>134.302.796</u>
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>		100.411.975	101.314.409
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for the life sector</i>		20.516.532	21.686.561
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		20.516.532	21.686.561
De vida / <i>For life</i>		10.102.588	11.301.826
Provisão para participação nos resultados / <i>Provision for profit sharing</i>			
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for rate commitment</i>			
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>			
Provisão para desvios de sinistralidade / <i>Equalisation provision</i>			
Provisão para riscos em curso / <i>Unexpired risk provision</i>			
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento / <i>Financial liabilities from the components of deposits of insurance contracts and insurance contracts and operations considered for accounting purposes as investment contracts</i>	29-35	<u>381.144.281</u>	<u>335.782.827</u>
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	29-35-37	<u>19.571.764</u>	<u>18.894.445</u>
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>		10.000.000	10.000.000
Passivos subordinados / <i>Subordinated liabilities</i>		9.571.764	8.894.445
Depósitos recebidos de resseguradores / <i>Deposits received from reinsurers</i>			
Outros / <i>Other</i>			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Liabilities on post-employment benefits and other long term benefits</i>			
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance operations and other operations</i>	30	<u>4.124.727</u>	<u>1.434.342</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo / <i>Accounts payable on direct insurance operations</i>		4.024.454	940.924
Contas a pagar por outras operações de resseguro / <i>Accounts payable on other reinsurance operations</i>			300.547
Contas a pagar por outras operações / <i>Accounts payable on other operations</i>		100.273	192.871
Passivos por impostos / <i>Liabilities on taxation</i>	28	<u>3.407.975</u>	<u>4.479.898</u>
Passivos por impostos correntes / <i>Liabilities on current taxation</i>		333.296	631.953
Passivos por impostos diferidos / <i>Liabilities on deferred taxation</i>		3.074.679	3.847.945
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred costs</i>		<u>734.400</u>	<u>699.052</u>
Outras Provisões / <i>Other provisions</i>		1.401	
Outros Passivos / <i>Other liabilities</i>			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda / <i>Liabilities on a group for sell-off classified as held for sale</i>			
TOTAL DO PASSIVO / TOTAL LIABILITIES		<u>540.015.643</u>	<u>495.593.360</u>
CAPITAL PRÓPRIO / EQUITY			
Capital / <i>Capital</i>	31	<u>20.000.000</u>	<u>20.000.000</u>
(Acções Próprias) / <i>(Company's own shares)</i>			
Outros instrumentos de capital / <i>Other capital instruments</i>			
Reservas de reavaliação / <i>Revaluation reserve</i>	31	<u>14.921.090</u>	<u>16.399.759</u>
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros / <i>For readjustment in fair value of financial assets</i>		14.906.509	16.385.178
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio / <i>For revaluation of land and buildings for own use</i>		14.581	14.581
Por revalorização de activos intangíveis / <i>For revaluation of intangible assets</i>			
Por revalorização de outros activos tangíveis / <i>For revaluation of other tangible assets</i>			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa / <i>For adjustments in fair value of hedging instruments in hedging for cash flow</i>			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira / <i>For adjustments in fair value of hedging for net investments in foreign currency</i>			
De diferenças de câmbio / <i>For exchange differences</i>			
Reserva por impostos diferidos / <i>Reserve for deferred taxation</i>	28-31	<u>(3.918.722)</u>	<u>(4.294.078)</u>
Outras reservas / <i>Other reserves</i>	31	<u>29.770.069</u>	<u>27.920.914</u>
Resultados transitados / <i>Retained earnings</i>	31		
Resultado do exercício / <i>Profit for year</i>		<u>2.850.298</u>	<u>3.460.776</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL EQUITY		<u>63.622.735</u>	<u>63.487.371</u>
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL LIABILITIES AND EQUITY		<u>603.638.378</u>	<u>559.080.731</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Maria Manuela Rodrigues

Administradora Delegada / Executive Manager

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO STATEMENT OF CHANGES TO EQUITY

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (balanço de abertura)	
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2014 (OPENING BALANCE)	
Correcções de erros (IAS8) / Corrections of errors (IAS8)	
Alterações de políticas contabilísticas (IAS8) / Changes in accounting policies (IAS8)	
Balanço de abertura alterado	(1)
Opening balance altered	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados / Increase in reserves from distribution of profits	(2)
Resultado líquido do período	(3)
Net profit for year	
Outro rendimento integral do período	(4)
Other comprehensive income for year	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale	
Ganhos líquidos por ajustamentos por reavaliação de terrenos e edifícios de uso próprio	
Net gains from adjustments due to revaluation of land and buildings for own use	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
Recognition of actuarial profit and loss	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(5) = (3) + (4)
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(6)
Trading with holders of capital	
Distribuição de lucros/prejuízos / Distribution of profit/loss	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(7) = (2) + (5) + (6)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015	(8) = (7) + (1)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2015	
Balanço de abertura alterado	(9)
Opening balance altered	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados / Increase in reserves from distribution of profits	(10)
Resultado líquido do período	(11)
Net profit for year	
Outro rendimento integral do período	(12)
Other comprehensive income for year	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale	
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	
Net gains from adjustments due to revaluation of land and buildings for own use	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
Recognition of actuarial profit and loss	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(13) = (11) + (12)
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(14)
Trading with holders of capital	
Distribuição de lucros/prejuízos / Distribution of profit/loss	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(15) = (10) + (13) + (14)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(16) = (15) + (9)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2016	

* no justo valor de investimentos de activos financeiros disponíveis para venda / in fair value of financial assets available-for-sale

** de terrenos e edifícios de uso próprio / of land and buildings for own use

(Euro)

Capital social	Reservas de reavaliação		Reservas por impostos difer. e correntes	Outras reservas		Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total
	por ajustamentos*	por revalorização**		Reserva legal	Outras reservas			
Share capital	Revaluation reserves		Reserve for deferred and current taxation	Other reserves		Retained earnings	Profit for year	Total
	through adjustments*	through revaluation**		Legal reserve	Other reserves			
20.000.000	25.060.409	9.938	(6.510.825)	4.558.418	20.988.922		4.103.224	68.210.086
20.000.000	25.060.409	9.938	(6.510.825)	4.558.418	20.988.922		4.103.224	68.210.086
				410.322	1.892.902		(2.303.224)	-
							3.460.776	3.460.776
-	(8.675.231)	4.643	2.216.747	-	70.350		-	(6.383.491)
	(8.675.231)		2.216.747					(6.458.484)
		4.643						4.643
					70.350			70.350
-	(8.675.231)	4.643	2.216.747	-	70.350		3.460.776	(2.922.715)
-	-	-	-	-	-		(1.800.000)	(1.800.000)
							(1.800.000)	(1.800.000)
-	(8.675.231)	4.643	2.216.747	410.322	1.963.252		(642.448)	(4.722.715)
20.000.000	16.385.178	14.581	(4.294.078)	4.968.740	22.952.174		3.460.776	63.487.371
20.000.000	16.385.178	14.581	(4.294.078)	4.968.740	22.952.174		3.460.776	63.487.371
				346.078	1.514.698		(1.860.776)	-
							2.850.298	2.850.298
-	(1.478.669)	-	375.356	-	(11.621)		-	(1.114.934)
	(1.478.669)		375.356					(1.103.313)
		-						-
					(11.621)			(11.621)
-	(1.478.669)	-	375.356	-	(11.621)		2.850.298	1.735.364
							(1.600.000)	(1.600.000)
							(1.600.000)	(1.600.000)
	(1.478.669)	-	375.356	346.078	1.503.077		(610.478)	135.364
20.000.000	14.906.509	14.581	(3.918.722)	5.314.818	24.455.251		2.850.298	63.622.735

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
STATEMENT OF COMPREHENSIVE INCOME

(Euro)

	2016	2015
	2016	2015
ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
ITEMS THAT MAY BE RECLASSIFIED TO PROFIT AND LOSS		
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(1.478.669)	(8.675.231)
<i>Fair value reserve for assets available for sale</i>		
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(2.307.819)	(6.076.654)
<i>Fair value reserve for assets available for sale</i>		
Provisão para participação nos resultados a atribuir	829.150	(2.598.577)
<i>Provision for profit sharing</i>		
Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	4.643
<i>Revaluation reserve for revaluation of land and buildings for own use</i>		
Impostos diferidos e correntes	375.356	2.216.747
<i>Deferred and current taxes</i>		
	<u>(1.103.313)</u>	<u>(6.453.841)</u>
ITENS QUE NÃO IRÃO SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
ITEMS THAT WILL NOT BE RECLASSIFIED TO PROFIT AND LOSS		
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, líquido de impostos	(11.621)	70.350
<i>Recognition of actuarial net profit and loss</i>		
	<u>(11.621)</u>	<u>70.350</u>
Total do outro rendimento integral	<u>(1.114.934)</u>	<u>(6.383.491)</u>
<i>Total other comprehensive income</i>		
Resultado líquido do período	2.850.298	3.460.776
<i>Net profit for year</i>		
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO LÍQUIDO DE IMPOSTOS	<u>1.735.364</u>	<u>(2.922.715)</u>
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR NET OF TAX		

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA STATEMENT OF CASH FLOWS

(Euro)

	2016	2015
	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS / FLOWS FROM BUSINESS OPERATIONS		
Resultado líquido do exercício / <i>Net profit for year</i>	2.850.298	3.460.776
Ajustamentos por: / <i>Adjustments for:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício / <i>Depreciation and amortization for year</i>	363.146	335.062
Varição nas provisões técnicas / <i>Difference in technical provisions</i>	(3.271.701)	(56.895.115)
Varição dos passivos decorrentes de contratos de investimento / <i>Difference in liabilities arising from investment contracts</i>	45.361.454	(3.058.619)
Varição de provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Difference in technical provisions of outward reinsurance</i>	(768.843)	1.239.440
Imparidade de activos disponíveis para venda / <i>Impairment of assets available-for-sale</i>	184.860	1.515.204
Perdas/(ganhos) em terrenos e edifícios / <i>Losses/(gains) on land and buildings</i>	238.760	-
Imparidade de outros activos / <i>Impairment of other assets</i>	(10.047)	(32.125)
Varição nos impostos activos/passivos / <i>Difference in asset/liability taxation</i>	(952.923)	(2.533.777)
Variações nos activos e passivos operacionais / <i>Difference in assets and liabilities in operations</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans made and accounts receivable</i>	(50.527.972)	34.043.556
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance and other operations</i>	(768.495)	140.751
Outros activos e passivos / <i>Other assets and liabilities</i>	4.437	(38.066)
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	677.319	(1.423.533)
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance and other operations</i>	2.690.385	(2.935.694)
Outros passivos / <i>Other liabilities</i>	-	-
	(3.929.322)	(26.182.140)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO / CASH FLOWS FROM INVESTMENT BUSINESS		
Variações nos investimentos em filiais e associadas / <i>Differences in investments in subsidiaries and associates</i>	-	-
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados / <i>Differences in financial assets at fair value through profit and loss</i>	(3.914.825)	99.591
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Differences in financial assets available-for-sale</i>	(7.221.787)	33.826.002
Variações nos investimentos a deter até à maturidade / <i>Differences in investments held to maturity</i>	9.164.804	707.389
Variações dos ganhos/(perdas) actuariais reconhecidas / <i>Differences in actuarial gains/(losses) recognised</i>	(11.621)	70.350
Aquisições de terrenos e edifícios e outros activos tangíveis / <i>Acquisitions of land and buildings and other tangible assets</i>	(7.205.241)	(736.366)
	(9.188.670)	33.966.966
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO / CASH FLOW FROM FINANCIAL BUSINESS		
Pagamento de dividendos / <i>Payment of dividends</i>	(1.600.000)	(1.800.000)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Differences in financial assets available-for-sale</i>	(1.600.000)	(1.800.000)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES / NET DIFFERENCE IN CASH AND EQUIVALENTS		
Caixa e equivalentes no início do período / <i>Cash and equivalents at start of year</i>	20.661.980	14.677.154
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO / CASH AND EQUIVALENTS AT CLOSE OF YEAR	5.943.988	20.661.980

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código Designação

IDENTIFICATION OF SECURITIES

Code Name

1 FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES / SUBSIDIARIES, ASSOCIATES, JOINT UNDERTAKINGS AND OTHER HOLDINGS			
1.1 Títulos Nacionais / National securities			
1.1.1 Partes de capital em filiais / Capital shares in subsidiaries			
722910037201	EMPRESA GESTORA DE IMÓVEIS DA RUA DO PRIOR, S.A.		
			sub-total (1.1.1)
1.1.4 Partes de capital em outras empresas participadas e participantes / Capital shares in other company holdings			
PTLUI0AM0003	LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		
921910000501	SPA - SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES, S.A.		
PTMGFOAM0006	MG - GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS - NOMINATIVAS		
925910032601	RESIDÊNCIAS MG - SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.		
722910042701	BOLSIMO - GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.		
722910042601	GERMONT - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.		
921910055401	MONTEPIO SEGUROS S.G.P.S., S.A.		
992910057301	MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS IMOBILIÁRIOS, ACE		
			sub-total (1.1.4)
1.1.8 Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes / Debt securities in other holdings companies			
PTCMKXE0004	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 1.ª série	taxa variável	1,539% - 08/2018
PTCMKXE0001	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 2.ª série	taxa variável	1,549% - 08/2018
902023429901	O. CAIXA SUBORDINADAS CEMG 3.ª série MONTEPIO	taxa variável	1,661% - 08/2018
			sub-total (1.1.8)
			total (1.1)
2 OUTROS / OTHER			
2.1 Títulos Nacionais / National securities			
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / Capital instruments and investment units			
2.1.1.1 Acções / Shares			
PTCTTOAM0001	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.		
			sub-total (2.1.1.1)
2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento / Investment units in investment funds			
PTNOFAIM0008	FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		
			sub-total (2.1.1.3)
			sub-total (2.1.1)
2.1.2 Títulos de dívida / Debt securities			
2.1.2.1 De dívida pública / Public debt			
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABRIL	taxa fixa	3,850% - 2005/2021
PTOTESOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABRIL	taxa fixa	4,100% - 2006/2037
PTOTEMOE0027	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUNHO	taxa fixa	4,750% - 2009/2019
PTOTENOE0018	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUNHO	taxa fixa	4,450% - 2008/2018
PTOTECOE0029	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUNHO	taxa fixa	4,800% - 2010/2020
PTOTEQOE0015	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - FEVEREIRO	taxa fixa	5,650% - 2013/2024
PTOTEROE0014	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABRIL	taxa fixa	3,875% - 2014/2030
PTOTEBOE0020	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - FEVEREIRO	taxa fixa	4,100% - 2015/2045
PTOTEKOE0011	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - OUTUBRO	taxa fixa	2,875% - 2015/2025
PTOTETOE0012	OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JULHO	taxa fixa	2,875% - 2016/2026
PTOTVHOE0007	OTRV FRN 12AUG2021	taxa variável	2,050% - 2016/2021
PTOTVHOE0006	OTRV FRN 30NOV2021	taxa variável	2,000% - 2016/2021
			sub-total (2.1.2.1)
2.1.2.3 De outros emissores / Other issuers			
PTCPEHOM0006	REFER, REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	5,875% - 2009/2019
PTCPEJOM0004	REFER, REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	4,675% - 2009/2024
PTCFPAOM0002	CP - COMBÓIOS DE PORTUGAL	taxa fixa	4,170% - 2009/2019
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	taxa fixa	4,250% - 2010/2020
PTGALIOE0009	GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A.	taxa fixa	4,125% - 2013/2019
PTBSSBOE0012	BRISA CONCESSÃO RODOVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	3,875% - 2014/2021
PTGALJOE0008	GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A.	taxa fixa	3,000% - 2014/2021
PTGRPEOE0000	GRUPO PESTANA S.G.P.S., S.A.	taxa fixa	3,950% - 2015/2022
PTGALFOE0002	GALP ENERGIA S.G.P.S., S.A.	taxa variável	3,597% - 2013/2018
PTEDPUOM0024	EDP ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.	taxa variável	5,375% - 2015/2075
			sub-total (2.1.2.3)
			sub-total (2.1.2)
			total (2.1)

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
84.000,00			40,40	3.393.801,00	39,05	3.280.300,00
84.000,00				3.393.801,00		3.280.300,00
132,00			6,49	856,52	6,49	856,52
16.959,00			7,69	130.455,90	7,69	130.455,90
15,00			0,00	0,00	0,00	0,00
100,00			1,00	100,00	1,00	100,00
4.966,00			100,00	496.601,56	100,00	496.601,56
50,00			100,04	5.002,08	100,04	5.002,08
2.900.001,00			1,00	2.900.001,00	0,41	1.199.936,68
12.248,54			1,00	12.248,90	1,00	12.248,90
2.934.471,54				3.545.285,96		1.845.201,64
	8.567.000	100,00%		8.567.000,00	91,45%	7.834.908,21
	8.515.000	100,00%		8.515.000,00	98,56%	8.392.209,42
	4.168.000	100,00%		4.168.000,00	92,19%	3.842.331,23
	21.250.000			21.250.000,00		20.069.448,86
3.018.471,54	21.250.000			28.189.066,96		25.194.950,50
77.000,00			7,37	567.863,04	6,44	495.880,00
77.000,00				567.863,04		495.880,00
250.000,00			3,72	930.130,56	3,79	947.675,00
250.000,00				930.130,56		947.675,00
327.000,00				1.497.993,60		1.443.555,00
	15.000.000	94,49%		14.172.905,12	95,27%	14.290.544,01
	32.500.000	102,56%		33.332.629,51	98,82%	32.115.053,03
	11.200.000	87,41%		9.789.950,59	99,21%	11.111.596,78
	3.500.000	100,28%		3.509.732,42	99,81%	3.493.453,62
	14.960.000	91,86%		13.742.246,64	97,03%	14.515.746,11
	17.700.000	113,34%		20.061.164,12	119,44%	21.140.860,64
	5.000.000	100,78%		5.038.898,39	99,16%	4.958.206,96
	7.500.000	113,04%		8.478.298,20	94,70%	7.102.194,48
	2.000.000	97,97%		1.959.459,24	95,48%	1.909.523,06
	9.500.000	99,17%		9.421.440,69	94,25%	8.953.496,27
	309.000	100,16%		309.482,04	102,57%	316.956,49
	318.000	100,26%		318.826,80	101,18%	321.744,02
	119.487.000			120.135.033,76		120.229.375,47
	1.000.000	102,71%		1.027.100,00	103,43%	1.034.344,05
	8.000.000	100,13%		8.010.156,00	87,17%	6.973.894,93
	3.800.000	98,86%		3.756.600,00	89,34%	3.394.929,81
	5.500.000	99,06%		5.448.489,85	94,86%	5.217.046,95
	7.000.000	100,24%		7.016.984,48	110,38%	7.726.756,60
	3.000.000	100,72%		3.021.471,28	116,03%	3.480.807,12
	10.000.000	98,90%		9.890.472,73	107,64%	10.764.024,54
	500.000	99,24%		496.200,00	100,70%	503.519,52
	1.300.000	103,00%		1.339.000,00	102,85%	1.336.985,54
	2.600.000	103,41%		2.688.700,00	108,59%	2.823.424,91
	42.700.000			42.695.174,34		43.255.733,97
	162.187.000			162.830.208,10		163.485.109,44
327.000,00	162.187.000			164.328.201,70		164.928.664,44

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código	Designação		
IDENTIFICATION OF SECURITIES			
Code	Name		
2.2 Estrangeiros / <i>Foreigners</i>			
2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / <i>Capital instruments and investment units</i>			
2.2.1.1 Acções / <i>Shares</i>			
XS0214398199	BARCLAYS BANK PLC	pref. s/voto	4,750% - 2005/2020
XS0229864060	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	1,348% - 2005/2049
XS0266971745	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	1,649% - 2006/2049
			sub-total (2.2.1.1)
2.2.2 Títulos de dívida / <i>Debt securities</i>			
2.2.2.1 De dívida pública / <i>Public debt</i>			
DE0001135085	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	4,750% - 1998/2028
FR0000189151	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	4,250% - 2003/2019
FR0010192997	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	3,750% - 2005/2021
ES0000012932	BONOS ESPANHA - SPGB	taxa fixa	4,200% - 2005/2037
IT0003644769	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	4,500% - 2004/2020
ES0000012106	BONOS ESPANHA - SPGB	taxa fixa	4,300% - 2009/2019
AT0000A001X2	REPÚBLICA DA ÁUSTRIA	taxa fixa	3,500% - 2005/2021
NL0000102275	REINO DA HOLANDA	taxa fixa	3,750% - 2006/2023
DE0001135390	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,250% - 2009/2020
DE0001135374	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,750% - 2008/2019
ES00000124H4	BONOS ESPANHA	taxa fixa	5,150% - 2013/2044
IT0004923998	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	4,750% - 2013/2044
ES00000128C6	BONOS ESPANHA - SPGB	taxa fixa	2,900% - 2016/2046
IT0005177909	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	2,250% - 2016/2036
IT0005024234	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	3,500% - 2014/2030
ES00000127A2	BONOS ESPANHA - SPGB	taxa fixa	1,950% - 2015/2030
ES00000127Z9	BONOS ESPANHA - SPGB	taxa fixa	1,950% - 2016/2026
IT0005170839	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	1,600% - 2016/2026
			sub-total (2.2.2.1)
2.2.2.3 De outros emissores / <i>Other issuers</i>			
XS0093667334	BEI - BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS	taxa fixa	5,625% - 1998/2028
XS0158363852	CDC IXIS	taxa fixa	5,375% - 2002/2027
XS0100221349	COMMERZBANK	tx. var. ind. - curv. swap	5,250% - 1999/2019
XS0097222466	ING - NEDERLAND BANK NV	taxa variável	4,000% - 1999/2019
XS0173501379	BMW FINANCE NV	taxa fixa	5,000% - 2003/2018
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC	taxa fixa	5,000% - 2003/2018
XS0211637839	ALLIANZ FINANCE II B.V.	taxa variável	4,375% - 2005/2017
ES0211845203	ABERTIS INFRA	taxa fixa	4,375% - 2005/2020
XS0213026197	CITIGROUP, INC	taxa variável	4,250% - 2005/2030
ES0413211071	BBVA - B.B.VIZCAYA Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,000% - 2005/2025
XS0222383027	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC	taxa fixa	4,000% - 2005/2025
XS0225115566	CAIXA D'ESTALVIS DE TERRASSA	tx. var. - div. perpétua	0,053% - 2005/2049
XS0229567440	GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORP	taxa fixa	4,125% - 2005/2035
XS0230315748	PARPÚBLICA	taxa fixa	3,567% - 2005/2020
FR0010198036	CADES - CAISSE D'AMORT. DETTE SOC	taxa fixa	3,750% - 2005/2020
DE0002760980	KFW - KREDITANSTALT FUER WIEDERAUFBAU	taxa fixa	3,500% - 2006/2021
XS0250729109	ABBEY NATL TREAS - Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,250% - 2006/2021
XS0256967869	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,375% - 2006/2021
XS0267828308	MERRYLL LYNCH & CO	taxa fixa	4,625% - 2006/2018
XS0270347304	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,750% - 2006/2021
XS0271858606	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC	taxa fixa	4,350% - 2006/2017
XS0289334368	ABN AMRO BANK NV	taxa fixa	4,250% - 2007/2017
XS0320303943	BNP PARIBAS	taxa fixa	5,431% - 2007/2017
XS0170343247	ENEL SPA	taxa fixa	4,750% - 2003/2018
XS0303396062	ING Groep NV	taxa fixa	4,750% - 2007/2017
XS0339454851	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,750% - 2008/2018
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC	taxa fixa	6,000% - 2008/2018
XS0369461644	SIEMENS FINANCIERINGSMAT	taxa fixa	5,625% - 2008/2018
XS0428147093	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV	taxa fixa	4,375% - 2009/2018
XS0428962921	ICO - INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	taxa fixa	4,375% - 2009/2019
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A., FTF BONDS	taxa fixa	5,875% - 2009/2019

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	1.000.000	100,65%		1.006.525,00	96,52%	965.179,86
	750.000	99,01%		742.560,00	85,91%	644.309,20
	1.500.000	100,52%		1.507.755,00	87,92%	1.318.865,01
	3.250.000			3.256.840,00		2.928.354,07
	4.000.000	100,54%		4.021.405,00	152,20%	6.087.938,62
	12.500.000	99,86%		12.482.750,00	114,30%	14.287.619,85
	2.500.000	100,06%		2.501.500,00	120,41%	3.010.337,33
	12.000.000	106,88%		12.825.620,13	136,17%	16.340.911,44
	4.500.000	100,43%		4.519.500,00	115,20%	5.184.178,76
	4.000.000	99,08%		3.963.120,00	113,02%	4.520.745,20
	3.250.000	95,87%		3.115.634,49	119,36%	3.879.200,89
	2.000.000	99,69%		1.993.800,00	128,19%	2.563.766,23
	3.000.000	101,10%		3.032.993,08	115,40%	3.462.134,42
	3.000.000	103,86%		3.115.775,98	112,91%	3.387.210,47
	10.000.000	122,98%		12.298.219,75	151,99%	15.199.068,49
	10.000.000	113,75%		11.375.252,98	136,66%	13.666.465,75
	1.500.000	100,15%		1.502.250,00	106,31%	1.594.716,49
	5.000.000	98,78%		4.938.818,18	97,81%	4.890.726,49
	3.000.000	119,32%		3.579.648,93	116,81%	3.504.158,22
	2.500.000	98,80%		2.470.000,00	102,70%	2.567.568,51
	7.500.000	106,67%		8.000.000,11	106,69%	8.001.862,45
	2.500.000	104,74%		2.618.606,55	99,02%	2.475.412,67
	92.750.000			98.354.895,18		114.624.021,92
	1.140.800	99,70%		1.137.377,60	157,42%	1.795.836,33
	2.000.000	98,96%		1.979.120,00	114,12%	2.282.484,64
	468.000	99,80%		467.064,00	112,64%	527.174,75
	250.000	100,00%		250.000,00	110,04%	275.106,78
	1.000.000	100,59%		1.005.862,10	110,11%	1.101.116,99
	1.500.000	99,76%		1.496.400,00	110,00%	1.650.010,68
	575.000	99,35%		571.262,50	103,85%	597.156,07
	2.500.000	99,75%		2.493.750,00	116,85%	2.921.205,47
	5.000.000	96,58%		4.829.000,00	120,40%	6.020.186,33
	2.000.000	98,55%		1.971.000,00	128,75%	2.575.059,56
	7.000.000	99,09%		6.936.500,00	128,50%	8.994.920,40
	1.000.000	99,50%		995.000,00	54,79%	547.863,67
	2.500.000	100,46%		2.511.500,00	138,94%	3.473.501,03
	3.400.000	99,45%		3.381.388,00	93,45%	3.177.234,22
	2.000.000	99,17%		1.983.400,00	116,49%	2.329.767,12
	1.500.000	96,10%		1.441.500,00	119,13%	1.786.890,41
	4.000.000	99,70%		3.987.900,00	120,72%	4.828.893,14
	2.500.000	99,39%		2.484.750,00	121,14%	3.028.604,11
	5.000.000	100,10%		5.005.000,00	108,85%	5.442.324,65
	2.000.000	100,80%		2.016.000,00	118,37%	2.367.421,92
	2.500.000	98,57%		2.464.250,00	104,25%	2.606.290,98
	2.500.000	99,15%		2.478.750,00	104,26%	2.606.534,24
	5.000.000	100,93%		5.046.500,00	105,35%	5.267.256,85
	1.000.000	101,75%		1.017.500,00	109,33%	1.093.307,67
	3.000.000	99,31%		2.979.300,00	104,80%	3.143.907,94
	2.000.000	102,30%		2.046.000,00	109,57%	2.191.486,56
	9.500.000	100,11%		9.510.700,00	111,66%	10.607.410,31
	5.000.000	102,70%		5.135.000,00	111,60%	5.579.971,22
	7.950.000	101,31%		8.053.982,88	108,86%	8.654.277,42
	750.000	99,76%		748.215,00	113,22%	849.126,88
	3.000.000	105,51%		3.165.314,46	116,94%	3.508.093,97

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
INVENTORY OF FINANCIAL HOLDINGS AND INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código	Designação		
Code	Name		
XS0321334442	CREDIT SUISSE LONDON	taxa fixa	5,125% - 2007/2017
ES0414950693	CAJA MADRID	taxa fixa	5,000% - 2007/2019
XS0490013801	COMMONWEALTH BANK AUSTRALIA	taxa fixa	4,375% - 2010/2020
XS0162990229	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE	taxa fixa	5,625% - 2003/2033
XS0479542580	GAS NATURAL CAP	taxa fixa	4,500% - 2010/2020
XS0842659426	ENEL FINANCE INTEL NV	taxa fixa	4,875% - 2012/2023
XS0875343757	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV	taxa fixa	3,875% - 2013/2023
XS0835890350	PETROBRAS GLOBAL FINANCE NV	taxa fixa	4,250% - 2012/2023
XS0982774399	REN FINANCE BV	taxa fixa	4,750% - 2013/2020
XS0868458653	TELECOM ITALIA SPA	taxa fixa	4,000% - 2012/2020
XS0970852348	ENI SPA	taxa fixa	3,750% - 2013/2025
XS0764278528	MUNICH RE	taxa fixa	6,250% - 2012/2042
XS0906949523	GAZPROM (GAZ CAPITAL SA)	taxa fixa	4,364% - 2013/2025
XS0982711714	PETROBRAS GLOBAL FINANCE NV	taxa fixa	4,750% - 2014/2025
XS1072141861	ADIF ALTA VELOCIDAD	taxa fixa	3,500% - 2014/2024
XS1086530604	ACCIONA ANASM 4.625 07/19	taxa fixa	4,625% - 2014/2019
FR0011791391	AREVA SA	taxa fixa	3,125% - 2014/2023
XS1222590488	EDP FINANCE BV	taxa fixa	2,000% - 2015/2025
XS1140857316	STANDARD CHARTERED PLC	taxa fixa	3,125% - 2014/2024
FR0011400571	CASINO GUICHARD PERRACHO	taxa fixa	3,311% - 2013/2023
FR0013067196	SCOR SE	taxa variavel	3,000% - 2015/2046
XS1169791529	BFE FINANCIACIONES SA	taxa fixa	2,000% - 2015/2020
XS0975256685	REPSOL INTL FINANCE	taxa fixa	3,625% - 2013/2021
XS1117299211	CAMPOFRIO FOOD GROUP, S.A.	taxa fixa	3,375% - 2015/2022
XS1201001572	SANTADER ISSUANCES	taxa fixa	2,500% - 2015/2025
XS1428782160	ESB FINANCE LTD	taxa fixa	1,875% - 2016/2031
ES0224244071	MAPFRE SA	taxa fixa	1,625% - 2016/2026
XS1189286286	REN FINANCE BV	taxa fixa	2,500% - 2015/2025
DE000A2AAPF1	THYSSENKRUPP AG	taxa fixa	2,750% - 2016/2021
DE000A14J611	BAYER AG	taxa variavel	2,375% - 2015/2075
XS1384064587	SANTADER ISSUANCES	taxa fixa	3,250% - 2016/2026
FR0011697028	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE, SA	taxa variavel	5,000% - 2014/2026
XS1501166869	TOTAL SA	taxa variavel	3,369% - 2016/2026
XS1190632999	BNP PARIBAS	taxa fixa	2,375% - 2015/2025
XS1204154410	CREDIT AGRICOLE SA	taxa fixa	2,625% - 2015/2027
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE	taxa fixa	3,000% - 2016/2028
XS1378880253	BNP PARIBAS	taxa fixa	2,875% - 2016/2026

sub-total (2.2.2.3)

total (2.2)

3 TOTAL GERAL / GENERAL TOTAL

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	2.400.000	105,04%		2.521.041,22	105,18%	2.524.374,59
	2.000.000	103,88%		2.077.500,00	114,68%	2.293.558,90
	1.000.000	102,50%		1.025.000,00	117,40%	1.174.016,01
	1.900.000	106,49%		2.023.359,60	148,63%	2.824.023,57
	2.100.000	93,81%		1.970.065,28	117,50%	2.467.395,67
	550.000	106,67%		586.670,91	128,32%	705.766,72
	2.500.000	100,62%		2.515.392,34	122,23%	3.055.779,70
	8.100.000	100,42%		8.134.090,99	98,77%	8.000.446,56
	7.500.000	103,34%		7.750.587,78	115,95%	8.696.478,08
	1.000.000	98,67%		986.653,90	112,26%	1.122.594,91
	2.000.000	104,14%		2.082.724,85	122,74%	2.454.842,73
	2.000.000	121,88%		2.437.646,92	125,38%	2.507.656,67
	1.500.000	100,78%		1.511.735,69	111,55%	1.673.182,58
	3.000.000	99,68%		2.990.304,14	101,80%	3.054.009,18
	2.000.000	99,57%		1.991.350,61	118,61%	2.372.228,22
	2.000.000	99,69%		1.993.770,98	106,82%	2.136.344,63
	1.500.000	102,12%		1.531.738,92	98,38%	1.475.754,44
	6.000.000	97,90%		5.874.000,00	99,56%	5.973.760,22
	2.000.000	96,80%		1.936.067,55	103,32%	2.066.431,78
	1.000.000	101,97%		1.019.729,61	113,52%	1.135.194,56
	1.500.000	97,55%		1.463.231,25	101,71%	1.525.682,26
	600.000	94,70%		568.200,00	101,65%	609.904,00
	2.000.000	102,90%		2.058.000,00	115,14%	2.302.852,70
	500.000	100,40%		502.000,00	104,57%	522.856,88
	3.000.000	97,20%		2.916.000,00	100,05%	3.001.390,33
	1.500.000	99,75%		1.496.310,00	102,50%	1.537.497,81
	2.000.000	100,93%		2.018.568,45	100,73%	2.014.569,15
	2.000.000	105,58%		2.111.613,09	106,24%	2.124.759,82
	5.000.000	104,95%		5.247.606,29	106,58%	5.328.860,33
	1.000.000	96,50%		965.000,00	95,78%	957.812,18
	4.000.000	101,48%		4.059.000,00	104,19%	4.167.724,46
	1.000.000	99,70%		997.000,00	99,69%	996.882,23
	1.100.000	96,25%		1.058.750,00	96,96%	1.066.552,03
	2.650.000	100,07%		2.651.855,00	103,18%	2.734.223,94
	2.000.000	100,47%		2.009.440,00	104,20%	2.083.958,44
	2.700.000	102,00%		2.753.898,48	104,16%	2.812.329,09
	1.100.000	102,90%		1.131.897,26	103,67%	1.140.411,59
	175.233.800			176.557.087,65		194.472.529,27
	271.233.800			278.168.822,83		312.024.905,26
3.345.472	454.670.800			470.686.091,49		5012.148.520,20

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (Correcções)
CLAIMS PROVISION FOR CLAIMS MADE IN PREVIOUS FINANCIAL YEARS AND THEIR READJUSTMENTS (Corrections)

(Euro)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com Sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
SECTORS/GROUPS OF SECTORS	Claims provisions on 31/12/2015 (1)	Claims costs* Amounts paid in year (2)	Claims provision* on 31/12/2016 (3)	Readjustments (3)+(2)-(1)
VIDA / LIFE	20.132.631	4.127.519	14.489.579	(1.515.533)
NÃO VIDA / NON-LIFE	0	0	0	0
TOTAL / TOTAL	20.132.631	4.127.519	14.489.579	(1.515.533)

(*) Sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores / Claims made in 2015 and before

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE		
	1. Informação Geral	59
	2. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contabilísticas Adoptadas	59
	2.1. Bases de apresentação	59
	2.2. Principais políticas contabilísticas adoptadas	61
	a) Contratos de seguro e contratos de investimento	61
	b) Provisões técnicas	61
	c) Resseguro	63
	d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	63
	e) Instrumentos financeiros	63
	f) Outros activos financeiros - derivados	67
	g) Passivos financeiros	69
	h) Compensação de instrumentos financeiros	69
	i) Transacções em moeda estrangeira	69
	j) Activos tangíveis	69
	k) Activos intangíveis	71
	l) Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio	71
	m) Locações	73
	n) Caixa e equivalentes de caixa	73
	o) Provisões	73
	p) Reconhecimento de juros e dividendos	73
	q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões	75
	r) Benefícios concedidos aos empregados	75
	s) Imposto sobre lucros	77
	t) Resultados por acção	79
	3. Principais Estimativas Contabilísticas e Julgamentos Relevantes Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras	79
	4. Segmentos Operacionais	83
	5. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	83
	6. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	85
	7. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	85
	8. Provisão Matemática e outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro	85
	9. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	85
	10. Rendimentos	87
	11. Gastos Financeiros	87
	12. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas e Propriedades de Investimento	87
	13. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	87
	14. Perdas de Imparidade, Líquidas de Reversão	89
	15. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	89
	16. Custos e Gastos por Natureza a Imputar	89
	17. Benefícios Concedidos a Empregados	91
	18. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	95

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

TABLE OF CONTENTS	1. General Information	60
	2. Bases for Presentation of Financial Statements and Principal Accounting Statements Adopted	60
	2.1. Bases for presentation	60
	2.2. Principal accounting policies adopted	60
	a) Insurance contracts and investment contracts	60
	b) Technical provisions	62
	c) Reinsurance	64
	d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings	64
	e) Financial instruments	64
	f) Other financial assets - derivatives	68
	g) Financial liabilities	68
	h) Financial instrument compensation	68
	i) Foreign currency trading	68
	j) Tangible assets	70
	k) Intangible assets	70
	l) Investment property and own-use property	70
	m) Leasing	72
	n) Cash and cash equivalents	74
o) Provisions	74	
p) Recognition of interest and dividends	74	
q) Recognition of income from services and commissions	74	
r) Benefits to employees	74	
s) Tax on profits	78	
t) Profit and loss per share	78	
3. Principal Accounting Estimates and Relevant Decisions used in Preparing the Financial Statements	78	
4. Business Segments	82	
5. Premiums Earned Net of Reinsurance	82	
6. Commissions on Insurance Contracts and Operations considered for Accounting Purposes as Investment Contracts or Service Provision Contracts	84	
7. Claims costs, net of reinsurance	84	
8. Mathematical Provision and other Technical Provisions, Net of Reinsurance	84	
9. Net Running Costs and Expenditure	84	
10. Income	86	
11. Financial Costs	86	
12. Net Gains from Financial Assets and Liabilities not Valued at Fair Value through Gains and Losses and Investment Properties	86	
13. Net Gains from Financial Assets and Liabilities Valued at Fair Value through Gains and Losses	86	
14. Impairment Losses, Net of Reversion	88	
15. Other Income/Technical Costs, Net of Reinsurance	88	
16. Costs and Expenditure by Type	88	
17. Benefits to Employees	90	
18. Cash and its Equivalents and Call Deposits	94	

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

19. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	95
20. Activos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	97
21. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	97
22. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	99
23. Investimentos Detidos até à Maturidade	99
24. Terrenos e Edifícios	101
25. Outros Activos Tangíveis e Intangíveis	103
26. Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Cedido	105
27. Outros Devedores por Operações de Seguros e por Outras Operações	107
28. Activos e Passivos por Impostos	107
29. Passivos Financeiros	109
30. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	111
31. Capital, Reservas de Reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados	111
32. Transacções entre Partes Relacionadas	115
33. Passivos Contingentes	117
34. Elementos Extra Patrimoniais	119
35. Gestão dos Riscos	119
35.1. Riscos específicos de seguro	121
35.2. Riscos financeiros	123
35.3. Outros riscos	131
36. Solvência	133
37. Justo Valor	133
38. Eventos Subsequentes	135
39. Normas Contabilísticas e Interpretações recentemente Emitidas	135

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

19. Investments in Affiliates, Associates and joint Undertakings	94
20. Financial Assets Classified in Initial Recognition at Fair Value through Profit and Loss	96
21. Financial Assets Available for Sale	96
22. Loans Granted and Receivables	98
23. Investments held to Maturity	98
24. Land and Buildings	100
25. Other Tangible Assets	102
26. Technical Provisions for Direct Insurance and Outward Reinsurance	104
27. Other Debtors in Insurance and other Operations	106
28. Assets and Liabilities from Taxation	106
29. Financial Liabilities	108
30. Other Creditors in Insurance and other Operations	110
31. Capital, Revaluation Reserves, other Reserves and Retained Earnings	110
32. Trading between Related Parties	114
33. Contingency Liabilities	116
34. Extra Asset Components	118
35. Risk Management	118
35.1. Specific insurance risks	120
35.2. Financial risks	122
35.3. Other risks	130
36. Solvency	132
37. Fair Value	132
38. Subsequent Events	134
39. Recently issued Accounting Standards and Interpretations	134

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. (“Lusitania Vida” ou “Companhia”) foi constituída em 15 de Maio de 1987, sob a forma jurídica de sociedade anónima, tendo iniciado a sua actividade em 20 de Outubro de 1987. A Companhia encontra-se registada em Portugal e tem a sua sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12º, em Lisboa.

A Companhia tem como objectivo o exercício da actividade de seguros para o ramo Vida e a gestão de fundos de pensões, para o que obteve a devida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, (“ASF”).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor, emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Este Plano de Contas acolhe os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração do dia 3 de Março de 2017.

Em 2016, a Companhia adoptou as interpretações dos IFRS de aplicação obrigatória para o exercício que se iniciou a 1 de Janeiro de 2016, conforme referido na nota 39.

As políticas contabilísticas seguidamente descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes da adopção dos IFRS e respectivas interpretações dos IFRS acima mencionados.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, requer que o Conselho de Administração da Companhia adopte julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de rendimentos, gastos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos baseiam-se em informação recente e fiável, resultante da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do accionista maioritário Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., estando a Lusitânia Vida dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. são consolidadas na entidade mãe Montepio Geral - Associação Mutualista.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

1. GENERAL INFORMATION

Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. hereinafter referred to as Lusitania Vida or the Company, was incorporated on 15 May 1987 as a limited company and opened for business on 20 October 1987. The Company is registered in Portugal and its head office is located at Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12º, Lisbon.

The Company trades in life insurance and pension fund management, and is fully authorised to do so by the supervisory authority for insurance and pension funds - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

2. BASES FOR PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS AND PRINCIPAL ACCOUNTING STATEMENTS ADOPTED

2.1. BASES FOR PRESENTATION

These financial statements refer to the financial year ending as at 31 December 2016 and were prepared as stipulated in the accounts plan for insurance companies in force, issued by the ASF.

The Accounts Plan takes in the International Financial Reporting Standards (IFRS) in force as adopted by the European Union, with the exception of measurement criteria defined in IFRS 4 - Insurance Contracts. The IFRS include the accounting standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and the interpretations of the International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) and by their respective preceding bodies.

The financial statements now submitted were approved at the Board of Directors' meeting held on 3 March 2017.

In 2016, the Company adopted the interpretations of the IFRS, application of which is obligatory, for the financial year beginning on 1 January 2016, as referred to in note 39.

The accounting policies described below, were applied consistently throughout all periods covered in the financial statements, with the changes resulting from adoption of the IFRS and the respective interpretations of IFRS mentioned above.

The financial statements are expressed in Euro and are prepared on a historical cost basis, with the exception of assets and liabilities recorded at fair value, that is financial assets and liabilities at fair value through profit and loss and financial assets available for sale. All other financial assets and liabilities, as well as non-financial assets and liabilities, are recorded at depreciated cost or historical cost.

Preparation of the financial statements, in compliance with the Accounting Plan for Insurance Companies, requires the Company's Board of Directors to make decisions and estimates and to use assumptions that affect the application of accounting policies and the amount of income, expenditure, assets and liabilities recorded. These estimates and assumptions are based on recent, reliable information, resulting from the present and forecast assessment of future benefits and associated obligations. Real results may differ from those estimated.

The areas that involve more judgement or complexity, or in which significant assumptions and estimates are used in preparing financial statements, are examined in note 3.

The financial statements submitted here are consolidated in the financial statements of the majority shareholder Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., and Lusitania Vida is not required to prepare consolidated financial statements. The financial statements of Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., are consolidated in the parent company Montepio Geral - Associação Mutualista.

2.2. PRINCIPAL ACCOUNTING POLICIES ADOPTED

a) Insurance contracts and investment contracts

CLASSIFICATION

Lusitania Vida writes contracts that include an insurance risk, a financial risk or a combination of both. A contract in

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

a) Contratos de seguro e contratos de investimento

CLASSIFICAÇÃO

A Lusitania Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

b) Provisões técnicas

PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

which the Company accepts a significant insurance risk for another party, agreeing to compensate the insured in the case of a specific, uncertain, future occurrence affecting the insured is classified as an insurance contract.

A contract written by the Company in which the transferred insurance risk is insignificant, but in which the transferred financial risk includes discretionary profit sharing, is considered to be an investment contract and recognised and measured according to accounting policies applicable to insurance contracts.

A contract written by the Company that transfers only the financial risk, without discretionary profit sharing, is recorded as a financial instrument.

RECOGNITION AND MEASUREMENT

Life insurance policy premiums and investment contracts with discretionary profit sharing that are considered long term contracts are recognised as gains when due by policyholders. Benefits and other costs are recognised at the same time as gains throughout the life span of contracts. This accruals concept is applied by setting up provisions/liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit sharing.

Liabilities correspond to the current value of future payable benefits, net of administrative costs directly associated with contracts, less theoretical premiums that would be necessary to meet established benefits and respective costs. Liabilities are determined based on mortality assumptions, management costs or investment costs on the date of assessment.

In the case of contracts for which the payment period is significantly shorter than the benefit period, premiums are deferred and recognised in proportion to the length of the period in which the risk is covered.

b) Technical provisions

MATHEMATICAL PROVISION FOR THE LIFE SECTOR

The objective of mathematical provisions for the Life sector is to record the current value of the Company's future liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit-sharing, and these provisions are estimated based on actuarial methods recognised in the terms of applicable legislation in force.

CLAIMS PROVISION

The claims provision reflects all liabilities for claims costs yet to be paid by the Company, the estimated liability for claims not yet recorded (IBNR) and direct and indirect costs associated with their settlement at the close of the financial year. The provision for claims recorded and not recorded is estimated by the Company based on past experience, available information and by applying statistical methods. The claims provision is not discounted.

PROVISION FOR PROFIT SHARING

The provision for profit sharing corresponds to amounts attributed to the insured or to the beneficiaries of insurance and investment contracts, in the form of a share in profits that have not been distributed or incorporated in the mathematical provision for the life sector.

SHADOW ACCOUNTING

As laid down in the Accounting Plan for Insurance Companies, unrealised gains or losses on financial assets allocated to liabilities for insurance and investment contracts with profit sharing, are attributed to policyholders, based on the expectation that they will share in these unrealised gains and losses when they are realised as laid down in applicable contractual and regulatory conditions, through the recognition of a liability.

LIABILITY ADEQUACY TEST

On the close of the reporting period, Lusitania Vida tests liability adequacy for insurance and investment contracts with discretionary profit sharing. Liability adequacy is assessed based on the future cash flow forecasts for each contract, net

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR (“SHADOW ACCOUNTING”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

TESTE DE ADEQUAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

À data do balanço, a Lusitania Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

c) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Lusitania Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Lusitania Vida exerce controlo. A Lusitania Vida controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

e) Instrumentos financeiros

CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Correspondem aos activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros a deter até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de activos financeiros.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

of the market interest rate without risk.

This assessment is done product by product, or accrued when the risks of products are similar or generated jointly. Any deficiency, when determined, is recorded in the Company's profit and loss.

c) Reinsurance

Reinsurance contracts are revised to determine whether the respective contractual provisions assume the transfer of a significant insurance risk. Reinsurance contracts that do not assume the transfer of a significant insurance risk are recorded using the deposit method and entered under the loans heading as financial assets or liabilities related to the reinsurance business. Amounts received or paid under these contracts are recorded as deposits using the effective interest rate method.

Lusitania Vida receives and/or cedes business in the course of its normal activity. Amounts received from reinsurance business, include balances to be received from insurance and reinsurance companies related to outward liabilities. Amounts redeemable or payable from/to reinsurers are calculated according to the contractual provisions established in reinsurance contracts.

Amounts related to reinsurance are shown on the balance sheet at their net value, unless there is a legal possibility of the amounts recognised being compensated and there is an intention to pay them off for their net value or realise the asset and pay off the liability at the same time.

d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings

The entities over which Lusitania Vida exercises control are classified as subsidiaries (including investment funds and securitisation vehicles). Lusitania Vida controls an entity when it is exposed, or holds rights, to fluctuations in returns arising from its involvement with this entity and may take possession of the same through the authority it holds on the relevant business of the entity (*de facto* control). Investments in subsidiaries are valued at acquisition cost, less losses due to impairment.

e) Financial instruments

CLASSIFICATION

The Company classifies its financial assets at the time of acquisition, taking into consideration the intention underlying them, according to the following categories:

- Financial assets at fair value through profit and loss - These are financial assets classified as such at the time of their initial recognition at fair value with variations recognised in profit and loss.
- Financial assets held until maturity - Non-derivative financial assets are recognised in this category, with payments fixed or subject to determination and fixed maturity, which the Company has the intention and capacity to retain until maturity and that have not been assigned to any other category of financial asset. Any reclassification or sale of financial assets recognised in this category that is not done close to maturity, obliges the Company to fully reclassify this portfolio of financial assets available for sale and the Company will not be able to classify any other financial asset in this category for two years.
- Financial assets available for sale - These are non-derivative assets that: (i) Lusitania Vida intends to hold for an unspecified time, (ii) are recognised as available for sale at the time of their initial recognition, or (iii) do not belong in the other categories.
- Loans made and outstanding accounts - This category includes amounts receivable related to direct insurance operations, outward reinsurance and trading in insurance contracts and other trading.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou, (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO INICIAL E DESRECONHECIMENTO

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros a deter até à maturidade, (iii) activos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e em resultados no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de resultados.

Os activos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

RECOGNITION, INITIAL MEASUREMENT AND DE-RECOGNITION

Acquisitions and sell-offs: (i) financial assets at fair value through profit and loss, (ii) financial assets to be held to maturity, (iii) financial assets available for sale and (iv) loans granted and accounts receivable, are recognised on the trade date, that is, on the date on which the Company undertakes to acquire or sell-off the asset.

Financial assets are recognised initially at fair value plus trading costs, except in cases of financial assets at fair value through profit and loss, in which case trading costs are recognised directly in profit and loss.

These financial assets are de-recognised when: (i) the Company's contractual rights expire on receiving their cash flows, (ii) the Company has transferred substantially all the risks and benefits associated with the holding, or (iii) although retaining some, but not substantially all, risks and benefits associated with their holding, the Company has transferred control over these assets.

SUBSEQUENT MEASUREMENT

After initial recognition, financial assets at fair value recognised under profit and loss are valued at fair value, and their variations recognised under profit and loss.

Financial assets available for sale are also recorded at fair value and the respective differences recognised in reserves, until the assets are derecognised, that is, a loss due to impairment is identified, and at this time the accrued value of potential profit and loss recorded under reserves is transferred to profit and loss. Exchange differences associated with these assets are also recognised in reserves, in the case of shares, and in profit and loss, in the case of debt instruments. Interest, estimated at the effective interest rate, and dividends are also recognised in the profit and loss statement.

Financial assets held to maturity and loans granted and accounts receivable are subsequently measured at depreciated cost, based on the effective interest rate method, net of possible impairments recognised.

The fair value of listed financial assets is their "bid-price". Should there be no listing, the Company estimates the fair value using (i) valuation methods, such as the use of recent trading prices that are similar and applied in market conditions, discounted cash flow techniques and valuation models for restricted options so as to reflect the specific characteristics and circumstances of the instrument, and (ii) valuation assumptions based on market information.

Financial instruments for which fair value cannot be measured reliably are recorded at cost.

RECLASSIFICATION BETWEEN CATEGORIES

The Company only reclassifies non-derivative financial assets, with fixed or calculable payments and fixed maturity, from the category of financial assets available for sale to the category of financial assets to be held to maturity, if it intends or is able to maintain them up to maturity.

Reclassifications in these categories is done at the fair value of the assets reclassified on the date of reclassification. The difference between this fair value and the nominal value is recognised under profit and loss up to maturity, based on the effective interest rate method. The fair value reserve on the date of transfer is also recognised in profit and loss up to maturity, based on the effective rate method.

In 2011, the Company adopted this possibility for a group of financial assets, as explained in note 23.

IMPAIRMENT

Lusitania Vida regularly checks for objective evidence of a financial asset, or groups of financial assets, showing signs of impairment. A financial asset, or group of financial assets, is an impaired asset whenever there is objective evidence of impairment resulting from one or more events occurring after its initial recognition, such as: (i) for listed capital instruments, there is a significant or prolonged devaluation in their fair value, below the respective cost value, and (ii) for debt securities, when this event (or events) impacts on the estimated values of the future cash flows of the financial

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de activos financeiros, tal como divulgado na nota 23.

IMPARIDADE

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política definida pela Companhia, 30% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos activos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados.

Para os activos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

f) Outros activos financeiros - derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

DERIVADOS EMBUTIDOS

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

asset, or group of financial assets, that can be estimated reasonably. In agreement with the policy defined by the Company, 30% or 12 months are assumed, respectively, to be significant or prolonged devaluations in the fair value of listed capital instruments, below their listed value.

In the case of assets held to maturity, loss due to impairment is measured by the difference between the balance sheet value of assets and the actual value of their future estimated cash flows (taking into consideration the remaining period), discounting the original effective interest rate, and then recognised in profit and loss.

In the case of assets held to maturity if, at a later date, the impairment loss decreases, and this decrease is objectively related to an event occurring after recognition of the impairment loss, the amount of the impairment loss previously recognised is returned to profit and loss.

When there is evidence of impairment in financial assets available for sale, the potential accrued loss in reserves, corresponding to the difference between the acquisition cost and current fair value, less any loss in impairment in the asset previously recognised in profit and loss, is transferred to the profit and loss statement. If, at a later date, the impairment loss decreases, and this decrease is objectively related to an event occurring after recognition of the impairment loss, the amount of the impairment loss previously recognised is reverted to profit and loss up to replacement of the acquisition cost, except in the case of shares or other capital instruments, in which case the impairment return is recognised in reserves.

f) Other financial assets - derivatives

Financial derivative instruments are recognised on their trade date at fair value. Subsequently, the fair value of such derivatives is re-valued regularly and the resulting profit or loss recorded directly under the appropriate heading for the year.

The fair value of derivative financial instruments is their market value, when available, or it is determined based on valuation techniques including discounted cash flow models and put option assessment models, as appropriate. Where the fair value of derivative instruments cannot be measured reliably they are recorded at acquisition cost.

BUILT-IN DERIVATIVES

Derivatives built into other financial instruments are dealt with separately when their economic characteristics and their risks are not related to the principal instrument, and the principal instrument is not entered at its fair value through profit and loss. These built-in derivatives are recorded at fair value with variations recognised in profit and loss.

g) Financial liabilities

An instrument is classified as a financial liability when there is a contractual obligation to liquidate it by delivering cash or another financial asset, regardless of its legal form.

Non-derivative financial liabilities include investment contract liabilities and amounts due to policyholders. These financial liabilities are recorded (i) initially at their fair value less trading costs incurred and (ii) subsequently at the amortised cost, based on the effective interest rate method. The Company de-recognises financial liabilities when these are cancelled or eliminated.

h) Financial instrument compensation

Financial assets and liabilities are shown on the balance sheet at their net value when there is the legal possibility of compensating amounts recognised and there is an intention to pay them off for their net value or to realise the asset and pay off the liability at the same time.

i) Trading in foreign currency

Trading in foreign currency is converted at the exchange rate in force on the date on which trading occurs. Cash

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento e valores a pagar a tomadores de seguro. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

Número de anos	Instalações: 10	Máquinas e aparelhos: 4 a 10	Viaturas: 4	Mobiliário e equipamento: 3 a 10
----------------	-----------------	------------------------------	-------------	----------------------------------

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

assets and liabilities expressed in foreign currency are converted to euros at the exchange rate in force at the close of the reporting period. Exchange differences resulting from this conversion are recognised in profit and loss, except when classified as cover for cash flow or cover for a net investment, in which resulting exchange differences are recognised in reserves.

Non-cash assets and liabilities recorded at historical cost, expressed in foreign currency, are converted at the exchange rate on the date of trading. Non-cash assets and liabilities expressed in foreign currency recorded at fair value are converted at the exchange rate on the date on which fair value was determined.

j) **Tangible assets**

The Company's tangible assets are valued at cost less the respective accrued depreciation and losses due to impairment.

The subsequent cost of tangible assets is only recognised if it is likely that it will give rise to future economic benefits for the Company. All maintenance and repair costs are recognised as expenditure, using the straight-line method.

Depreciation of tangible assets is calculated using the linear method throughout the expected working life span, as follows:

Number of years	Installations: 10	Machinery & apparatus: 4 to 10	Vehicles: 4	Fixtures & equipment 3 a 10
------------------------	-------------------	--------------------------------	-------------	-----------------------------

The expected working life span of goods is revised at the close of each reporting period and adjusted, if required, in agreement with the consumption pattern expected of future economic benefits likely to be obtained from the continued use of the asset.

When there is a sign that an asset may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated, and an impairment loss must always be recognised whenever the net value of an asset exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised under profit and loss.

The redeemable value is determined as the highest between its fair value less the sales cost and its use value, and this is estimated based on the current value of future estimated cash flows expected to be obtained from the continued use of the asset and its sell-off at the end of its working life.

k) **Intangible assets**

Costs incurred with the purchase, production and development of software are capitalised, as are the additional costs required for the Company to implement them. These costs are depreciated using the linear method throughout the expected working life span of these assets, which does not normally exceed 3 - 5 years.

Costs directly related to the development of information system applications by the Company, and which are expected to generate future economic benefits beyond one financial year, are recognised and recorded as intangible assets. These costs include personnel costs when Company staff members are directly allocated to these projects. These costs are amortized using the linear method throughout the expected working life of these assets, which does not normally exceed 5 years.

All other overheads related to information systems services are recognised as costs when incurred.

Value in force - VIF is recognised as an intangible asset and is amortised by the recognition period for the gain associated with policies earned, less eventual impairment losses. The VIF is the current estimated value of the future cash flows of contracts in force on the date of acquisition.

l) **Investment property and own-use property**

The Company classifies its property as investment property, and as land and buildings for the Company's own use.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

k) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

O valor do negócio adquirido (*Value in force - VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

l) Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio

A Companhia classifica os seus imóveis como propriedades de investimento e terrenos e edifícios de uso próprio.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas segundo o método linear, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que um terreno ou edifício de uso próprio possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um terreno ou edifício de uso próprio exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com terrenos ou edifícios de uso próprio são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado dos terrenos ou edifícios de uso próprio.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, sendo este determinado por avaliação anual, efectuada por peritos avaliadores independentes registados na CMVM.

Todos terrenos e edifícios classificados como de rendimento destinam-se a serem arrendados a terceiros resultando daí uma compensação financeira pela ocupação do seu espaço.

Os terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. Os terrenos e edifícios de rendimento não são depreciados.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

OWN-USE LAND AND BUILDINGS

Land and buildings for the Company's own use are valued at cost, less the respective accrued depreciation and any losses due to impairment.

Depreciation is calculated using the linear method up to residual value at the end of the property's estimated working life.

When there is a sign that land or building for own use may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated and a loss due to impairment must always be recognised whenever the net value of the land or building exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised in profit and loss.

Redeemable value is determined as the highest between fair value net of sales costs and utility value, calculated based on the current value estimated future cash flows likely to be obtained from the continued use of the investment property and its sell-off at the end of its working life.

Subsequent costs incurred with land and buildings for own use are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefits for the Company. Such benefits would be for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows originally expected from the continued use the Company makes of such land and buildings.

INCOME-EARNING PROPERTY

Income-earning property is valued at fair value determined by annual evaluation done by independent property assessors registered with the CMVM [real estate market commission].

All land and buildings classified as income-earning are rented out, resulting in financial compensation for the occupation of their space.

Income-earning property is recognised initially at cost, including directly related trading costs and, subsequently, at its fair value. Differences in fair value determined at the end of the reporting period are recognised in profit and loss. Income-earning property is not depreciated.

Subsequent costs incurred with investment properties are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefit for the Company, for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows originally expected from the continued use of the investment property.

Investment properties classified as income-earning property are valued by weighting the results of the comparative method and the income-earning method.

m) Leasing

Lusitania Vida classifies leasing operations as financial or operational leasing, depending on substance and not on legal form, complying with the criteria defined in IAS 17 - Leasing. Operations are classified as financial leasing when the risks and benefits inherent in ownership of an asset are transferred to the lessee. All other leasing operations are classified as operational leasing.

OPERATIONAL LEASING

Payments made by the Company in the light of operational leasing contracts are recorded under profit and loss for the period to which they refer.

FINANCIAL LEASING - AS LESSEE

Financial leasing contracts are recorded on their start date, under assets and liabilities, at the purchase price of the item leased, which is the current value of the leasing instalments due. The instalments are composed of: (i) the financial cost which is debited in profit and loss, and (ii) the financial depreciation of the capital deducted under liabilities. Financial

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

A valorização das propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento é efectuada pela ponderação dos resultados do método comparativo e do método do rendimento.

O método comparativo é utilizado no caso dos terrenos e edifícios de rendimento se encontrarem devolutos. Se arrendados, a reavaliação dos terrenos e edifícios de rendimento é determinada pela ponderação dos resultados dos dois métodos referidos.

m) **Loações**

A Lusitania Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

LOCAÇÕES FINANCEIRAS - COMO LOCATÁRIO

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

n) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e disponibilidades englobam os valores de caixa, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

o) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) **Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

costs are recognised as costs throughout the leasing period, in order to produce a constant regular interest rate on the remaining balance of the liability in each period.

n) Cash and cash equivalents

Cash and its equivalents cover cash, bank deposits and other financial instruments with a maturity of less than three months counting from the date of acquisition, and include cash and equivalents in other lending banks.

o) Provisions

Provisions are recognised when (i) the Company has a liability (legal or arising from past practices or policies published that imply recognising certain liabilities), (ii) it is likely that its payment will be demanded and (iii) when a reliable estimate can be made of this liability.

Provisions are revised at the close of every report and adjusted to reflect the best estimate, and then reverted to profit and loss in proportion to payments that are not probable.

Provisions are derecognised through their use, for the liabilities for which they were initially set up.

p) Recognition of interest and dividends

Profit and loss on interest on financial instruments are recognised under the headings “interest and similar gains” or “interest and similar costs”, using the effective interest method.

The effective interest rate is the rate that precisely discounts payments or future receivables estimated during the expected life span of the financial instrument or, when appropriate, during a shorter period, to the net current value of the financial asset or liability balance sheet.

To calculate the effective interest rate, future cash flows are estimated taking into consideration all the contractual terms of the financial instrument (for example, advance payment options), although not taking into consideration possible future credit losses. The calculation includes commissions that are an integral part of the effective interest rate, transaction costs and all premiums and discounts directly related to the transaction.

In the case of financial assets, or groups of similar financial assets, for which losses due to impairment were recognised, interest recorded in profit and loss is determined based on the interest rate used to measure impairment loss.

Income from capital instruments (dividends) are recognised when received.

q) Recognition of income from services and commissions

Income from services and commissions are recognised in the following way:

- Income from services and commissions obtained as services are provided, are recognised in profit and loss in the period to which they refer;
- Income from services and commissions that are an integral part of the effective interest rate of a financial instrument, are recorded in profit and loss using the effective interest method.

r) Benefits to employees

POST-EMPLOYMENT BENEFITS

Defined Benefit scheme

In 1988 the Company undertook to provide retirement and invalidity pensions to all its workers in the terms of the pensions scheme established in the Collective Labour Agreement for the insurance sector. This pensions scheme is a defined benefit scheme.

On 23 December 2011, when a new collective labour agreement was signed (hereinafter referred to as “new CLA”), the

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

r) Benefícios concedidos aos empregados

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos do plano de pensões estabelecido no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefício definido.

Em 23 de Dezembro de 2011, com a assinatura de um novo contrato colectivo de trabalho (seguidamente designado de “novo CCT”), o plano de benefícios de reforma do anterior CCT foi alterado, passando o mesmo para um plano de contribuição definida aplicável a todos os trabalhadores no activo.

Com esta alteração do CCT, em 1 de Janeiro de 2012, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados à data de 31 de Dezembro de 2011 foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, permanecendo esses valores no Fundo de Pensões, havendo garantia de capital relativamente a esse valor.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia, estão cobertas pelo fundo de pensões existente. Atendendo à cláusula de garantia de capital associada ao “novo CCT”, o contrato de gestão celebrado com o fundo estabelece que a Lusitania Vida, enquanto Sociedade Gestora, efectuará contribuições adicionais na data de reforma dos trabalhadores se, nessa data, o saldo da sua conta individual for inferior ao valor relativamente ao qual foi concedida garantia de capital.

Em Janeiro de 2016, um novo acordo colectivo de trabalho foi celebrado entre as seguradoras e os sindicatos que, em relação aos planos de pensões, mantiveram os termos introduzidos pelo CCT de 2011.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 Dezembro, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

retirement benefits scheme of the previous CLA was changed to become a defined contribution scheme applicable to all workers in service.

As a result of this change, on 1 January 2012, the fully funded sum of liabilities for services rendered by 31 December 2011 was converted to individual accounts for these workers, these sums remaining in the Pensions Fund, with capital guaranteed to cover this sum.

The Company's liabilities for retirement pensions are covered by the existing pensions fund. Bearing in mind the capital guarantee clause associated with the "new CLA", the management contract signed with the fund states that Lusitania Vida, as the Managing Company, will make additional contributions on the date on which workers retire if, on this date, the balance in the worker's individual account is lower than the amount used as the capital guarantee.

In January 2016, a new collective labour agreement was signed between the insurers and the unions that, in relation to pensions schemes, retained the terms introduced by the 2011 CLA.

The Company estimates retirement pension liabilities on 31 December based on the Projected Credit Unit Method. The discount rate used in this calculation was determined based on market rates associated with the liabilities of companies with a high rating, in the currency in which the benefits are to be paid, and with a maturity similar to the date when pensions fund liabilities end.

The Company determines the net cost (gain) of interest for the year relative to the net liability (asset) of the defined benefit scheme, applying the discount rate used in measuring liabilities for this scheme at the start of the year on the net liability (asset) at the start of the year, taking into account any change in net liability (asset) occurring during the year, resulting from contributions made or benefits paid. Consequently, the net cost (gain) on interest includes the cost of interest for the liabilities of the defined benefit scheme, net of theoretical returns on the assets of the scheme, both calculated using the discounted rate also applied in determining the liabilities of the defined benefit scheme.

Deviations determined annually as a result of: (i) actuarial profit and loss from the difference between actuarial assumptions used and real values obtained ("experience adjustments"), and changes to these actuarial assumptions, and; (ii) profit and loss resulting from the difference between the theoretical return on assets in the scheme and the real rate of return, are recognised by off-setting in reserves.

The Company recognises annually as a cost in profit and loss the amount that includes: (i) cost of routine service, (ii) net cost (gain) on interest, and (iii) effects of liquidation or changes to the scheme.

Individual Retirement Scheme

As at 31 December 2016, the individual retirement scheme included annual contributions the equivalent of 3.25% of the salary of each worker in service, which are recognised as costs in the financial year in which they occur.

Other long term benefits

In agreement with the new CLA, the Company should attribute a seniority premium to its employees, in the form of an additional salary increase every five years up to the age of 50, if certain requirements are met. This benefit is determined using the same methods and assumptions for post-employment benefits.

Actuarial deviations determined are recorded in profit and loss when they occur.

Other short term benefits

The Company provides medical care benefits to working employees through a health insurance policy that guarantees, at least, the risks established in the collective labour agreement. It also grants a life insurance in the terms defined in the CLA.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos. Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno teórico dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno teórico dos activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos por contrapartida de reservas.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente, (ii) custo (proveito) líquido do juro, e (iii) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

Plano Individual de Reforma (PIR)

Em 31 de Dezembro de 2016, o PIR inclui as contribuições anuais equivalentes a 3,25% da remuneração de cada trabalhador no activo, as quais são reconhecidas como custo do exercício em que ocorrem.

Outros benefícios de longo prazo

De acordo com o mencionado novo CCT, a Companhia deverá atribuir um prémio de permanência aos seus colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos. Este benefício é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Outros Benefícios de curto prazo

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo através de uma apólice de seguro de saúde que garante, no mínimo, os riscos estabelecidos no CCT. Concede igualmente uma apólice de seguro de vida nos termos definidos no CCT.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

s) Tax on profits

Tax on profits covers current and deferred taxation. Tax on profits is recognised in profit and loss, except when it is related to items recognised directly under equity, in which case it is also recorded under equity profit and loss. Tax recognised under equity arising from the revaluation of financial assets available for sale is later recognised in profit and loss at the same time as the gains and losses that gave rise to them are recognised in the same statement.

Current taxation is that estimated for expected payment based on taxable profit calculated according to tax rules in force and using the tax rate approved, or substantially approved, in every fiscal jurisdiction.

Deferred taxation is calculated according to the liability method based on the statement of financial position, on timing differences between the book value of assets and liabilities and their fiscal base, using tax rates approved, or substantially approved, on the date of the statement of financial position in every fiscal jurisdiction, and which should be applied when timing differences revert.

Deferred tax liability is recognised for all timing differences. Deferred tax asset is recognised only to the extent to which future taxable profits are likely to absorb deductible timing differences (including tax losses that can be recorded).

t) Profit and loss per share

Profit and loss per share is calculated dividing the net profit for distribution to the Company's shareholders by the average weighted number of ordinary shares issued.

3. PRINCIPAL ACCOUNTING ESTIMATES AND RELEVANT DECISIONS USED IN PREPARING THE FINANCIAL STATEMENTS

IFRS lay down a series of accounting procedures and require the Board of Directors to use judgement and make the required estimates in order to select the most appropriate accounting procedures. The principal accounting estimates and decisions used by the Company in applying accounting principles are discussed below to make it easier to understand how their application affects the Company's results and their disclosure. A more detailed description of the principal accounting policies used by the Company is presented in Note 2 to the financial statements.

Considering that in many situations there are alternatives to the way in which the accounting policies adopted by the Board of Directors are handled, the results reported by the Company may differ depending on which method is used. The Board of Directors considers that the selections made are appropriate and that the financial statements are an adequate presentation of the Company's financial position and the profit and loss from its operations in all materially relevant aspects.

The results of alternatives examined below are shown only to help the reader understand the financial statements and they do not imply that other alternatives or estimates may not be more appropriate.

Technical provisions

Technical provisions, including claims provisions, correspond to liabilities arising from contracts. Technical provisions relative to traditional life products were determined based on several assumptions such as mortality, longevity and interest rate, applicable to each insurance cover. The assumptions used were based on the Company's past experience and on the market. These assumptions may be revised if future experience should prove they are inappropriate.

Technical provisions arising from insurance contracts include (1) a mathematical provision for life contracts, (2) a provision for profit sharing in profits distributed, (3) liability adequacy test, (4) provision for claims filed and not filed including respective settlement costs and (5) a provision for profit sharing yet to be attributed.

When insured persons make claims, any amount paid, or any estimated payment made by the Company, is recognised under losses. Claims provisions are the insured values of occurrences verified but not yet paid.

Adjustments may be made to the amount of provisions arising from costs and judicial and/or litigation charges.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

t) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia encontra-se apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado no futuro que a experiência passada venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados atribuída, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas, e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros de pessoas seguras, qualquer montante pago, ou que se estima vir a ser pago pela Companhia, é reconhecido como perda em resultados. As provisões para sinistros representam os valores seguros das ocorrências verificadas e ainda não liquidadas.

Poderão verificar-se ajustamentos no valor das provisões decorrentes de gastos imputados e de despesas judiciais e/ou de contencioso.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões técnicas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Alternative methods and the use of different assumptions and estimates may lead to a different amount for technical provisions

Fair value of financial assets

Fair value is based on the market listed price, when available, and when not available it is determined based on recent trading prices, that are similar and practised in market conditions or based on evaluation methods that, in turn, are based on discounted future cash flow techniques taking into consideration market conditions, time effect, the profits curve and volatility factors. These methods may require assumptions or decisions to be used in estimating fair value.

As a result, using different methods or assumptions in applying a specific model may result in financial results different to those reported.

Impairment of financial assets available for sale

The Company determines that impairment exists in its financial assets available for sale when there is a continued or significant devaluation in their fair value. Determining a continued or significant devaluation requires judgement. In accordance with Company policies, 30% of devaluation in the fair value of a capital instrument is considered a significant devaluation and a period of 1 year is assumed as a continued devaluation of fair value to below acquisition cost, for capital instruments and events that alter estimated future cash flows for debt securities.

In addition, evaluations are obtained using market prices or evaluation models that require the use of specific assumptions or a decision on establishing fair value estimates.

Alternative methods and the use of different assumptions and estimates may result in a different level of losses due to recognised impairment, with a consequent impact on the Company's profit and loss.

Fair value of investment properties - Income-earning property

Investment properties classified as income-earning properties are recognised initially at acquisition cost, including directly related trading costs and, subsequently, at their fair value.

These investment properties are valued using a weighting adjusted to each case of values resulting from applying the comparative method of the income method.

Changes to the assumptions considered in each of the valuation methods may have a significant impact on the values determined.

Tax on profits

Certain interpretations and estimates are required to determine tax on profits. Other interpretations and estimates may result in a different sum for current and deferred tax on profits, recognised in the year.

Pursuant to legislation in force, the tax authorities may revise the calculation of taxable income made by the Company within a period of 4 to 12 years should tax losses be found. Consequently, corrections may be made to taxable income, resulting mainly from differences in the interpretation of tax legislation. However, the Board of Directors is certain that there will be no significant corrections made to tax on profit recorded in the financial statements.

Impairment of long term assets

Long term intangible assets (VIF) are checked for impairment when facts or circumstances occur to suggest their net value is not recoverable.

Considering the uncertainties in determining the net recoverable value of intangible assets due to basing this on information available at the time, changes in assumptions may lead to different impacts in determining the level of impairment and consequently the Company's profit and loss.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor de propriedades de investimento - Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada a cada caso dos valores resultantes da aplicação do método comparativo e do método do rendimento.

Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação, podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de 4 anos ou de 12 no caso de serem apurados prejuízos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

4. OPERATIONAL SEGMENTS

INSURANCE CONTRACTS SEGMENT

(Euro)

	2016	2015
Gross premiums earned	34,033,546	34,494,992
Outward reinsurance premiums	(4,972,718)	(5,162,919)
Premiums net of reinsurance	29,060,828	29,332,073
Returns on investments	4,726,270	6,334,432
Claims costs net of reinsurance	25,911,450	85,552,608
Net running costs and expenditure	5,967,340	4,445,280
Technical result	3,207,259	2,998,290
Assets allocated as technical provisions	134,104,213	151,122,193
Technical provisions	131,031,095	134,302,796

INVESTMENT CONTRACTS SEGMENT

(Euro)

	2016	2015
Commissions received	1,812,738	1,555,542
Returns on investments	(479,552)	672,254
Gross running costs	2,856,278	2,579,929
Technical result	(1,523,092)	(352,133)
Assets allocated as financial liabilities	382,622,477	326,595,689
Financial liabilities	381,144,281	335,782,827

5. PREMIUMS EARNED NET OF REINSURANCE

Premiums earned net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2016	2015
Insurance contracts	24,893,637	17,311,113
Investment contracts with discretionary profit sharing	9,139,909	17,183,878
GROSS PREMIUMS EARNED	34,033,546	34,494,992
Insurance contracts	(4,972,718)	(5,162,919)
OUTWARD REINSURANCE PREMIUMS	(4,972,718)	(5,162,919)
TOTAL	29,060,828	29,332,073

Gross premiums earned include contract premiums with a significant insurance risk and contracts with no significant insurance risk but with discretionary profit sharing.

(Euro)

	2016	2015
GROSS PREMIUMS EARNED IN DIRECT INSURANCE	34,033,546	34,494,992
Individual contracts	20,761,600	19,703,242
Group contracts	13,271,946	14,791,750
Annual premiums	16,882,672	17,581,805
Single premiums	17,150,874	16,913,187
Contracts with no profit sharing	24,893,637	17,311,113
Contracts with profit sharing	9,139,909	17,183,879
REINSURANCE BALANCE	(953,214)	(627,670)

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

SEGMENTO DE CONTRATOS DE SEGURO

(Euro)

	2016	2015
Prémios brutos emitidos	34.033.546	34.494.992
Prémios de resseguro cedido	(4.972.718)	(5.162.919)
Prémios líquidos de resseguro	29.060.828	29.332.073
Resultado dos investimentos	4.726.270	6.334.432
Custos com sinistros líquidos de resseguro	25.911.450	85.552.608
Custos e gastos de exploração líquidos	5.967.340	4.445.280
Resultado técnico	3.207.259	2.998.290
Activos afectos à representação das provisões técnicas	134.104.213	151.122.193
Provisões técnicas	131.031.095	134.302.796

SEGMENTO DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

(Euro)

	2016	2015
Comissões recebidas	1.812.738	1.555.542
Resultado dos Investimentos	(479.552)	672.254
Custos de exploração brutos	2.856.278	2.579.929
Resultado técnico	(1.523.092)	(352.133)
Activos afectos à representação dos passivos financeiros	382.622.477	326.595.689
Passivos financeiros	381.144.281	335.782.827

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2016	2015
Contratos de seguro	24.893.637	17.311.113
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	9.139.909	17.183.878
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	34.033.546	34.494.992
Contratos de seguro	(4.972.718)	(5.162.919)
PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	(4.972.718)	(5.162.919)
TOTAL	29.060.828	29.332.073

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo, mas com participação nos resultados discricionária.

(Euro)

	2016	2015
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRECTO	34.033.546	34.494.992
Relativos a contratos individuais	20.761.600	19.703.242
Relativos a contratos de grupo	13.271.946	14.791.750
Periódicos	16.882.672	17.581.805
Não periódicos	17.150.874	16.913.187
De contratos sem participação nos resultados	24.893.637	17.311.113
De contratos com participação nos resultados	9.139.909	17.183.879
SALDO DE RESSEGURO	(953.214)	(627.670)

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

6. COMMISSIONS ON INSURANCE CONTRACTS AND OPERATIONS CONSIDERED FOR ACCOUNTING PURPOSES AS INVESTMENT CONTRACTS OR SERVICE PROVISION CONTRACTS

This heading includes commissions on insurance contracts considered for accounting purposes as investment contracts to the sum of Euro 1,812,738 (2015: Euro 1,555,542).

7. CLAIMS COSTS, NET OF REINSURANCE

Claims costs, net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2016			2015		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
DIRECT INSURANCE	5,107,360	22,482,358	27,589,718	10,488,239	78,790,876	89,279,116
Amounts paid	6,895,610	22,348,063	29,243,673	7,639,282	78,644,292	86,283,575
Instalments	6,723,723	21,842,943	28,566,666	7,385,734	78,233,476	85,619,210
Claims management costs	171,887	505,120	677,007	253,548	410,817	664,365
Claims provision (difference)	(1,788,250)	134,295	(1,653,955)	2,848,957	146,584	2,995,541
OUTWARD REINSURANCE	(1,678,268)	-	(1,678,268)	(3,726,508)	-	(3,726,508)
Amounts paid	(2,312,143)	-	(2,312,143)	(3,298,811)	-	(3,298,811)
Claims provision (difference)	633,875	-	633,875	(427,697)	-	(427,697)
TOTAL	3,429,092	22,482,358	25,911,450	6,761,731	78,790,876	85,552,608

8. MATHEMATICAL PROVISION AND OTHER TECHNICAL PROVISIONS, NET OF REINSURANCE

This heading is analysed as follows:

VARIATION IN MATHEMATICAL PROVISION NET OF REINSURANCE

(Euro)

	2016			2015		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
Variation in mathematical provision	(156,285)	(1,806,783)	(1,963,068)	242,241	(58,592,239)	(58,349,996)
Reinsurers part	14,313	-	14,313	88,452	-	88,452
	(141,972)	(1,806,783)	(1,948,755)	330,693	(58,592,239)	(58,261,544)
Variation in provision for profit-sharing, net of reinsurance	(54,556)	780,628	726,072	240,703	770,740	1,011,443
TOTAL	(196,528)	(1,026,155)	(1,222,683)	571,396	(57,821,499)	(57,250,101)

9. NET RUNNING COSTS AND EXPENDITURE

Net running costs and expenditure are analysed as follows:

NET RUNNING COSTS AND EXPENDITURE

(Euro)

	2016			2015		
	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total
Acquisition costs - Brokerage remuneration	6,640,000	1,812,738	8,452,739	3,589,813	1,618,928	5,208,741
Acquisition costs charged	336,263	275,676	611,938	329,663	270,233	599,896
Deferred acquisition costs (difference)	-	-	-	14,712	-	14,712
Administrative costs - Brokerage remuneration	-	-	-	-	-	-
Administrative costs charged	1,258,415	767,864	2,026,279	1,258,760	754,154	2,012,914
Pension fund management costs	-	-	47,366	-	-	46,500
Commission and profit sharing in reinsurance results	(2,314,704)	-	(2,314,704)	(857,554)	-	(857,554)
TOTAL	5,919,974	2,856,278	8,823,618	4,335,394	2,643,315	7,025,209

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 1.812.738 (2015: Euro 1.555.542).

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2016			2015		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
SEGURO DIRECTO	5.107.360	22.482.358	27.589.718	10.488.239	78.790.876	89.279.116
Montantes pagos	6.895.610	22.348.063	29.243.673	7.639.282	78.644.292	86.283.575
Prestações	6.723.723	21.842.943	28.566.666	7.385.734	78.233.476	85.619.210
Custos de gestão de sinistros imputados	171.887	505.120	677.007	253.548	410.817	664.365
Provisão para sinistros (variação)	(1.788.250)	134.295	(1.653.955)	2.848.957	146.584	2.995.541
RESSEGURO CEDIDO	(1.678.268)	-	(1.678.268)	(3.726.508)	-	(3.726.508)
Montantes pagos	(2.312.143)	-	(2.312.143)	(3.298.811)	-	(3.298.811)
Provisão para sinistros (variação)	633.875	-	633.875	(427.697)	-	(427.697)
TOTAL	3.429.092	22.482.358	25.911.450	6.761.731	78.790.876	85.552.608

8. PROVISÃO MATEMÁTICA E OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

VARIAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

(Euro)

	2016			2015		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
Varição da provisão matemática	(156.285)	(1.806.783)	(1.963.068)	242.241	(58.592.239)	(58.349.996)
Parte dos resseguradores	14.313	-	14.313	88.452	-	88.452
	(141.972)	(1.806.783)	(1.948.755)	330.693	(58.592.239)	(58.261.544)
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	(54.556)	780.628	726.072	240.703	770.740	1.011.443
TOTAL	(196.528)	(1.026.155)	(1.222.683)	571.396	(57.821.499)	(57.250.101)

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

(Euro)

	2016			2015		
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	6.640.000	1.812.738	8.452.739	3.589.813	1.618.928	5.208.741
Custos de aquisição imputados	336.263	275.676	611.938	329.663	270.233	599.896
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	-	-	14.712	-	14.712
Custos administrativos - Remunerações de mediação	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos imputados	1.258.415	767.864	2.026.279	1.258.760	754.154	2.012.914
Custos gestão de fundos de pensões	-	-	47.366	-	-	46.500
Comissão e participação nos resultados de resseguro	(2.314.704)	-	(2.314.704)	(857.554)	-	(857.554)
TOTAL	5.919.974	2.856.278	8.823.618	4.335.394	2.643.315	7.025.209

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

The heading acquisition costs - remuneration for brokerage includes the sum of Euro 7,570,861 (2015: Euro 4,580,665) related to remuneration paid to the Caixa Económica Montepio Geral in agreement with the terms of the brokerage contract established with Lusitania Vida.

10. INCOME

The balance of this heading is analysed below:

INCOME		(Euro)	
	2016	2015	
Cash & equivalent & call deposits	15,285	306	
Land & buildings	306,079	463,270	
Financial assets classified in initial recognition at fair value in profit & loss	45,006	45,221	
Financial assets available for sale	15,244,695	17,152,009	
Loans granted and outstanding accounts	100,667	618,251	
Investments held to maturity	3,565,547	3,611,385	
TOTAL	19,277,279	21,890,442	

11. FINANCIAL COSTS

The balance of the heading "Financial Costs - Other", to the sum of Euro 742,102 (2015: Euro 774,147), refers to operational costs charged under investments (see note 16).

12. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES NOT VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES AND INVESTMENT PROPERTIES

The balance of this heading is analysed as shown below:

	2016			2015		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	4,292,122	(5,884,175)	(1,592,053)	904,395	(615,822)	288,573
Shares	-	-	-	-	-	-
Financial assets available for sale	4,292,122	(5,884,175)	(1,592,053)	1,117,136	(760,496)	356,640
Investments held to maturity	24,614	(31,251)	(6,637)	1,910	(1,887)	23
Financial liabilities valued at depreciated cost	-	(10,346,859)	(10,346,859)	-	(10,466,378)	(10,466,378)
Investment properties	-	(238,760)	(238,760)	-	-	-
TOTAL	4,316,736	(16,501,045)	(12,184,309)	1,119,046	(11,228,761)	(10,109,715)

Net gains on financial assets and liabilities valued at depreciated cost include the sum of Euro 10,346,859 (2015: Euro 10,466,378) for technical interest attributed to contracts classified as investment, with no discretionary profit sharing.

13. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES

The balance of this heading is analysed as shown below:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS		(Euro)				
	2016			2015		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	183,473	(122,075)	61,398	5,782	(104,375)	(98,593)
TOTAL	183,473	(122,075)	61,398	5,782	(104,375)	(98,593)

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica custos de aquisição - remunerações de mediação inclui um montante de Euro 7.570.861 (2015: Euro 4.580.665) relacionado com as remunerações pagas à Caixa Económica Montepio Geral de acordo com os termos do contrato de mediação estabelecido com a Lusitania Vida.

10. RENDIMENTOS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

RENDIMENTOS		(Euro)	
	2016	2015	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	15.285	306	
Terrenos e edifícios	306.079	463.270	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	45.006	45.221	
Activos financeiros disponíveis para venda	15.244.695	17.152.009	
Empréstimos concedidos e contas a receber	100.667	618.251	
Investimentos detidos até à maturidade	3.565.547	3.611.385	
TOTAL	19.277.279	21.890.442	

11. GASTOS FINANCEIROS

O saldo da rubrica de Gastos financeiros - Outros, no montante de Euro 742.102 (2015: Euro 774.147), refere-se aos custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 16).

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4.292.122	(5.884.175)	(1.592.053)	904.395	(615.822)	288.573
Acções	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4.292.122	(5.884.175)	(1.592.053)	1.117.136	(760.496)	356.640
Investimentos detidos para a maturidade	24.614	(31.251)	(6.637)	1.910	(1.887)	23
Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	(10.346.859)	(10.346.859)	-	(10.466.378)	(10.466.378)
Propriedades de investimento	-	(238.760)	(238.760)	-	-	-
TOTAL	4.316.736	(16.501.045)	(12.184.309)	1.119.046	(11.228.761)	(10.109.715)

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem o montante de Euro 10.346.859 (2015: Euro 10.466.378) relativo ao juro técnico atribuído aos contratos classificados como de investimento, sem participação nos resultados discricionária.

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS		(Euro)				
	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	183.473	(122.075)	61.398	5.782	(104.375)	(98.593)
TOTAL	183.473	(122.075)	61.398	5.782	(104.375)	(98.593)

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

14. IMPAIRMENT LOSSES, NET OF REVERSION

In agreement with accounting policy criteria referred to in note 2.2 e), the Company recognised in the 2016 financial year a loss due to impairment amounting to Euro 184,860 (2015: Euro 1,515,204) relating to the holding in Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.

15. OTHER INCOME/TECHNICAL COSTS, NET OF REINSURANCE

The heading "Other Income/technical costs", net of reinsurance to the sum of Euro 76,267 (2015: Euro 79,572) refers to commissions for pension fund management managed by Lusitania Vida.

16. COSTS AND EXPENDITURE BY TYPE

Costs and expenditure by type are analysed as follows:

(Euro)

HEADINGS	2016	2015
Remunerations	1,707,168	1,542,524
- to corporate governance	395,245	324,222
- to personnel	1,311,923	1,218,302
Expenditure on remunerations	334,974	327,379
Post-employment benefits	2,982	26,693
- Defined contribution schemes	35,754	34,714
- Defined-benefit schemes	(32,772)	(8,021)
Obligatory insurance	67,000	58,516
Costs on social measures	4,754	4,572
Other personnel costs	175,197	179,905
	2,292,075	2,139,589
Supplies and outsourced services	959,415	1,119,413
Depreciation of tangible assets and investment properties		
Tangible assets	270,294	242,210
Investment properties	92,852	92,852
	363,146	335,062
Taxes and duties	112,358	88,916
Interest paid	253,623	295,474
Commissions	124,077	119,368
TOTAL	4,104,694	4,097,822

Costs and expenditure per type include the sum of Euro 63,222 (2015: Euro 35,699) for auditing and related services fees, including VAT at the rate in force. In addition the Registered Statutory Auditor provided services amounting to Euro 15,261 (2015: Euro 15,261) for auditing fees for the pensions funds managed by Lusitania Vida.

Costs and expenditure per type were recorded under claims, acquisition, administrative and investment functions, in the following way:

(Euro)

	2016	2015
Claims Costs: Insurance Contracts	677,008	664,365
Acquisition Costs: Insurance Contracts	336,263	329,663
Investment Contracts	275,676	270,233
Administrative Costs: Insurance Contracts	1,258,415	1,258,760
Investment Contracts	767,864	754,154
Pensions Funds	47,366	46,500
Investment Costs: Insurance Contracts	178,426	196,653
Investment Contracts	310,753	304,979
Not allocated	252,923	272,515
TOTAL	4,104,694	4,097,822

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

De acordo com os critérios descritos na política contabilística referida na nota 2.2 e), a Companhia reconheceu no exercício de 2016 uma perda por imparidade no montante de Euro 184.860 (2015: Euro 1.515.204), relativa à participação na Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.

15. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro no montante de Euro 76.267 (2015: Euro 79.572) refere-se às comissões de gestão dos fundos de pensões geridos pela Lusitania Vida.

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

(Euro)

RUBRICAS	2016	2015
Remunerações	1.707.168	1.542.524
- dos órgãos sociais	395.245	324.222
- do pessoal	1.311.923	1.218.302
Encargos sobre remunerações	334.974	327.379
Benefícios pós-emprego	2.982	26.693
- Planos de contribuição definida	35.754	34.714
- Planos de benefícios definidos	(32.772)	(8.021)
Seguros obrigatórios	67.000	58.516
Gastos de acção social	4.754	4.572
Outros gastos com o pessoal	175.197	179.905
	<u>2.292.075</u>	<u>2.139.589</u>
Fornecimentos e serviços externos	959.415	1.119.413
Depreciações de activos tangíveis e propriedades de investimento		
Activos tangíveis	270.294	242.210
Propriedades de investimento	92.852	92.852
	<u>363.146</u>	<u>335.062</u>
Impostos e taxas	112.358	88.916
Juros suportados	253.623	295.474
Comissões	124.077	119.368
TOTAL	<u>4.104.694</u>	<u>4.097.822</u>

Os custos e gastos por natureza incluem o montante de Euro 63.222 (2015: Euro 35.699) relativos a honorários de auditoria e serviços relacionados, incluindo IVA à taxa em vigor. Adicionalmente o Revisor Oficial de Contas prestou serviços no montante de Euro 15.261 (2015: Euro 15.261) relativos a honorários de auditoria aos Fundos de Pensões geridos pela Lusitania Vida.

Os custos e gastos por natureza foram imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

(Euro)

		2016	2015
Gastos com Sinistros:	Contratos de Seguros	677.008	664.365
Gastos de Aquisição:	Contratos de Seguros	336.263	329.663
	Contratos de Investimento	275.676	270.233
Gastos de Administração:	Contratos de Seguros	1.258.415	1.258.760
	Contratos de Investimento	767.864	754.154
	Fundos de Pensões	47.366	46.500
Gastos de Investimento:	Contratos de Seguros	178.426	196.653
	Contratos de Investimento	310.753	304.979
	Não Afectos	252.923	272.515
TOTAL		<u>4.104.694</u>	<u>4.097.822</u>

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

17. BENEFITS TO EMPLOYEES

POST-EMPLOYMENT BENEFITS

In 1988 the Company undertook to provide retirement and invalidity pensions to all its workers in the terms established in the collective labour agreement CLA for the insurance sector. This pension scheme is a defined benefit scheme.

On 23 December 2011, when a new collective labour agreement was signed, the retirement benefits scheme of the previous CLA was changed to become a defined contributions scheme applicable to all working employees on this date, and with capital guarantee. As a result of this change, on 1 January 2012, the defined benefits scheme was liquidated and the balance of liabilities fully funded as at 31 December 2011 was transferred to a single contribution scheme funded by the existing pensions fund.

The Company's liabilities for retirement pensions are covered by a Pensions Fund "Lusitania Vida Pensions Fund", that as a result of the changes mentioned above, arising from the new collective labour agreement, currently includes the following schemes:

Scheme 1 - Defined benefit scheme for participating Directors;

Scheme 2 - Defined contribution scheme for fund participants, corresponding to liabilities fully funded as at 31 December 2011, with capital guarantee.

In addition, from 2012, the Company contributed to individual retirement schemes for all its workers.

In 2016 the pensions fund liquidated liabilities associated with the benefit scheme for participating Directors by acquiring annuities amounting to Euro 1,115,405.

From then on, the liabilities of the Fund cease to exist for the defined benefit scheme and the remainder of assets amounts to Euro 500,587, which will be used to cover future liabilities for retirement top-ups for workers as approved by the ASF.

Defined benefits scheme

The actuarial evaluation of the Company's liabilities for complementary retirement payments and other benefits is done annually, the last reference date being 31 December 2015.

A comparative analysis of actuarial assumptions is shown below:

DEMOGRAPHIC ASSUMPTIONS

	2016	2015
Mortality table	-	GKF 80
Invalidity table	-	Suisse Re 2001
Percentage of planned Pre-Retirement	-	0%
Normal Retirement Age (NRA)	-	66 years

FINANCIAL ASSUMPTIONS

	2016	2015
Technical Rate of Discount (working period)	-	2.0%
Technical Rate of Discount (retirement period)	-	2.0%
Rate of Return on Fund	-	2.0%
Salary Growth Rate	-	2.0%
Rate of Salary Revaluation (Social Security)	-	2.0%
Growth Rate of Pensions	-	2.0%

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos do plano de pensões estabelecido no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefício definido.

Em 23 de Dezembro de 2011, com a assinatura do novo CCT, o plano de benefícios de reforma do anterior CCT foi alterado, passando o mesmo para um plano de contribuição definida aplicável a todos os trabalhadores no activo nessa data, com garantia de capital. Em resultado desta alteração, em 1 de Janeiro de 2012, o plano de benefício definido existente foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 transferido para um plano de contribuição única, financiado pelo fundo de pensões existente.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por um Fundo de Pensões “Fundo de Pensões Lusitania Vida”, que em sequência das alterações acima mencionadas decorrentes do novo CCT, inclui actualmente os seguintes planos:

Plano 1 - Plano de benefício definido para os participantes Administradores;

Plano 2 - Plano de contribuição definida para os participantes do fundo, correspondente às responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011, com garantia de capital.

Adicionalmente, a partir de 2012, a Companhia contribui para os Planos individuais de reforma de todos os trabalhadores (PIR).

Em 2016, o Fundo de pensões liquidou as responsabilidades associadas ao plano de benefício para os participantes Administradores através da aquisição de rendas no valor de Euro 1.115.405.

Assim, nesta data as responsabilidades do Fundo são nulas relativamente ao plano de benefício definido e o valor remanescente dos activos ascende a Euro 500.587 o qual será utilizado para a cobertura de responsabilidades futuras de complementos de reforma dos trabalhadores nos termos em que vier a ser aprovado pela ASF.

Plano de benefícios definido

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2015.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS

	2016	2015
Tábua de Mortalidade	-	GKF 80
Tábua de Invalidez	-	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	-	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	-	66 anos

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

	2016	2015
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	-	2,0%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	-	2,0%
Taxa de Rendimento do Fundo	-	2,0%
Taxa de Crescimento Salarial	-	2,0%
Taxa de Revalorização Salarial (Segurança Social)	-	2,0%
Taxa de Crescimento das Pensões	-	2,0%

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Net assets/(liabilities) recognised in the 2016 and 2015 reporting periods are as follows:

(Euro)

	2016	2015
Liabilities for benefits	-	(1,705,355)
Fair value of fund assets	500,587	2,184,791
NET ASSETS/ (LIABILITIES) RECORDED	500,587	479,437

The difference in liabilities as at 31 December 2016 and 2015, is analysed as follows:

(Euro)

	2016	2015
LIABILITIES AS AT 1 JANUARY	(1,705,354)	(1,759,516)
Cost of current services	-	-
Interest costs	-	(35,190)
Actuarial gains/(losses)	154,956	89,352
Benefits paid by fund	1,550,399	-
LIABILITIES AS AT 31 DECEMBER	-	(1,705,354)

The Company's liabilities were calculated based on the average estimated duration of 8 years in 2015.

The difference in the value of the Fund as at 31 December 2016 and 2015, is analysed as follows:

(Euro)

	2016	2015
BALANCE AS AT 1 JANUARY	2,184,791	2,160,581
Expected return on fund:		
Expected return on assets	32,773	43,212
Actuarial gains/(losses)	(166,578)	(19,002)
Contributions to fund	-	-
Benefits paid by fund	(1,550,399)	-
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	500,587	2,184,791

Actuarial gains and losses in 2016 and 2015, recognised under "Other comprehensive income", are analysed as follows:

(Euro)

	2016	2015
BALANCE AS AT 1 JANUARY	320,570	250,220
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	154,956	89,352
Actuarial gains/(losses) - Financial	(166,576)	(19,002)
Assets of Fund	-	-
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	308,950	320,570

Net assets/(liabilities) are analysed as follows:

(Euro)

	2016	2015
BALANCE AS AT 1 JANUARY	479,437	401,065
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	154,956	89,352
Actuarial gains/(losses) - Financial Assets of Fund	(166,577)	(19,002)
Cost of services	-	-
Cost net interest on balance of liability cover	32,772	8,022
Contributions	-	-
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	500,587	479,437

The amount recognised as a gain/(cost) for the year rose to Euro 32,772 (2015: Euro 8,022).

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015, são como segue: (Euro)

	2016	2015
Responsabilidades por benefícios	-	(1.705.355)
Justo valor dos activos do fundo	500.587	2.184.791
ATIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	500.587	479.437

A variação das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é analisado como segue: (Euro)

	2016	2015
RESPONSABILIDADES EM 1 DE JANEIRO	(1.705.354)	(1.759.516)
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros	-	(35.190)
Ganhos/(perdas) actuariais	154.956	89.352
Benefícios pagos pelo fundo	1.550.399	-
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO	-	(1.705.354)

As responsabilidades da Companhia apresentavam uma duração média de 8 anos em 2015.

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é analisada como segue: (Euro)

	2016	2015
SALDO EM 1 DE JANEIRO	2.184.791	2.160.581
Retorno esperado do fundo: Retorno esperado dos activos	32.773	43.212
Ganhos/(perdas) actuariais	(166.578)	(19.002)
Contribuições para o fundo	-	-
Benefícios pagos pelo fundo	(1.550.399)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	500.587	2.184.791

Os ganhos e perdas actuariais em 2016 e 2015 reconhecidos em Outro rendimento integral são analisados como segue: (Euro)

	2016	2015
SALDO EM 1 DE JANEIRO	320.570	250.220
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	154.956	89.352
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	(166.576)	(19.002)
Liquidação do Plano	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	308.950	320.570

Os activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue: (Euro)

	2016	2015
SALDO EM 1 DE JANEIRO	479.437	401.065
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	154.956	89.352
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	(166.577)	(19.002)
Custo dos serviços correntes	-	-
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	32.772	8.022
Contribuições	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	500.587	479.437

O montante reconhecido como proveito/(custo) no exercício ascende a Euro 32.772 (2015: Euro 8.022).

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Assets in the pensions fund are broken down as follows:

(Euro)

	Scheme 1		Scheme 2		Total	
	Amount	%	Amount	%	Amount	%
2016						
Fixed income securities	494,546	98.79%	278,618	91.25%	773,164	95.94%
Liquidity	6,041	1.21%	26,715	8.75%	32,756	4.06%
TOTAL FUND APPLICATIONS	500,587	100.00%	305,333	100.00%	805,920	100.00%
General debtors and creditors	-		-		-	
FINAL GLOBAL VALUE OF FUND	500,587		305,333		805,920	

(Euro)

	Scheme 1		Scheme 2		Total	
	Amount	%	Amount	%	Amount	%
2015						
Fixed income securities	997,616	45.70%	307,327	99.48%	1,304,942	52.37%
Liquidity	1,185,374	54.30%	1,599	0.52%	1,186,974	47.63%
TOTAL FUND APPLICATIONS	2,182,990	100.00%	308,926	100.00%	2,491,916	100.00%
General debtors and creditors	1,801		-		1,801	
FINAL GLOBAL VALUE OF FUND	2,184,791		308,926		2,493,717	

As at 31 December 2016, assets in the Fund include the sum of Euro 32,230 for deposits made in Caixa Económica - Montepio Geral (2015: Euro 112,527).

Bearing in mind the capital guarantee clause provided in the CLA, the Company's liabilities for Scheme 2, arising from liabilities fully funded at 31 December 2011 according to the pensions scheme determined in the previous CLA, the amount rose to Euro 267,094 (2015: Euro 268,732).

Individual Retirement Scheme

On 31 December 2016, in agreement with note 2.2 r), the Company recognised a cost of Euro 35,754 (2015: Euro 34,714) for the individual retirement scheme.

Other long term benefits

On 31 December 2016 the Company calculated the current value of seniority premiums to be paid in the future. As a result of this calculation a cost for the sum of Euro 8,000 (2015: Euro 8,100) was recorded in profit and loss.

18. CASH AND ITS EQUIVALENTS AND CALL DEPOSITS

On 31 December 2016 this heading includes the sum of Euro 3,432,302 (2015: Euro 670,822) for cash and the sum of Euro 2,511,686 (2015: Euro 19,991,158) for bank deposits.

19. INVESTMENTS IN AFFILIATES, ASSOCIATES AND JOINT UNDERTAKINGS

On 23 December 2011 Lusitania Vida acquired 84,000 shares in the property management company Empresa Gestora de Imóveis do Rua do Prior, S.A., becoming the sole shareholder in this real estate company. The holding was purchased for Euro 3,393,801.

During the 2016 financial year, the Company made an analysis of the recoverable value of this holding and concluded that there were no signs to suggest a need to reinforce impairment to the sum of Euro 113,501 recorded in 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

(Euro)

	Plano 1		Plano 2		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2016						
Títulos de rendimento fixo	494.546	98,79%	278.618	91,25%	773.164	95,94%
Liquidez	6.041	1,21%	26.715	8,75%	32.756	4,06%
TOTAL DAS APLICAÇÕES DO FUNDO	500.587	100,00%	305.333	100,00%	805.920	100,00%
Devedores e credores gerais	-		-		-	
VALOR GLOBAL FINAL DO FUNDO	500.587		305.333		805.920	

(Euro)

	Plano 1		Plano 2		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2015						
Títulos de rendimento fixo	997.616	45,70%	307.327	99,48%	1.304.942	52,37%
Liquidez	1.185.374	54,30%	1.599	0,52%	1.186.974	47,63%
TOTAL DAS APLICAÇÕES DO FUNDO	2.182.990	100,00%	308.926	100,00%	2.491.916	100,00%
Devedores e credores gerais	1.801		-		1.801	
VALOR GLOBAL FINAL DO FUNDO	2.184.791		308.926		2.493.717	

Em 31 de Dezembro de 2016, os activos do fundo incluem o montante de Euro 32.230 relativos a depósitos efectuados na Caixa Económica - Montepio Geral (2015: Euro 112.527).

Atendendo à cláusula de garantia de capital prevista no CCT, as obrigações da Companhia com o Plano 2, decorrentes das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 nos termos do plano de pensões estabelecido no anterior CCT, ascendem ao montante de Euro 267.094 (2015: Euro 268.732).

Plano Individual de Reforma

A 31 de Dezembro de 2016, relativamente PIR, e de acordo com o referido na nota 2.2 r), a Companhia reconheceu um custo no montante de Euro 35.754 (2016: Euro 34.714).

Outros benefícios de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia calculou o valor actual dos prémios de permanência a liquidar no futuro. Em resultado deste cálculo, foi registado em resultados um custo no montante de Euro 8.000 (2015: Euro 8.100).

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2016 esta rubrica inclui o montante de Euro 3.432.302 (2015: Euro 670.822) relativo a caixa e o montante de Euro 2.511.686 (2015: Euro 19.991.158) relativo a depósitos bancários.

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 23 de Dezembro de 2011 a Lusitania Vida adquiriu 84.000 acções da Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A., passando a deter a totalidade do capital desta Sociedade imobiliária. O custo de aquisição desta participação foi de Euro 3.393.801.

Durante o exercício de 2016, a Companhia efectuou uma análise ao valor recuperável desta participação, tendo concluído inexistência de indícios de que indicassem uma necessidade de reforço da imparidade no valor de Euro 113.501 registada em 2014.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

20. FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

The balance under this heading on 31 December 2016 and 2015 is as follows:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE IN PROFIT AND LOSS

(Euro)

	2016			2015		
	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value
Bonds from other issuers	5,170,494	(136,836)	5,033,658	1,462,064	(343,231)	1,118,833
TOTAL	5,170,494	(136,836)	5,033,658	1,462,064	(343,231)	1,118,833
Of which: Level 1	5,170,494	(136,836)	5,033,658	1,462,064	(343,231)	1,118,833
Level 2	-	-	-	-	-	-
Level 3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5,170,494	(136,836)	5,033,658	1,462,064	(343,231)	1,118,833

As stipulated in IFRS 13, financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or supplied by “providers”;

Level 2 - valued using evaluation models, backed by observable market variables;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, but which have a significant weight in the valuation obtained.

21. FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

The balance under this heading on 31 December 2016 and 2015 is analysed below:

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

	Depreciated Cost or Acquisition Cost in the case of Shares and other Fluctuating Income Securities	Revaluation reserve for adjustments to fair value	Impairment	Fair Value	Interest	Book Value
<i>Bonds and other fixed income securities</i>						
From public issuers	182,996,608	10,726,199	-	193,722,807	4,413,543	198,136,350
From other issuers	211,934,109	16,041,321	-	227,975,430	4,991,175	232,966,605
Shares	7,369,969	(439,326)	1,700,064	5,230,579	38,857	5,269,436
Other fluctuating income securities	930,129	17,544	-	947,673	-	947,673
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2016	403,230,815	26,345,738	1,700,064	427,876,489	9,443,575	437,320,064
<i>Bonds and other fixed income securities</i>						
From public issuers	142,409,720	19,507,640	-	161,917,360	3,780,282	165,697,642
From other issuers	242,852,660	9,962,598	-	252,815,258	5,949,344	258,764,602
Shares	7,369,969	77,912	1,515,204	5,932,677	61,580	5,994,257
Other fluctuating income securities	930,131	(181)	-	929,950	-	929,950
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2015	393,562,480	29,547,969	1,515,204	421,595,245	9,791,206	431,386,451

As at 31 December 2016 and 2015, the breakdown of financial assets available for sale, per type of asset and respective

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS (Euro)

	2016			2015		
	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço
Obrigações de outros emissores	5.170.494	(136.836)	5.033.658	1.462.064	(343.231)	1.118.833
TOTAL	5.170.494	(136.836)	5.033.658	1.462.064	(343.231)	1.118.833
Dos quais: Nível 1	5.170.494	(136.836)	5.033.658	1.462.064	(343.231)	1.118.833
Nível 2	-	-	-	-	-	-
Nível 3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.170.494	(136.836)	5.033.658	1.462.064	(343.231)	1.118.833

De acordo com o IFRS 13, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers”;

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo as mesmas um peso significativo na valorização obtida.

21. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA (Euro)

	Custo Amortizado ou Custo de Aquisição no caso de Acções e outros Títulos de Rendimento Variável	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Imparidades	Justo Valor	Juro Decorrido	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	182.996.608	10.726.199	-	193.722.807	4.413.543	198.136.350
De outros emissores	211.934.109	16.041.321	-	227.975.430	4.991.175	232.966.605
Acções	7.369.969	(439.326)	1.700.064	5.230.579	38.857	5.269.436
Outros títulos de rendimento variável	930.129	17.544	-	947.673	-	947.673
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	403.230.815	26.345.738	1.700.064	427.876.489	9.443.575	437.320.064
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	142.409.720	19.507.640	-	161.917.360	3.780.282	165.697.642
De outros emissores	242.852.660	9.962.598	-	252.815.258	5.949.344	258.764.602
Acções	7.369.969	77.912	1.515.204	5.932.677	61.580	5.994.257
Outros títulos de rendimento variável	930.131	(181)	-	929.950	-	929.950
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	393.562.480	29.547.969	1.515.204	421.595.245	9.791.206	431.386.451

À data de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a desagregação dos activos financeiros disponíveis para venda, por

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

level of valuation, are shown as follows:

(Euro)

		Level 1	Level 2	Level 3	Total
2016					
Bonds and other fixed income securities:	Public issuers	198,136,350	-	-	198,136,350
	Other issuers	229,124,274	3,842,331	-	232,966,605
Shares		3,424,234	-	1,845,202	5,269,436
Other fluctuating income securities		-	-	947,673	947,673
TOTAL		430,684,858	3,842,331	2,792,875	437,320,064

For assets measured at Level 3 on 31 December 2016, the fair value of these assets rose to Euro 17,544 (2015: Euro - 181) and the impairment recorded rose to Euro 1,700,064 (2015: Euro 1,515,204).

Should the value of these assets change by around +/- 10%, the pre-tax impact on equity would rise to Euro 279,287 (2015: 296,001).

(Euro)

		Level 1	Level 2	Level 3	Total
2015					
Bonds and other fixed income securities:	Public issuers	165,697,642	-	-	165,697,642
	Other issuers	254,984,751	3,779,850	-	258,764,601
Shares		3,964,196	-	2,030,062	5,994,258
Other fluctuating income securities		-	-	929,950	929,950
TOTAL		424,646,589	3,779,850	2,960,012	431,386,451

As stipulated in IFRS 13, financial assets available for sale may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or supplied by “providers”;

Level 2 - valued using evaluation models, backed by observable market variables;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, but which have a significant weight in the valuation obtained.

22. LOANS GRANTED AND RECEIVABLES

Loans granted and receivables amounting to Euro 64,884,989 (2015: Euro 14,357,017) refer entirely to term deposits.

23. INVESTMENTS HELD TO MATURITY

In 2011 Lusitania Vida reclassified securities from the financial assets available for sale category to the category of investments held to maturity, as in the criteria referred to in note 2.2. e).

The assets classified in this category are as follows:

(Euro)

	2016			2015		
	Book Value	Market Value	Fair Value Reserve Amortized*	Book Value	Market Value	Fair Value Reserve Amortized
Bonds and other fixed income securities						
Public issuers	36,717,049	43,435,855	(2,129,280)	35,955,841	45,109,183	(1,804,664)
Other issuers	19,797,449	22,518,499	(5,031,378)	29,723,461	34,025,728	(4,461,581)
TOTAL	56,514,498	65,954,354	(7,160,658)	65,679,302	79,134,911	(6,266,245)

*The amount of the fair value reserve amortized during the 2016 financial year was Euro 894,413 (2015: Euro 968,718).

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

tipo de activo e respectivo nível de valorização podem ser ainda apresentados como segue:

(Euro)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
2016				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo: De emissores públicos	198.136.350	-	-	198.136.350
De outros emissores	229.124.274	3.842.331	-	232.966.605
Acções	3.424.234	-	1.845.202	5.269.436
Outros títulos de rendimento variável	-	-	947.673	947.673
TOTAL	430.684.858	3.842.331	2.792.875	437.320.064

Relativamente aos activos mensurados no nível 3, em 31 de Dezembro de 2016, a reserva de justo valor destes activos ascende a Euro 17.544 (2015: Euro -181) e a imparidade registada ascende a Euro 1.700.064 (2015: Euro 1.515.204).

Caso a valorização destes activos fosse alterada em cerca de +/- 10%, o impacto antes de impostos nos capitais próprios ascenderia a Euro 279.287 (2015: Euro 296.001).

(Euro)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
2015				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo: De emissores públicos	165.697.642	-	-	165.697.642
De outros emissores	254.984.751	3.779.850	-	258.764.601
Acções	3.964.196	-	2.030.062	5.994.258
Outros títulos de rendimento variável	-	-	929.950	929.950
TOTAL	424.646.589	3.779.850	2.960.012	431.386.451

De acordo com o IFRS 13, os activos financeiros disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers”;

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo as mesmas um peso significativo na valorização obtida.

22. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Os empréstimos concedidos e contas a receber no montante de Euro 64.884.989 (2015: Euro 14.357.017) respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

23. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Durante o exercício de 2011, a Lusitania Vida procedeu à reclassificação de títulos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os critérios mencionados na nota 2.2 e).

Os activos classificados nesta categoria, apresentam-se como segue:

(Euro)

	2016			2015		
	Valor de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de Justo Valor Amortizada*	Valor de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de Justo Valor Amortizada
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	36.717.049	43.435.855	(2.129.280)	35.955.841	45.109.183	(1.804.664)
De outros emissores	19.797.449	22.518.499	(5.031.378)	29.723.461	34.025.728	(4.461.581)
TOTAL	56.514.498	65.954.354	(7.160.658)	65.679.302	79.134.911	(6.266.245)

*O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2016 foi de Euro 894.413 (2015: Euro 968.718).

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

(Euro)

	On Date of Transfer				
	Nominal Value	Acquisition Value	Book Value	Fair Value Reserve	Effective Rate*
Bonds and other fixed income securities					
Public issuers	53,873,998	50,343,317	45,702,016	(3,434,641)	6.30%
De outros emissores	52,700,000	52,816,552	45,337,482	(7,251,110)	7.58%
TOTAL	106,573,998	103,159,869	91,039,498	(10,685,751)	

*The effective rate was calculated based on forward rates resulting from the income curve at the transfer rate;

The maturity is the minimum between the call date, when applicable, and the maturity date of the asset.

Had securities not been reclassified, the impact on the financial statements of Lusitania Vida would be the following:

(Euro)

	2016	2015	2014	2013	2012
Impact on fair value reserves	7,992,909	10,685,729	11,693,773	(994,902)	(5,784,239)
Fiscal effect	(2,038,192)	(2,724,861)	(2,981,912)	273,598	1,677,429
TOTAL	5,954,717	7,960,868	8,711,861	(721,304)	(4,106,810)

24. LAND AND BUILDINGS

The balance under own-use land and buildings and the respective turnover during the financial year is as follows:

OWN-USE PROPERTY

(Euro)

	Opening Balance	Additions of Financial Year*	Transfers	Closing Balance
Purchase value	4,052,720	-	-	4,052,720
Accrued amortization	(643,591)	(92,852)	-	(736,443)
TOTAL	3,409,129	(92,852)	-	3,316,277

*Additions resulting from subsequent recognised spending on the registered quantity of the asset.

The balance under the heading Income-earning Land and Buildings and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

INCOME EARNING PROPERTY

(Euro)

	2016		2015	
	Purchase Value	Book Value	Purchase Value	Book Value
Opening balance	5,915,606	5,300,534	6,710,046	6,025,260
Acquisitions	-	-	-	-
Maintenance & repairs	-	-	(794,440)	(724,726)
Changes to fair value	-	(238,760)	-	-
TOTAL	5,915,606	5,061,774	5,915,606	5,300,534

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Na Data de Transferência				
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor	Taxa Efectiva*
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	53.873.998	50.343.317	45.702.016	(3.434.641)	6,30%
De outros emissores	52.700.000	52.816.552	45.337.482	(7.251.110)	7,58%
TOTAL	106.573.998	103.159.869	91.039.498	(10.685.751)	

*A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência;

A maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Lusitania Vida seria o seguinte:

(Euro)

	2016	2015	2014	2013	2012
Impacto em reservas de justo valor	7.992.909	10.685.729	11.693.773	(994.902)	(5.784.239)
Efeito fiscal	(2.038.192)	(2.724.861)	(2.981.912)	273.598	1.677.429
TOTAL	5.954.717	7.960.868	8.711.861	(721.304)	(4.106.810)

24. TERRENOS E EDIFÍCIOS

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de uso próprio e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

(Euro)

	Saldo Inicial	Adições do Exercício*	Transferências	Saldo Final
Valor de aquisição	4.052.720	-	-	4.052.720
Amortizações acumuladas	(643.591)	(92.852)	-	(736.443)
TOTAL	3.409.129	(92.852)	-	3.316.277

*Adições resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo.

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de rendimento e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE RENDIMENTO

(Euro)

	2016		2015	
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Saldo Inicial	5.915.606	5.300.534	6.710.046	6.025.260
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	(794.440)	(724.726)
Alterações de justo valor	-	(238.760)	-	-
TOTAL	5.915.606	5.061.774	5.915.606	5.300.534

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

25. OTHER TANGIBLE AND INTANGIBLE ASSETS

The balance under the heading “Other tangible assets” and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

TANGIBLE ASSETS

(Euro)

	Opening Balance		Acquisitions	Sell-offs	Depreciation and Impairment		Closing Balance
	Gross Value	Depreciation & Impairment			Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2016							
Administrative equipment	158,957	137,703	5,293	-	3,846	-	22,701
Machinery and apparatus	247,241	200,256	-	-	13,039	-	33,946
Data processing equipment	1,658,591	1,308,634	91,480	-	206,465	-	234,972
Fittings and furnishing	103,997	40,006	-	-	7,908	-	56,083
Transport material	322,083	227,022	24,918	55,545	39,038	39,097	64,493
Other equipment	6,378	6,378	-	-	-	-	-
Art collection	4,555	-	-	-	-	-	4,555
TOTAL	2,501,802	1,919,999	121,691	55,545	270,296	39,097	416,750

TANGIBLE ASSETS

(Euro)

	Opening Balance		Acquisitions	Sell-offs	Depreciation and Impairment		Closing Balance
	Gross Value	Depreciation & Impairment			Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2015							
Administrative equipment	134,958	134,446	23,999	-	3,257	-	21,254
Machinery and apparatus	218,220	186,909	29,021	-	13,347	-	46,985
Data processing equipment	1,136,722	1,131,970	521,869	-	176,664	-	349,957
Fittings and furnishing	34,123	32,098	69,874	-	7,908	-	63,991
Transport material	230,481	185,988	91,602	-	41,034	-	95,061
Other equipment	6,378	6,378	-	-	-	-	-
Art collection	4,555	-	-	-	-	-	4,555
TOTAL	1,765,437	1,677,789	736,365	-	242,210	-	581,803

INTANGIBLE ASSETS

On 26 December 2016 Lusitania Vida acquired from Finibanco Vida a life insurance portfolio, associated with home loans, with an estimated value of Euro 7,100,000 and recorded as an intangible asset. This asset was recorded at acquisition cost and is subject to annual depreciation in line with the future economic benefits that gave rise to the acquisition cost, and annually this is subjected to an impairment test.

The estimated value of the portfolio is depreciated as follows:

(Euro)

Year	Value
2017	605,174
2018	583,673
2019	558,063
2020	531,863
2021	508,778
From 2022 to 2031	3,232,014
From 2032 to 2041	969,936
From 2042 to 2051	110,499
TOTAL	7,100,000

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O saldo da rubrica de Outros activos tangíveis e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisadas como segue:

ACTIVOS TANGÍVEIS

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações e Imparidades			Reforço	Regularizações	
2016							
Equipamento administrativo	158.957	137.703	5.293	-	3.846	-	22.701
Máquinas e ferramentas	247.241	200.256	-	-	13.039	-	33.946
Equipamento informático	1.658.591	1.308.634	91.480	-	206.465	-	234.972
Instalações interiores	103.997	40.006	-	-	7.908	-	56.083
Material de transporte	322.083	227.022	24.918	55.545	39.038	39.097	64.493
Outro equipamento	6.378	6.378	-	-	-	-	-
Património artístico	4.555	-	-	-	-	-	4.555
TOTAL	2.501.802	1.919.999	121.691	55.545	270.296	39.097	416.750

ACTIVOS TANGÍVEIS

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações e Imparidades			Reforço	Regularizações	
2015							
Equipamento administrativo	134.958	134.446	23.999	-	3.257	-	21.254
Máquinas e ferramentas	218.220	186.909	29.021	-	13.347	-	46.985
Equipamento informático	1.136.722	1.131.970	521.869	-	176.664	-	349.957
Instalações interiores	34.123	32.098	69.874	-	7.908	-	63.991
Material de transporte	230.481	185.988	91.602	-	41.034	-	95.061
Outro equipamento	6.378	6.378	-	-	-	-	-
Património artístico	4.555	-	-	-	-	-	4.555
TOTAL	1.765.437	1.677.789	736.365	-	242.210	-	581.803

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 26 de Dezembro de 2016 a Lusitania Vida adquiriu à Finibanco Vida uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliada em Euro 7.100.000 tendo sido registado como activo intangível. Este activo foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

Estima-se que o valor da carteira seja amortizado como segue:

(Euro)

Anuidade	Valor
2017	605.174
2018	583.673
2019	558.063
2020	531.863
2021	508.778
De 2022 a 2031	3.232.014
De 2032 a 2041	969.936
De 2042 a 2051	110.499
TOTAL	7.100.000

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

26. TECHNICAL PROVISIONS FOR DIRECT INSURANCE AND OUTWARD REINSURANCE

Technical provisions for direct insurance and outward reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	Direct Insurance		Reinsurance	Total
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Risk Insurance	
2016				
Mathematical provision	5,359,208	95,052,767	(205,792)	100,206,183
Claims provision	18,630,979	1,885,553	(9,800,249)	10,716,283
Profit-sharing provision	614,427	9,488,161	(1,115,594)	8,986,994
TOTAL	24,604,614	106,426,481	(11,121,635)	119,909,460

(Euro)

	Direct insurance		Reinsurance	Total
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Risk Insurance	
2015				
Mathematical provision	4,916,971	96,397,438	(220,105)	101,094,304
Claims provision	19,678,411	2,008,149	(10,093,047)	11,593,513
Profit-sharing provision	795,398	10,506,429	(39,639)	11,262,188
TOTAL	25,390,780	108,912,016	(10,352,791)	123,950,005

As stipulated in IFRS 4, insurance contracts written by the Company in which only a financial risk is transferred, and with no discretionary profit sharing, are classified as investment contracts.

The claims provision for direct insurance covers claims made and still not paid on the date of the balance sheet, and include a provision estimated at Euro 1,437,773 (2015: Euro 1,553,930) for claims made by the end of the year and not yet reported (IBNR).

The profit sharing provision is for (i) amounts attributed to policyholders or to the beneficiaries of insurance contracts, in the form of profit sharing, that have not yet been distributed or incorporated in the mathematical provision and (ii) amounts to be attributed associated with non-realised gains from available-for-sale financial assets associated with products with profit sharing, as referred to in note 2.2 b).

Turnover in the year for attributed profit sharing in results is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS TO BE ATTRIBUTED

(Euro)

	2016	2015
OPENING BALANCE	2,558,541	2,605,799
Profit share distributed		
- through mathematical provision	1,061,111	1,091,312
- in cash	75,893	7,030
TOTAL	1,137,004	1,098,342
Profit share attributed		
- through profit & loss for year	766,916	1,051,084
TOTAL	766,916	1,051,084
CLOSING BALANCE	2,188,453	2,558,541

Turnover in the year for the share in profit and loss is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS TO BE ATTRIBUTED

(Euro)

	2016	2015
PROVISION AT OPENING OF YEAR	8,743,285	11,341,864
Increases (+)/Decreases (-)	(829,150)	(2,598,579)
PROVISION AT CLOSE OF YEAR	7,914,135	8,743,285

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

26. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido decompõem-se como segue:

(Euro)

	Seguro Directo		Resseguro	Total
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Seguros de Risco	
2016				
Provisão matemática	5.359.208	95.052.767	(205.792)	100.206.183
Provisão para sinistros	18.630.979	1.885.553	(9.800.249)	10.716.283
Provisão para participação nos resultados	614.427	9.488.161	(1.115.594)	8.986.994
TOTAL	24.604.614	106.426.481	(11.121.635)	119.909.460

(Euro)

	Seguro Directo		Resseguro	Total
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Seguros de Risco	
2015				
Provisão matemática	4.916.971	96.397.438	(220.105)	101.094.304
Provisão para sinistros	19.678.411	2.008.149	(10.093.047)	11.593.513
Provisão para participação nos resultados	795.398	10.506.429	(39.639)	11.262.188
TOTAL	25.390.780	108.912.016	(10.352.791)	123.950.005

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para sinistros de seguro directo corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 1.437.773 (2015: Euro 1.553.930) relativo aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para participação nos resultados corresponde (i) aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática e (ii) aos montantes a atribuir associados às mais-valias não realizadas de activos financeiros disponíveis para venda afectos a produtos com participação nos resultados, de acordo com o referido na nota 2.2 b).

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

(Euro)

	2016	2015
SALDO INICIAL	2.558.541	2.605.799
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	1.061.111	1.091.312
- em numerário	75.893	7.030
TOTAL	1.137.004	1.098.342
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	766.916	1.051.084
TOTAL	766.916	1.051.084
SALDO FINAL	2.188.453	2.558.541

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados a atribuir é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR

(Euro)

	2016	2015
PROVISÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.743.285	11.341.864
Aumentos (+)/Diminuições (-)	(829.150)	(2.598.579)
PROVISÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	7.914.135	8.743.285

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

As laid down in contractual regulations and legislation in force, profit sharing was estimated for all products and/or per policy, when applicable.

27. OTHER DEBTORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance of this heading is as follows:

ACCOUNTS RECEIVABLE	(Euro)	
	2016	2015
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM DIRECT INSURANCE OPERATIONS		
Accounts receivable - Policyholders	728,956	647,715
	<u>728,956</u>	<u>647,715</u>
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM REINSURANCE OPERATIONS		
Other reinsurers	1,656,659	891,870
	<u>1,656,659</u>	<u>891,870</u>
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM OTHER OPERATIONS		
Companies in group	75,226	150,703
Other	3,205	5,265
	<u>78,431</u>	<u>155,968</u>
TOTAL	<u>2,464,046</u>	<u>1,695,553</u>
ADJUSTMENTS	<u>(52,916)</u>	<u>(62,963)</u>
	<u>2,411,130</u>	<u>1,632,590</u>

The accounts receivable balance reflects the value of premium receipts processed but not yet paid by policyholders. As at 31 December 2016 and 2015, the heading "Adjustments" refers entirely to the provision for receipts outstanding.

These assets have a maturity of less than one year.

28. ASSETS AND LIABILITIES BY TAXATION

The Company determined tax payable for the year based on a tax rate of 25.5% (including the nominal tax rate of 21% and other taxes).

The Company's self-assessment declarations are subject to inspection and eventual adjustment by the tax authorities during a period of 4 years, which is extended to 12 years, should there be tax liabilities. Consequently, there may be additional tax payments due essentially to different interpretations of tax legislation. However, the Company's Administration is certain that there will be no additional payments of any significant value in the context of financial statements.

Tax assets and liabilities recognised on the balance sheet on 31 December 2016 and 2015 are as shown below: (Euro)

	2016	2015
Current tax asset	336,602	76,622
Deferred tax asset	325,470	704,448
ASSETS FROM TAXATION	<u>662,072</u>	<u>781,070</u>
Current tax liabilities	(333,296)	(631,953)
Deferred tax liabilities	(3,074,679)	(3,847,945)
LIABILITIES FROM TAXATION	<u>(3,407,975)</u>	<u>(4,479,898)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável.

27. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

CONTAS A RECEBER		(Euro)
	2016	2015
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Contas em cobrança - Tomadores de seguro	728.956	647.715
	<u>728.956</u>	<u>647.715</u>
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	1.656.659	891.870
	<u>1.656.659</u>	<u>891.870</u>
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Empresas do grupo	75.226	150.703
Diversos	3.205	5.265
	<u>78.431</u>	<u>155.968</u>
TOTAL	<u>2.464.046</u>	<u>1.695.553</u>
AJUSTAMENTOS	<u>(52.916)</u>	<u>(62.963)</u>
	2.411.130	1.632.590

O saldo das contas em cobrança reflecte o valor dos recibos de prémios processados embora ainda não liquidados por parte dos tomadores. Nas datas de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Ajustamentos respeita na totalidade à provisão para recibos por cobrar.

A maturidade destes activos é inferior a um ano.

28. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia determinou a carga fiscal do exercício com base na taxa de imposto de 25,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto de 21% e derramas).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 12 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

		(Euro)
	2016	2015
Activos por impostos correntes	336.602	76.622
Activos por impostos diferidos	325.470	704.448
ACTIVOS POR IMPOSTOS	<u>662.072</u>	<u>781.070</u>
Passivos por impostos correntes	(333.296)	(631.953)
Passivos por impostos diferidos	(3.074.679)	(3.847.945)
PASSIVOS POR IMPOSTOS	<u>(3.407.975)</u>	<u>(4.479.898)</u>

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

(Euro)

	Assets		Liabilities		Net	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Investment properties (Not allocated)	268,714	265,721	-	-	268,714	265,721
Financial assets (Allocated with no profit-sharing and Not allocated)	-	386,377	(3,070,962)	(3,844,227)	(3,070,962)	(3,457,850)
Other	56,756	52,350	(3,717)	(3,718)	53,038	48,632
DEFERRED ASSET/(LIABILITY) TAXATION	325,470	704,448	(3,074,679)	(3,847,945)	(2,749,210)	(3,143,497)

The impact of tax on income in profit and loss and in reserves in the 2016 and 2015 financial years is analysed as follows:

(Euro)

	2016		2015	
	Recognised in Profit & Loss	Recognised in Reserves	Recognised in Profit & Loss	Recognised in Reserves
Investment properties (Not allocated)	2,993	-	4,969	-
Financial assets (Allocated with no profit-sharing and Not allocated)	47,139	339,749	386,377	2,095,248
Other	4,406	-	-	-1,184
DEFERRED ASSET/LIABILITY TAXATION	54,538	339,749	391,346	2,094,064
CURRENT TAXATION	(998,105)	35,607	(1,762,568)	122,683
TOTAL	(943,567)	375,356	(1,371,222)	2,216,747

Tax rate reconciliation is analysed below:

(Euro)

	2016	2015
Pre-tax result	3,793,865	4,831,998
Tax rate	25.5%	25.5%
Estimated tax based on tax rate	967,436	1,232,159
Self-assessment	22,563	27,765
Elimination of double taxation - dividends	(99,271)	(151,370)
Other differences	52,839	262,668
TOTAL	943,567	1,371,222

29. FINANCIAL LIABILITIES

The breakdown of financial liabilities is as follows:

(Euro)

FINANCIAL LIABILITIES	2016	2015
Financial liabilities of the component for insurance contracts deposit and insurance contracts & operations considered for accounting purposes as investment contracts	381,144,281	335,782,827
Other financial liabilities		
Subordinated liabilities	10,000,000	10,000,000
Deposits received from reinsurers	9,571,764	8,894,445
TOTAL	400,716,045	354,677,272

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Activos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Propriedades de investimento (Não afectos)	268.714	265.721	-	-	268.714	265.721
Activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	-	386.377	(3.070.962)	(3.844.227)	(3.070.962)	(3.457.850)
Outros	56.756	52.350	(3.717)	(3.718)	53.038	48.632
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/ (PASSIVOS)	325.470	704.448	(3.074.679)	(3.847.945)	(2.749.210)	(3.143.497)

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e nas reservas no exercício de 2016 e 2015 é analisado como segue:

(Euro)

	2016		2015	
	Reconhecido em Resultado	Reconhecido em Reservas	Reconhecido em Resultado	Reconhecido em Reservas
Propriedades de investimento (Não afectos)	2.993	-	4.969	-
Activos financeiros (Afectos sem participação e Não afectos)	47.139	339.749	386.377	2.095.248
Outros	4.406	-	-	-1.184
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)	54.538	339.749	391.346	2.094.064
IMPOSTOS CORRENTES	(998.105)	35.607	(1.762.568)	122.683
TOTAL	(943.567)	375.356	(1.371.222)	2.216.747

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Euro)

	2016	2015
Resultado antes de impostos	3.793.865	4.831.998
Taxa de imposto	25,5%	25,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	967.436	1.232.159
Tributação autónoma	22.563	27.765
Eliminação de dupla tributação - dividendos	(99.271)	(151.370)
Outras diferenças	52.839	262.668
TOTAL	943.567	1.371.222

29. PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição dos passivos financeiros é como segue:

(Euro)

PASSIVOS FINANCEIROS	2016	2015
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	381.144.281	335.782.827
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados	10.000.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	9.571.764	8.894.445
TOTAL	400.716.045	354.677.272

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Financial liabilities for investment contracts are analysed as follows:

(Euro)

	2016	2015
Balance on 1 January	335,782,827	338,841,446
Inputs (net of commissions)	126,343,905	102,521,167
Amounts paid	(91,329,310)	(116,046,164)
Difference in profit & loss (technical interest)	10,346,859	10,466,378
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	381,144,281	335,782,827

In 2016 and 2015, subordinated liabilities refer to a subordinated debenture loan, with no fixed timeframe and with an interest rate indexed to Euribor with added spread, which was underwritten by the following Montepio Group entities: (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 million Euro and (ii) Lusitania Companhia de Seguros S.A. (50%) - 5 million Euro.

On 31 December 2016, the fair value of this financial liability amounted to Euro 3,627,000 (2015: Euro 5,918,000) (see note 37).

Deposits received from reinsurers refer to the amount of guarantees provided by reinsurers, as a result of accepting risks and receiving premiums from operations arising from outward reinsurance business.

30. OTHER CREDITORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance under this heading as at 31 December 2016 and 2015 is broken down as follows:

ACCOUNTS PAYABLE

(Euro)

	2016	2015
ACCOUNTS PAYABLE IN DIRECT INSURANCE OPERATIONS		
Returns payable - Policyholders	6,658	6,619
Insurance brokers	4,017,796	934,305
Others	-	-
	4,024,454	940,924
ACCOUNTS PAYABLE IN REINSURANCE OPERATIONS		
Other reinsurers	-	300,547
	-	300,547
ACCOUNTS PAYABLE IN OTHER OPERATIONS		
Companies in Group	680	187
Other entities	99,593	192,684
	100,273	192,871
	4,124,727	1,434,342

Current account balances for brokers are recorded under the heading "Insurance Brokers", notable among these being the broker Caixa Económica Montepio Geral at Euro 3,573,259 (2015: Euro 584,432).

These liabilities have a maturity of less than one year.

31. CAPITAL, REVALUATION RESERVES, OTHER RESERVES AND RETAINED EARNINGS

Share capital

On 31 December 2016, the share capital of Lusitania Vida was fully underwritten and paid-in, represented by 800,000 nominal shares each with a nominal value of Euro 25.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

(Euro)

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	335.782.827	338.841.446
Entradas (líquido de comissões)	126.343.905	102.521.167
Montantes Pagos	(91.329.310)	(116.046.164)
Varição de Ganhos e Perdas (Juro técnico)	10.346.859	10.466.378
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	381.144.281	335.782.827

Em 2016 e 2015, os passivos subordinados correspondem a um empréstimo obrigacionista subordinado, sem prazo fixo e com taxa de juro indexada à Euribor acrescida de um *spread*, o qual foi subscrito pelas seguintes entidades do Grupo Montepio (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 milhões de Euro e (ii) Lusitania Companhia de Seguros SA (50%) - 5 milhões de Euro.

À data de 31 de Dezembro de 2016, o justo valor deste passivo financeiro ascende a Euro 3.627.000 (2015: Euro 5.918.000) (ver nota 37).

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

30. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é desagregado da forma seguinte:

CONTAS A PAGAR

(Euro)

	2016	2015
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Estornos a pagar - Tomadores de seguro	6.658	6.619
Mediadores de seguros	4.017.796	934.305
Outros	-	-
	4.024.454	940.924
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	-	300.547
	-	300.547
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Empresas do Grupo	680	187
Outras entidades	99.593	192.684
	100.273	192.871
	4.124.727	1.434.342

Na rubrica de Mediadores de seguros estão registados os saldos das contas de efectivo (contas correntes) dos mediadores, onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euro 3.573.259 (2015: Euro 584.432).

A maturidade destes passivos é inferior a um ano.

31. CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social da Lusitania Vida encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 800.000 acções nominativas com o valor nominal de Euro 25 cada.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Revaluation reserves

The fair value reserve is: (i) the accrued value of variations in the fair value of available-for-sale financial assets, as stipulated in the accounting policies described in note 2.2 e), and (ii) net accrued losses on assets, reclassified to the category of investments held to maturity, on the date of reclassification, that will be amortized by the maturity of assets transferred (see note 23).

Turnover in the fair value reserve for financial assets classified as available-for-sale, in 2016 and 2015, are analysed as follows:

	2016	2015
Balance on 1 de January	29,547,970	41,699,800
Revaluation	(2,872,159)	(11,691,922)
Sales and reimbursements	(330,073)	(459,908)
BALANCE ON 31 DECEMBER	26,345,738	29,547,970

(Euro)

Details of the fair value reserve for financial assets classified as available-for-sale, in 2016 and 2015, are shown below:

	2016	2015
Amortized cost	403,230,815	393,562,480
Impairment	(1,700,064)	(1,515,204)
Amortized cost, net of impairment	401,530,751	392,047,276
Fair value	427,876,491	421,595,245
Non-realised gains/(losses) recognised in fair value reserve	26,345,740	29,547,970
Shadow accounting	(7,914,136)	(8,743,285)
Fair value reserve for available-for-sale financial assets	18,431,604	20,804,685
Fair value reserve for assets held to maturity	(3,525,093)	(4,419,506)
Fair value reserve, gross	14,906,509	16,385,179
Taxation reserve	(3,918,722)	(4,294,078)
Fair value reserve, net	10,987,787	12,091,100

(Euro)

Reserve for deferred and current taxation

The reserve for deferred taxation covers the turnover for taxation resulting from temporary differences recognised under equity, determined according to the criteria described in note 2.2 s). In addition, and as laid down in tax legislation in force, bearing in mind that non-realised gains/losses on financial assets allocated to portfolios with discretionary profit sharing are taxable, the current tax associated with these fluctuations in fair value is also recognised in this reserve.

Legal reserve

As laid down in Portuguese legislation, Lusitania Vida must set up a legal reserve of at least 10% on net annual profit, until this reaches a minimum value of 100% of the value of equity capital.

Profit per share

Profit per share is as follows:

PROFIT FOR DISTRIBUTION

(Euro)

	2016	2015
Profit distributable to holders of ordinary equity capital (numerator)	2,850,298	3,460,776
Average weighted number of ordinary shares in circulation (denominator)	800,000	800,000
Profit per basic share	3.56	4.33

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reservas de Reavaliação

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2 e) e (ii) as perdas líquidas acumuladas dos activos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos activos transferidos (ver nota 23).

Os movimentos na reserva de justo valor de activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, em 2016 e 2015, são analisados como segue:

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	29.547.970	41.699.800
Reavaliações	(2.872.159)	(11.691.922)
Vendas e reembolsos	(330.073)	(459.908)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	26.345.738	29.547.970

(Euro)

A reserva de justo valor de activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, em 2016 e 2015, pode ser detalhada como segue:

	2016	2015
Custo amortizado	403.230.815	393.562.480
Imparidade	(1.700.064)	(1.515.204)
Custo amortizado, líquido de imparidade	401.530.751	392.047.276
Justo valor	427.876.491	421.595.245
Ganhos/(perdas) não realizados reconhecidos na reserva de justo valor	26.345.740	29.547.970
Participação nos resultados a atribuir ("shadow accounting")	(7.914.136)	(8.743.285)
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	18.431.604	20.804.685
Reserva de justo valor de activos a deter até à maturidade	(3.525.093)	(4.419.506)
Reserva de justo valor, bruta	14.906.509	16.385.179
Reserva de impostos	(3.918.722)	(4.294.078)
Reserva de justo valor, líquida	10.987.787	12.091.100

(Euro)

Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota 2.2 s). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a activos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Lusitania Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do capital social.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são os seguintes:

LUCRO ATRIBUÍVEL	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	2.850.298	3.460.776
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)	800.000	800.000
Resultado por acção básico	3,56	4,33

(Euro)

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Dividends per share

In 2016, Euro 1,600,000 worth of dividends was distributed from the profit of 2015 (2015: Euro 1,800,000 worth of dividends from 2014 profit), that is, a dividend per share of Euro 2.00 (2015: Euro 2.25).

For the financial year ending at 31 December 2016, the Board of Directors will suggest to the General Meeting that dividends be distributed to shareholders for the sum of Euro 1,400,000, that is, a dividend of Euro 1.75 per share.

32. TRADING BETWEEN RELATED PARTIES

As defined in IAS 24, the parties related to Lusitania Vida are the subsidiaries and associates of Montepio Geral Associação Mutualista, as well as the Pension Fund, the members of the Board of Directors and corporate governance.

Montepio Seguros S.G.P.S., S.A. is the sole shareholder in Lusitania Vida, and shareholders with more than a 5% holding in Share Capital are listed below:

COMPANY

	31 Dec. 2016	31 Dec. 2015
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	99.790%	99.790%

In the 2016 financial year, remuneration to members of the Company's corporate governance rose to Euro 395,245 (2015: Euro 324,322), as indicated in Note 16. In addition, the result of the benefits scheme for corporate governance rose to Euro 32,772, a gain (2015: Euro 8,022, gain), as indicated in Notes 16 and 17.

During the 2016 financial year, due to the retirement of one participant, the Lusitania Vida Pension Fund transferred to the Company the liability of paying the respective retirement pension, for this purpose acquiring a life pension of Euro 1,115,405 (2015: Euro 0.00).

The Company trades with related entities in terms the same as those prevailing on similar trading markets, when applicable.

As at 31 December 2016 the amount of assets, liabilities, income and spending relative to trading with related parties is summarised as follows:

RELATED PARTY

(Euro)

	Asset	Liability	Costs	Income	Dividends Paid
2016					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5,009,249	111,415	-	-
Caixa Económica Montepio Geral	36,240,841	3,580,369	7,693,481	1,612,209	-
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	1,199,937	-	-	-	1,596,644
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	857	5,009,929	169,590	448,879	-
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11,784	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130,456	-	-	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3,355,300	-	-	67,512	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	37,591	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6,722	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496,602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5,002	-	-	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	12,249	-	5,861	-	-
TOTAL	41,441,342	13,599,547	7,980,347	2,184,698	1,596,644

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dividendos por acção

Durante o exercício de 2016 foram distribuídos Euro 1.600.000 de dividendos respeitantes ao resultado de 2015 (2015: Euro 1.800.000 de dividendos respeitantes ao resultado de 2014), ou seja, um dividendo por acção de Euro 2,00 (2015: Euro 2,25).

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-geral, a distribuição de dividendos aos detentores de capital no montante de Euro 1.400.000, ou seja, um dividendo por acção de Euro 1,75.

32. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Lusitania Vida as subsidiárias e associadas do Montepio Geral Associação Mutualista, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e órgãos sociais.

A Lusitania Vida é detida pela Montepio Seguros S.G.P.S., S.A., sendo os accionistas com mais de 5% do Capital Social discriminados como segue:

EMPRESA

	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	99,790%	99,790%

No exercício de 2016, as remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia ascenderam a Euro 395.245 (2015: Euro 324.322), conforme nota 16. Adicionalmente, o resultado do plano de benefícios atribuído aos órgãos sociais ascendeu ao montante de Euro 32.772, proveito (2015: Euro 8.022, proveito), conforme notas 16 e 17.

Durante o exercício de 2016 e devido à passagem à situação de reforma de um participante, o Fundo de Pensões Lusitania Vida transferiu para a Companhia as responsabilidades com o pagamento da respectiva pensão de reforma adquirindo para o efeito rendas vitalícias no valor de Euro 1.115.405 (2015: Euro 0,00).

A Companhia realiza várias transacções com entidades relacionadas, efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares, quando aplicável.

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se da seguinte forma:

PARTE RELACIONADA

(Euro)

	Activo	Passivo	Gastos	Proveitos	Dividendos Pagos
2016					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5.009.249	111.415	-	-
Caixa Económica Montepio Geral	36.240.841	3.580.369	7.693.481	1.612.209	-
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	1.199.937	-	-	-	1.596.644
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	857	5.009.929	169.590	448.879	-
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11.784	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	-	-	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.355.300	-	-	67.512	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	37.591	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	6.722	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	-	-	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	12.249	-	5.861	-	-
TOTAL	41.441.342	13.599.547	7.980.347	2.184.698	1.596.644

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

An additional detail on assets, liabilities, income and spending on more significant operations with related parties is presented as follows:

Associação Mutualista Montepio Geral

The liability of Euro 5,009,249 refers to the sum of Euro 5,000,000 underwriting the subordinated loan issued by the Company and the respective interest still outstanding on the date of the balance sheet, as indicated in Note 29.

Caixa Económica Montepio Geral

Assets of Euro 36,240,841 include the sum of (i) Euro 20,069,449, referring to the debt securities of this issuer, classified as assets available-for-sale; (ii) Euro 13,725,280, for fixed-term deposits; and (iii) Euro 2,437,609 for other short-term applications made in this company.

Costs of Euro 7,693,481 refer mainly to brokerage remuneration payable to this company as Lusitania Vida's main broker, for the sum of Euro 7,570,861, as indicated in Note 9.

Gains of Euro 1,612,209 refer mainly to remuneration for investment contracts and income and gains associated with the debt securities mentioned above, as well as term deposits.

Lusitania Companhia de Seguros, S.A.

The liability of Euro 5,009,929 refers to the sum of Euro 5,000,000 underwriting the subordinated loan issued by the Company and the respective interest still outstanding at the close of the balance sheet, as indicated in Note 29.

Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

The asset of Euro 3,355,300 refers to the holding in this company of Euro 3,280,300 as indicated in Note 19, and to a loan that Lusitania Vida made to its subsidiary for Euro 75,000.

As at 31 December 2015, the sum of assets, liabilities, income and spending referring to trading with related parties is summarised as follows:

RELATED PARTY	Asset	Liability	Costs	Income	Dividends Paid
2015					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5,109,735	121,480	-	-
Caixa Económica Montepio Geral	38,644,709	591,470	4,696,922	2,213,647	-
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	1,384,797	-	-	-	1,796,225
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	857	5,109,921	176,789	550,350	-
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11,665	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130,456	-	13,446	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3,430,300	-	-	122,938	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	33,409	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	7,043	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496,602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5,002	-	-	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	12,249	-	4,530	-	-
TOTAL	44,105,070	10,811,126	5,013,167	2,939,052	1,796,225

33. CONTINGENCY LIABILITIES**Contingency liabilities**

The Company is involved in judicial proceedings in Portugal related to action taken by the Company and against the

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Detalhe adicional sobre os activos, passivos, rendimentos e gastos relativos às operações mais significativas realizadas com partes relacionadas, pode ser apresentado como segue:

Associação Mutualista Montepio Geral

O passivo de Euro 5.009.249 respeita ao montante de Euro 5.000.000 subscrito do empréstimo subordinado emitido pela Companhia e respectivo juro não recebido à data do Balanço, conforme nota 29.

Caixa Económica Montepio Geral

Os activos de Euro 36.240.841 incluem o montante de (i) Euro 20.069.449, relativo a títulos de dívida deste emitente, categorizados como activos disponíveis para venda; (ii) Euro 13.725.280, relativo a depósitos a prazo; e (iii) Euro 2.437.609, relativo a outras aplicações de curto prazo efectuadas nesta entidade.

Os gastos de Euro 7.693.481 respeitam sobretudo às remunerações de mediação atribuídas a esta entidade, enquanto principal mediador da Companhia, no montante de Euro 7.570.861, conforme nota 9.

Os proveitos de Euro 1.612.209 respeitam remunerações de contratos de investimento e aos rendimentos e ganhos associados aos títulos de dívida acima mencionados e a depósitos a prazo.

Lusitania Companhia de Seguros, S.A.

O passivo de Euro 5.009.929 respeita ao montante de Euro 5.000.000 subscrito do empréstimo subordinado emitido pela Companhia e respectivo juro não recebido à data do Balanço, conforme nota 29.

Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

O activo de Euro 3.355.300 refere-se respeita à participação detida nesta Sociedade no valor de Euro 3.280.300 conforme nota 19 e a um empréstimo que a Lusitania Vida concedeu à sua filial no valor de Euro 75.000.

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se da seguinte forma:

PARTE RELACIONADA

(Euro)

	Activo	Passivo	Gastos	Proveitos	Dividendos Pagos
2015					
Associação Mutualista Montepio Geral	-	5.109.735	121.480	-	-
Caixa Económica Montepio Geral	38.644.709	591.470	4.696.922	2.213.647	-
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.	1.384.797	-	-	-	1.796.225
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	857	5.109.921	176.789	550.350	-
Futuro S.G.F.P., S.A.	-	-	-	11.665	-
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	-	13.446	-	-
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.430.300	-	-	122.938	-
N Seguros, S.A.	-	-	-	33.409	-
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	-	-	-	7.043	-
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	-	-	-	-
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	-	-	-	-
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	-	-	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	12.249	-	4.530	-	-
TOTAL	44.105.070	10.811.126	5.013.167	2.939.052	1.796.225

33. PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Company, in cases related to the normal running of its business as an insurance company, employer and tax payer. The final outcome of judicial proceedings underway can be neither estimated nor forecast. However, the Company's Board of Directors is certain, with due reservations, that the outcome of judicial proceedings underway is unlikely to have any adverse material effect on the Company's financial statements.

Guarantees

As at 31 December 2016 there were no bank guarantees

Commitments

The Company has several leasing contracts for vehicles. Payments made under these leasing contracts are recognised in profit and loss during the leasing period. Future minimum payments for non-redeemable operational leasing contracts are the following:

OPERATIONAL LEASING CONTRACTS		(Euro)	
	2016		2015
Number of contracts in force on 31 December	1		1
Global value of contracts	20,141		20,141
Future obligations up to 1 year	5,035		5,035
Future obligations 1 - 5 years	10,071		15,106

34. EXTRA ASSET COMPONENTS

Assets in pension funds managed by the Company are as follows:

PENSIONS FUND		(Euro)		
	Balance at 31-Dec-2016	Balance at 31-Dec-2015	Difference 2016/2015	Difference 2016/2015
Conduril Pensions Fund	8,180,594	8,218,425	(37,831)	-0.5%
ETE Pensions Fund	3,852,369	3,950,460	(98,090)	-2.5%
Lusitania Pensions Fund	6,266,685	6,460,031	(193,346)	-3.0%
Johnson & Johnson Pensions Fund	5,103,848	6,323,001	(1,219,153)	-19.3%
Lusitania Vida Pensions Fund	805,920	2,493,717	(1,687,797)	-67.7%
Lusomedicamenta Pensions Fund	2,846,700	2,780,012	66,688	2.4%
TOTAL	27,056,116	30,225,646	(3,169,530)	-10.5%

35. RISK MANAGEMENT

The aim of risk management is to identify, quantify, qualify and control the different risks the Company's business might face and to adopt management policies and processes to optimise capital and create wealth.

Lusitania Vida has been gradually adopting methods that will identify, quantify, qualify and control the different risks of the Company's business, using management policies and processes.

For risks resulting from insurance contracts, Lusitania Vida has set up within its organisational structure the necessary competencies for decision-making bodies, namely technical skills for underwriting policies, pricing, reinsurance and setting up provisions. The control mechanisms for risks associated with these processes are defined in the company's internal control model and are subject to regular review by the Steering Committee of Lusitania Vida and are monitored and audited.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia de Seguros, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem garantias bancárias.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL

(Euro)

	2016	2015
Número de contratos em vigor em 31 de Dezembro	1	1
Valor global dos contratos	20.141	20.141
Obrigações futuras até 1 ano	5.035	5.035
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	10.071	15.106

34. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

O valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela Companhia é decomposto como segue:

FUNDO DE PENSÕES

(Euro)

	Saldo em 31-Dez-2016	Saldo em 31-Dez-2015	Varição 2016/2015	Varição 2016/2015
Fundo de Pensões Conduril	8.180.594	8.218.425	(37.831)	-0,5%
Fundo de Pensões ETE	3.852.369	3.950.460	(98.090)	-2,5%
Fundo de Pensões Lusitania	6.266.685	6.460.031	(193.346)	-3,0%
Fundo de Pensões Johnson & Johnson	5.103.848	6.323.001	(1.219.153)	-19,3%
Fundo de Pensões Lusitania Vida	805.920	2.493.717	(1.687.797)	-67,7%
Fundo de Pensões Lusomedicamenta	2.846.700	2.780.012	66.688	2,4%
TOTAL	27.056.116	30.225.646	(3.169.530)	-10,5%

35. GESTÃO DOS RISCOS

A gestão de riscos tem como objectivo a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia e adoptar políticas e processos de gestão que permitam otimizar o capital e criar valor.

A Lusitania Vida tem vindo progressivamente a adoptar metodologias que visam a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia, por intermédio de políticas e processos de gestão.

No que concerne aos riscos resultantes de contratos de seguro, a Lusitania Vida tem estabelecido na sua estrutura organizacional as devidas competências relativas aos órgãos de decisão, nomeadamente, competência técnica no que respeita à subscrição de apólices, tarifação, resseguro e provisionamento. Os mecanismos de controlo dos riscos associados a estes processos são definidos no modelo de controlo interno da companhia, são sujeitos a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção da Lusitania Vida e monitorização a cargo da auditoria.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

35.1. SPECIFIC INSURANCE RISKS

Specific insurance risks are those underlying the sale of insurance contracts and are the following:

Mortality risk: risk of rise in real mortality compared with planned mortality;

Longevity risk: risk of fall in real mortality compared with planned mortality;

Expense risk: risk of a rise in expenditure compared with planned expenditure;

Disability risk: risk of a rise in invalidity compared to planned invalidity;

Catastrophic risk: risk of losses in a relevant, unexpected disaster;

Lapse risk: risk of losses in the event of cash-surrender or the unexpected cancellation of insurance contracts.

Lusitania Vida calculates the Embedded Value, in which one of the analyses establishes the following stress tests for insurance contracts:

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2016					
Current portfolio value (FIVB)	11,253,113	109,309	5,097,864	5,906,494	22,366,780
Mortality +15%	222,993	974,340	(390,394)	(4,147,814)	(3,340,875)
Costs +10%	(924,311)	(30,116)	(154,552)	(140,115)	(1,249,094)
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1,591,653	-	133,662	(669,384)	1,055,931
Cash-surrendered/Annulments x 50%	(1,655,010)	-	(226,793)	788,517	(1,093,286)
Interest rate +1%	13,782,789	22,234,890	292,271	(235,886)	36,074,064
Interest rate -1%	(15,769,328)	(24,274,132)	(328,160)	259,227	(40,112,392)

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2015					
Current portfolio value (FIVB)	11,058,577	1,273,893	4,933,253	8,442,428	25,708,152
Mortality +15%	179,121	674,716	(350,247)	(2,402,642)	(1,899,052)
Costs +10%	(583,469)	(42,554)	(118,388)	(84,325)	(828,737)
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1,462,688	-	74,798	(1,497,506)	39,980
Cash-surrendered/Annulments x 50%	(1,534,906)	-	(152,196)	2,115,004	427,902
Interest rate +1%	11,777,004	18,009,042	269,106	(588,279)	29,466,873
Interest rate -1%	(13,623,129)	(15,372,687)	(324,476)	685,345	(28,634,947)

Note: the base assumptions used in 2016 were adjusted against 2015.

The tables above show the value of insurance portfolios, which are the current values of their future profits and the respective impact resulting from the variation in base assumptions, on these same values, using the Market Consistent Embedded Value method, based on values at 31 December 2016. The variation in assumptions consists of applying sensitivity to an interest rate of 1% and the remainder are derived from the standard Solvency II formula.

Adapting premiums and provisions

Insurance premiums are calculated to meet liabilities assumed by the Company, with acquisition and administrative costs included.

Mathematical provisions correspond to the liabilities assumed by the Company at the close of the financial year, with

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

35.1. RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGURO

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são:

Risco de mortalidade: risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de longevidade: risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de despesas: risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;

Risco de invalidez: risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;

Risco catastrófico: risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado;

Risco de descontinuidade: risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada de contratos.

A Companhia calcula o *Embedded Value*, em que uma das análises consiste no apuramento das seguintes sensibilidades relativas aos contratos de seguro:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionais	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2016					
Valor actual da carteira (VIFB)	11.253.113	109.309	5.097.864	5.906.494	22.366.780
Mortalidade +15%	222.993	974.340	(390.394)	(4.147.814)	(3.340.875)
Despesas +10%	(924.311)	(30.116)	(154.552)	(140.115)	(1.249.094)
Resgates/Anulações x 200%	1.591.653	-	133.662	(669.384)	1.055.931
Resgates/Anulações x 50%	(1.655.010)	-	(226.793)	788.517	(1.093.286)
Taxa de rendimento +1%	13.782.789	22.234.890	292.271	(235.886)	36.074.064
Taxa de rendimento -1%	(15.769.328)	(24.274.132)	(328.160)	259.227	(40.112.392)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionais	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2015					
Valor actual da carteira (VIFB)	11.058.577	1.273.893	4.933.253	8.442.428	25.708.152
Mortalidade +15%	179.121	674.716	(350.247)	(2.402.642)	(1.899.052)
Despesas +10%	(583.469)	(42.554)	(118.388)	(84.325)	(828.737)
Resgates/Anulações x 200%	1.462.688	-	74.798	(1.497.506)	39.980
Resgates/Anulações x 50%	(1.534.906)	-	(152.196)	2.115.004	427.902
Taxa de rendimento +1%	11.777.004	18.009.042	269.106	(588.279)	29.466.873
Taxa de rendimento -1%	(13.623.129)	(15.372.687)	(324.476)	685.345	(28.634.947)

Nota: os pressupostos de base utilizados em 2016 sofreram alguns ajustamentos face a 2015

Os quadros acima apresentam os valores das carteiras de seguros - sendo estes os valores actuais dos lucros futuros das mesmas e os respectivos impactos resultantes da variação dos pressupostos de base, nesses mesmos valores, usando a metodologia do *Embedded Value*, com base nos valores a 30 de Dezembro de 2016. A variação dos pressupostos consiste na aplicação da sensibilidade à taxa de juro em 1% e os restantes derivam da fórmula padrão do Solvência II.

Adequação dos prémios e das provisões

Os prémios das modalidades de seguros são apurados de modo a satisfazer as responsabilidades assumidas pela Companhia, estando incluídos nas tarifas os encargos relativos a custos de aquisição e administrativos.

As provisões matemáticas constituídas correspondem às responsabilidades assumidas pela Companhia no fecho do exercício, com total garantida dos compromissos de taxas assumidas para com os tomadores de seguros. As

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

total guarantee of commitment to rates agreed with policyholders. Technical provisions are calculated according to the technical bases of the different products and comply with legal provisions in force.

The claims provision reflects all liabilities for claims costs to be paid by the Company. A provision is added for IBNR, which has always been sufficient to compensate for the value of claims not declared by the close of the financial year.

35.2. FINANCIAL RISKS**a) Market Risk**

Market Risk is the eventual loss due to an adverse change in the value of a financial instrument as a result of a change in interest rates, exchange rates or share prices. It also includes the risk of concentration resulting from the excessive concentration of a specific asset or liability and the spread risk that reflects the probability of bond loans in portfolio falling short.

The Company adopts a cautious, conservative investment policy, investing essentially in fixed rate securities with a high rating and in Euros, and is not significantly exposed to shareholding or property risk. It has no exchange risk and is particularly careful to diversify investments. It closely analyses the interest rates of assets and liabilities that give it coverage, namely through the techniques of Asset Liability Management (ALM), and stress tests are performed on interest rate fluctuations.

b) Credit Risk

Credit Risk arises from the possibility of financial losses occurring as a result of default on the part of the client or counterparty in contractual obligations. Credit risk is essentially present in eventual outstanding payments from brokers and reinsurers. The Company regularly monitors any rating changes of entities in portfolio. Credit to brokers is not material.

c) Liquidity Risk

Liquidity Risk assesses the potential capacity to fund the asset, respecting the liabilities demanded on due dates as well as potential difficulties in settling portfolio positions without incurring significant losses.

To assess all of this the Company analyses the future liquidity flows of assets and liabilities using the ALM model. In this way the adequacy of financial resources is managed to ensure there is no significant risk of defaulting on liabilities.

Quantitative information provided to evaluate the nature and extent of risk resulting from financial instruments for each type of riskMaturities analysis

MATURITIES OF FINANCIAL ASSETS

(Euro)

FINANCIAL ASSETS	MATURITIES					
	Up to 1 year	2 to 5 years	6 to 10 years	Over 10 years	Perpetual	Total
2016						
Financial Assets fair value through profit & loss	-	527,174	1,135,195	2,823,425	547,864	5,033,658
Financial Assets available-for-sale	16,148,365	172,789,463	103,656,559	134,890,164	9,835,513	437,320,064
Investments held to maturity	-	49,540,603	6,973,895	-	-	56,514,498
Cash & equivalent	70,828,977	-	-	-	-	70,828,977
Other debtors in insurance & other operations	2,411,130	-	-	-	-	2,411,130
TOTAL	89,388,472	222,857,240	111,765,649	137,713,589	10,383,377	572,108,327

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

provisões técnicas estão calculadas em conformidade com as bases técnicas dos diferentes produtos e respeitam as disposições normativas em vigor.

A provisão de sinistros reflecte todas as responsabilidades com os custos de sinistros a suportar pela Companhia. Acresce uma provisão para IBNR que tem sido sempre suficiente para compensar o valor de sinistros não avisados até ao fecho dos exercícios.

35.2. RISCOS FINANCEIROS**a) Risco de mercado**

O Risco de Mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. Compreende também o risco de concentração resultante da concentração excessiva de um determinado activo ou passivo e o risco de *spread* que reflecte a da probabilidade de incumprimento dos títulos obrigacionistas em carteira.

A Companhia tem uma política de investimentos prudente e conservadora investindo essencialmente em títulos de taxa fixa de elevado *rating* e denominados em Euro, não tendo significativa exposição ao risco accionista nem ao risco imobiliário, não tendo risco cambial, apostando na diversificação dos investimentos e efectuando uma cuidada análise das taxas de juro dos passivos e dos activos que lhe servem de cobertura, nomeadamente através de técnicas de *Asset Liability Management (ALM)*, efectuando *stress tests* às flutuações de taxa de juro.

b) Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente nas eventuais dívidas a receber de mediadores e de resseguradores. A Companhia acompanha regularmente a evolução dos ratings das entidades em carteira. O crédito aos mediadores não é material.

c) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez avalia a capacidade de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e a existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

Para esta avaliação, a Companhia procede à análise dos fluxos futuros de liquidez dos activos e dos passivos por intermédio do modelo de ALM, adequando os recursos financeiros de modo a minorar o risco de incumprimentos das responsabilidades.

Prestação de informação quantitativa que permite avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de riscoAnálise de maturidades

MATURIDADES DE ACTIVOS FINANCEIROS

(Euro)

ACTIVOS FINANCEIROS	MATURIDADES					Total
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Perpétua	
2016						
AF Justo Valor através de ganhos e perdas	-	527.174	1.135.195	2.823.425	547.864	5.033.658
AF Disponíveis para venda	16.148.365	172.789.463	103.656.559	134.890.164	9.835.513	437.320.064
Investimentos detidos para a maturidade	-	49.540.603	6.973.895	-	-	56.514.498
Disponibilidades e equivalentes	70.828.977	-	-	-	-	70.828.977
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2.411.130	-	-	-	-	2.411.130
TOTAL	89.388.472	222.857.240	111.765.649	137.713.589	10.383.377	572.108.327

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

(Euro)

FINANCIAL ASSETS	MATURITIES					Total
	Up to 1 year	2 to 5 years	6 to 10 years	Over 10 years	Perpetual	
2015						
Financial Assets fair value through profit & loss	-	540,897	-	-	577,936	1,118,833
Financial Assets available-for-sale	53,144,216	165,063,314	99,906,962	105,734,504	7,537,455	431,386,451
Investments held to maturity	10,371,582	38,296,334	17,011,386	-	-	65,679,302
Cash & equivalent	35,018,997	-	-	-	-	35,018,997
Other debtors in insurance & other operations	1,632,590	-	-	-	-	1,632,590
TOTAL	100,167,385	203,900,545	116,918,348	105,734,504	8,115,391	534,836,173

MATURITIES OF FINANCIAL ASSETS AND INVESTMENT CONTRACTS MEASURED WITHIN IFRS4

(Euro)

FINANCIAL LIABILITIES	MATURITIES					Total
	Up to 1 year	2 to 5 years	6 to 10 years	Over 10 years	Perpetual	
2016						
Financial liabilities	103,994,551	135,050,557	141,339,090	760,083	-	381,144,281
Investment contracts measured within IFRS4	6,172,208	31,675,115	13,756,547	18,783,517	-	70,387,387
Other creditors in insurance & other operations	4,124,727	-	-	-	-	4,124,727
TOTAL	114,291,486	166,725,672	155,095,636	19,543,600	-	455,656,395

(Euro)

FINANCIAL LIABILITIES	MATURITIES					Total
	Up to 1 year	2 to 5 years	6 to 10 years	Over 10 years	Perpetual	
2015						
Financial liabilities	117.443.863	123.014.648	95.324.316	-	-	335.782.827
Investment contracts measured within IFRS4	12.584.210	31.362.331	13.730.010	11.216.542	-	68.893.093
Other creditors in insurance & other operations	1.434.342	-	-	-	-	1.434.342
TOTAL	131.462.416	154.376.979	109.054.325	11.216.542	-	406.110.263

Subordinated Liabilities have no fixed timeline as explained in Note 29.

Analysis of geographic concentration of portfolio

In its diversification of the investments portfolio, Lusitania Vida pursues a policy of geographic and sector-based spread for its investments in order to minimise the effects of concentration.

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

MATURITIES	2016		2015	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Germany	527,175	10.4%	540,897	48.3%
Spain	547,864	10.9%	577,936	51.7%
France	1,135,195	22.6%	-	0.0%
Portugal	2,823,424	56.1%	-	0.0%
TOTAL	5,033,658	100.0%	1,118,833	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

ACTIVOS FINANCEIROS	MATURIDADES					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Perpétua	Total
2015						
AF Justo Valor através de ganhos e perdas	-	540.897	-	-	577.936	1.118.833
AF Disponíveis para venda	53.144.216	165.063.314	99.906.962	105.734.504	7.537.455	431.386.451
Investimentos detidos para a maturidade	10.371.582	38.296.334	17.011.386	-	-	65.679.302
Disponibilidades e equivalentes	35.018.997	-	-	-	-	35.018.997
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.632.590	-	-	-	-	1.632.590
TOTAL	100.167.385	203.900.545	116.918.348	105.734.504	8.115.391	534.836.173

MATURIDADES DE PASSIVOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS MENSURADOS NO ÂMBITO DO IFRS4

(Euro)

PASSIVOS FINANCEIROS	MATURIDADES					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Perpétua	Total
2016						
Passivos financeiros	103.994.551	135.050.557	141.339.090	760.083	-	381.144.281
Contratos de investimentos mensurados no âmbito do IFRS4	6.172.208	31.675.115	13.756.547	18.783.517	-	70.387.387
Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.124.727	-	-	-	-	4.124.727
TOTAL	114.291.486	166.725.672	155.095.636	19.543.600	-	455.656.395

(Euro)

PASSIVOS FINANCEIROS	MATURIDADES					
	Até 1 ano	2 a 5 anos	6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Perpétua	Total
2015						
Passivos financeiros	117.443.863	123.014.648	95.324.316	-	-	335.782.827
Contratos de investimentos mensurados no âmbito do IFRS4	12.584.210	31.362.331	13.730.010	11.216.542	-	68.893.093
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.434.342	-	-	-	-	1.434.342
TOTAL	131.462.416	154.376.979	109.054.325	11.216.542	-	406.110.263

Os Passivos Subordinados não têm prazo fixo conforme explicado na Nota 29.

Análise de concentração geográfica da carteira

No que concerne à diversificação da carteira de investimentos, a Lusitania Vida prossegue uma política de dispersão geográfica e sectorial dos seus investimentos de forma a minimizar os efeitos de concentração.

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

MATURIDADES	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	527.175	10,4%	540.897	48,3%
Espanha	547.864	10,9%	577.936	51,7%
França	1.135.195	22,6%	-	0,0%
Portugal	2.823.424	56,1%	-	0,0%
TOTAL	5.033.658	100,0%	1.118.833	100,0%

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

AVAILABLE-FOR-SALE FINANCIAL ASSETS

(Euro)

COUNTRY	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
Germany	30,796,747	7.0%	45,447,534	10.5%
Australia	1,174,016	0.3%	4,748,484	1.1%
Austria	3,879,201	0.9%	9,115,750	2.1%
United States	17,303,434	4.0%	22,067,964	5.1%
Spain	81,478,043	18.6%	55,452,951	12.9%
France	47,345,377	10.8%	43,005,019	10.0%
Great Britain	31,719,137	7.3%	35,140,494	8.1%
The Netherlands	33,518,139	7.7%	71,545,412	16.6%
Ireland	1,537,498	0.4%	3,640,335	0.8%
Italy	35,097,454	8.0%	25,258,472	5.9%
Luxembourg	1,673,183	0.4%	1,477,953	0.3%
Portugal	147,477,625	33.7%	110,098,386	25.5%
Switzerland	2,524,374	0.6%	2,633,911	0.6%
Supra-nationals	1,795,836	0.4%	1,753,786	0.4%
TOTAL	437,320,064	100.0%	431,386,451	100.0%

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

COUNTRY	2016				2015			
	Book Value	%	Market Value	%	Book Value	%	Market Value	%
Portugal	56,514,498	100.0%	65,954,354	100.0%	65,679,302	100.0%	79,134,911	100.0%
TOTAL	56,514,498	100.0%	65,954,354	100.0%	65,679,302	100.0%	79,134,911	100.0%

We believe there is no high concentration in any of the countries in which Lusitania Vida has financial assets. Furthermore, the overwhelming majority of its investments are in OECD countries.

Analysis of portfolio concentration per sector

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

SECTOR	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
Banking	527,174	10.4%	540,897	48.3%
Financial services	547,864	10.9%	577,936	51.7%
Electric power	2,823,425	56.1%	-	0.0%
Retail Food Products	1,135,195	22.6%	-	0.0%
TOTAL	5,033,658	100.0%	1,118,833	100.0%

AVAILABLE-FOR-SALE FINANCIAL ASSETS

(Euro)

SECTOR	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
Automobile	1,101,117	0.3%	8,433,037	2.0%
Banking	101,105,049	23.1%	112,961,967	26.2%
Trade and Services	22,990,488	5.3%	7,829,280	1.8%
Public Debt	201,315,244	46.0%	168,923,818	39.2%
Energy	58,259,224	13.3%	69,219,781	16.0%
Pharmaceuticals and Chemistry	9,952,733	2.3%	16,803,844	3.9%
Property & Financial Investments	947,675	0.2%	929,950	0.2%
Financial Services	23,671,708	5.4%	26,339,578	6.1%
Insurance	4,138,264	0.9%	6,439,611	1.5%
Supra-nationals	1,795,836	0.4%	1,753,787	0.4%
Transport and Communication	12,042,726	2.8%	11,751,798	2.7%
TOTAL	437,320,064	100.0%	431,386,451	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

PAÍS	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	30.796.747	7,0%	45.447.534	10,5%
Austrália	1.174.016	0,3%	4.748.484	1,1%
Áustria	3.879.201	0,9%	9.115.750	2,1%
Estados Unidos	17.303.434	4,0%	22.067.964	5,1%
Espanha	81.478.043	18,6%	55.452.951	12,9%
França	47.345.377	10,8%	43.005.019	10,0%
Grã-Bretanha	31.719.137	7,3%	35.140.494	8,1%
Holanda	33.518.139	7,7%	71.545.412	16,6%
Irlanda	1.537.498	0,4%	3.640.335	0,8%
Itália	35.097.454	8,0%	25.258.472	5,9%
Luxemburgo	1.673.183	0,4%	1.477.953	0,3%
Portugal	147.477.625	33,7%	110.098.386	25,5%
Suíça	2.524.374	0,6%	2.633.911	0,6%
Supra-nacionais	1.795.836	0,4%	1.753.786	0,4%
TOTAL	437.320.064	100,0%	431.386.451	100,0%

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

PAÍS	2016				2015			
	Valor de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valor de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Portugal	56.514.498	100,0%	65.954.354	100,0%	65.679.302	100,0%	79.134.911	100,0%
TOTAL	56.514.498	100,0%	65.954.354	100,0%	65.679.302	100,0%	79.134.911	100,0%

Pensamos não existir uma concentração elevada em nenhum dos países, dos quais a Lusitania Vida tem activos financeiros, assinalando, também, que a esmagadora maioria dos seus investimentos são efectuados em estados pertencentes à OCDE.

Análise de concentração sectorial da carteira

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

SECTOR	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Banca	527.174	10,4%	540.897	48,3%
Serviços Financeiros	547.864	10,9%	577.936	51,7%
Energia Eléctrica	2.823.425	56,1%	-	0,0%
Retalho Produtos Alimentares	1.135.195	22,6%	-	0,0%
TOTAL	5.033.658	100,0%	1.118.833	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

SECTOR	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Automóvel	1.101.117	0,3%	8.433.037	2,0%
Banca	101.105.049	23,1%	112.961.967	26,2%
Comércio e Serviços	22.990.488	5,3%	7.829.280	1,8%
Dívida Pública	201.315.244	46,0%	168.923.818	39,2%
Energia	58.259.224	13,3%	69.219.781	16,0%
Farmacêutica e Química	9.952.733	2,3%	16.803.844	3,9%
FIM e FIL	947.675	0,2%	929.950	0,2%
Serviços Financeiros	23.671.708	5,4%	26.339.578	6,1%
Seguros	4.138.264	0,9%	6.439.611	1,5%
Supra-nacionais	1.795.836	0,4%	1.753.787	0,4%
Transportes e Comunicações	12.042.726	2,8%	11.751.798	2,7%
TOTAL	437.320.064	100,0%	431.386.451	100,0%

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Banking with 22.6% (2015: 26.2%) and Public Debt with 45.4% (2015: 39.2%) continue to be the sectors that predominate in the Company's portfolio, with 68.0% (2015: 65.4%) of total available-for-sale financial assets.

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

SECTOR	2016				2015			
	Book Value	%	Market Value	%	Book Value	%	Market Value	%
Banking	5,217,047	9.2%	6,382,942	9.7%	8,005,356	12.2%	9,607,930	12.1%
Trade and Services	3,394,930	6.0%	4,126,088	6.3%	7,442,976	11.3%	7,801,400	9.9%
Public Debt	47,902,521	84.8%	55,445,324	84.1%	39,072,935	59.5%	48,708,205	61.6%
Transport and Communication	-	0.0%	-	0.0%	11,158,035	17.0%	13,017,376	16.4%
TOTAL	56,514,498	100.0%	65,954,354	100.0%	65,679,302	100.0%	79,134,911	100.0%

Investments held to maturity also recorded a concentration in Public Debt of 84.8% (2015: 59.5%) and Banking of 9.2% (2015: 12.2%) out of the balance for these securities.

Credit risk analysis

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

DESCRIPTION	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
BBB	527,175	10.5%	540,897	48.3%
BB	1,683,058	33.4%	577,936	51.7%
B	2,823,425	56.1%	-	0.0%
TOTAL	5,033,658	100.0%	1,118,833	100.0%

AVAILABLE-FOR-SALE FINANCIAL ASSETS

(Euro)

DESCRIPTION	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
AAA	26,519,204	6.1%	31,829,229	7.4%
AA	36,808,720	8.4%	56,823,243	13.2%
A	41,766,675	9.6%	55,748,286	12.9%
BBB	174,568,165	39.9%	145,408,355	33.7%
BB	100,777,007	23.0%	96,722,006	22.4%
B	11,054,456	2.5%	20,773,964	4.8%
Shares/Investment Units	2,938,238	0.7%	3,641,770	0.8%
NR	42,887,599	9.8%	20,439,598	4.7%
TOTAL	437,320,064	100.0%	431,386,451	98.6%

Lusitania Vida prefers Standard & Poor's as its principal rating agency for ex-ante and ex-post analysis of risks associated with securities in portfolio.

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

DESCRIPTION	2016				2015			
	Book Value	%	Market Value	%	Book Value	%	Market Value	%
BBB	5,217,047	9.2%	6,382,941	9.7%	15,448,332	23.5%	17,409,330	22.0%
BB	51,297,451	90.8%	59,571,413	90.3%	50,230,970	76.5%	61,725,581	78.0%
TOTAL	56,514,498	100.0%	65,954,354	100.0%	65,679,302	100.0%	79,134,911	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Banca com 22,6% (2015: 26,2%) e a Dívida Pública com 45,4% (2015: 39,2%) continuam a ser os sectores mais representativos na carteira da Companhia, com 68,0% (2015: 65,4%) do peso total dos activos financeiros disponíveis para venda.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

SECTOR	2016				2015			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Banca	5.217.047	9,2%	6.382.942	9,7%	8.005.356	12,2%	9.607.930	12,1%
Comércio e Serviços	3.394.930	6,0%	4.126.088	6,3%	7.442.976	11,3%	7.801.400	9,9%
Dívida Pública	47.902.521	84,8%	55.445.324	84,1%	39.072.935	59,5%	48.708.205	61,6%
Transportes e comunicações	-	0,0%	-	0,0%	11.158.035	17,0%	13.017.376	16,4%
TOTAL	56.514.498	100,0%	65.954.354	100,0%	65.679.302	100,0%	79.134.911	100,0%

Também nos investimentos detidos até à maturidade se regista uma concentração em Dívida Pública com 84,8% (2015: 59,5%) e Banca com 9,2% (2015: 12,2%) do valor de balanço destes títulos.

Análise de risco de crédito

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

DESCRITIVO	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
BBB	527.175	10,5%	540.897	48,3%
BB	1.683.058	33,4%	577.936	51,7%
B	2.823.425	56,1%	-	0,0%
TOTAL	5.033.658	100,0%	1.118.833	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

DESCRITIVO	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AAA	26.519.204	6,1%	31.829.229	7,4%
AA	36.808.720	8,4%	56.823.243	13,2%
A	41.766.675	9,6%	55.748.286	12,9%
BBB	174.568.165	39,9%	145.408.355	33,7%
BB	100.777.007	23,0%	96.722.006	22,4%
B	11.054.456	2,5%	20.773.964	4,8%
Acções/UP'S	2.938.238	0,7%	3.641.770	0,8%
NR	42.887.599	9,8%	20.439.598	4,7%
TOTAL	437.320.064	100,0%	431.386.451	98,6%

A Lusitania Vida privilegia a Standard & Poor's como principal agência para análise ex-ante e ex-post dos riscos associados aos títulos em carteira.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

DESCRITIVO	2016				2015			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
BBB	5.217.047	9,2%	6.382.941	9,7%	15.448.332	23,5%	17.409.330	22,0%
BB	51.297.451	90,8%	59.571.413	90,3%	50.230.970	76,5%	61.725.581	78,0%
TOTAL	56.514.498	100,0%	65.954.354	100,0%	65.679.302	100,0%	79.134.911	100,0%

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Other Financial Assets

CASH AND EQUIVALENTS

(Euro)

DESCRIPTION	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
AA	11,016,203	15.6%	0	0.0%
A	8,000,394	11.3%	0	0.0%
BBB	19,063,493	26.9%	7,009,271	20.0%
BB	0	0.0%	2,295,820	6.6%
B	18,493,519	26.1%	19,635,763	56.1%
NR	14,255,368	20.1%	6,078,142	17.4%
TOTAL	70,828,977	100.0%	35,018,996	100.0%

RE-INSURANCE BALANCES

(Euro)

DESCRIPTION	2016		2015	
	Book Value	%	Book Value	%
AA	3,545,837	27.7%	1,485,059	13.2%
A	9,232,456	72.3%	2,195,983	19.5%
BB	0	0.0%	7,563,619	67.3%
TOTAL	12,778,293	100.0%	11,244,661	100.0%

Lusitania Vida is not exposed to exchange risk through its investment portfolio, all investments being in Euro.

The risk analysis on shares and investment units in portfolio is based on impairment tests, on daily monitoring of the respective listings and other relevant information that may suggest impairment.

SENSITIVITY ANALYSES

The Company's financial investments are applied in fixed income securities sensitive to changes in the time structure of interest rates. The impact on equity is reflected through the Revaluation Reserve, practically in its entirety, because the impact resulting from assets that suffer a change in fair value reflected in Profit and Loss is insignificant.

IMPACT ON EQUITY

(Euro)

INTEREST RATE RISK	2016	2015
100 bps increase in interest rate curve	(30,214,420)	(27,511,878)
100 bps decrease in interest rate curve	34,614,072	30,227,868

35.3. OTHER RISKS

Operational Risk covers the possibility of losses due to a failure to pursue internal procedures, or due to the performance of individuals or information systems, or even occurrences external to the Company.

Operational risk management is, from its very nature, decentralised throughout the structure of the organisation. The Company has adopted principles and best practices to guarantee efficient operational risk management, defined in "Organisational Structure", and implemented internal control mechanisms such as business continuity plans to cover the failure of the information system or anti-fraud procedures. This risk is controlled and minimised using the Company's internal control model that is reviewed regularly by the Steering Committee and monitored by Internal Auditing.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros Activos Financeiros

DISPONIBILIDADES E EQUIVALENTES

(Euro)

DESCRITIVO	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AA	11.016.203	15,6%	0	0,0%
A	8.000.394	11,3%	0	0,0%
BBB	19.063.493	26,9%	7.009.271	20,0%
BB	0	0,0%	2.295.820	6,6%
B	18.493.519	26,1%	19.635.763	56,1%
NR	14.255.368	20,1%	6.078.142	17,4%
TOTAL	70.828.977	100,0%	35.018.996	100,0%

SALDOS DE RESSEGURO

(Euro)

DESCRITIVO	2016		2015	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AA	3.545.837	27,7%	1.485.059	13,2%
A	9.232.456	72,3%	2.195.983	19,5%
BB	0	0,0%	7.563.619	67,3%
TOTAL	12.778.293	100,0%	11.244.661	100,0%

A Lusitania Vida não se encontra exposta a risco cambial dos investimentos em carteira, sendo todos eles denominados em Euro.

Relativamente às acções e unidades de participação em carteira, a análise de risco é baseada nos testes de imparidade efectuados, pelo acompanhamento diário das respectivas cotações e outras informações importantes que possam indiciar situações de imparidade.

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

Os investimentos financeiros da Companhia são aplicados em títulos de rendimento fixo que são sensíveis a alterações da estrutura temporal das taxas de juro. O impacto nos capitais próprios é reflectido através da Reserva de Reavaliação, praticamente na sua totalidade, já que o impacto resultante dos activos cuja alteração do justo valor é reflectida em Ganhos e Perdas é insignificante.

IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Euro)

RISCO DE TAXA DE JURO	2016	2015
Aumento 100 bps na curva de taxa de juro	(30.214.420)	(27.511.878)
Diminuição 100 bps na curva de taxa de juro	34.614.072	30.227.868

35.3. OUTROS RISCOS

O Risco Operacional traduz-se, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

A gestão do risco operacional é, pelas suas próprias características, descentralizada em toda a estrutura da instituição. A Companhia tem adoptado um conjunto de princípios e melhores práticas que pretendem garantir uma gestão eficiente do risco operacional, definida na “Estrutura Organizacional” e na implementação de mecanismos de controlo interno, nomeadamente em planos de continuidade de negócio em caso de avaria no

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

In preparing for Solvency II, particularly within the framework of ORSA (Own Risk and Solvency Assessment) defined for Pillar II of this regime, Lusitania Vida implemented an instrument to calculate the capital required to underpin the three-yearly financial plan and, at the same time, manage it. In addition, Lusitania Vida is finalising implementation of the calculation and reporting model under Pillars I and III of the same regime.

36. SOLVENCY

As laid down in legislation in force, for each financial year Insurers are required to have non-committed assets (solvency margin) and a sum of minimum capital.

With the publication of Law 147/2015 of 9 September, EC Directive 2009/138, of 25 November 2009, of the European Parliament (Solvency Directive II), later completed by EU Delegated Regulation n° 2015/35 of the Commission of 30 September 2015, was transposed to national legislation. With this legislation in place the Solvency II regime came into force for Insurers from 1 January 2016, providing for a transitional period for insurers to attain a solvency (SCR) level of 100% by the end of 2017 and the long term application of transitional measures, established in Enabling Standard 6/2005, of 17 December of the ASF.

The new solvency regulations introduce more severe criteria to the calculation of the solvability ratio, with a view to better adaptation of the Company's capital to risks assumed. The main objective of this change is to enhance assets/liabilities based on economic principles and risk assessment adopting a more realistic and wide-reaching approach, which on the one hand introduces more volatility to the capital requirement of companies, and, on the other, is more demanding of their capital management.

37. FAIR VALUE

Fair value is based on market values, when available. When these are not available, fair value can be estimated using internal models, usually based on discounted cash flow models, for this purpose using the interest rate effect without the added risk of spread due to the issuer.

The principal methods and assumptions that Lusitania Vida uses to determine the fair value of assets and liabilities are the following:

Cash and Bank Deposits

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance is a reasonable estimate of their fair value.

Financial assets at fair value through profit and loss and available-for-sale financial assets

These financial instruments are recorded at fair value, which is usually based on market values if available. Should they not be available fair value is estimated using internal models, usually based on discounted cash flow models, for this purpose using the interest rate without the added risk of spread due to the issuer.

In the case of non-listed shares, historical cost values are used, whenever no market values are available to support their listed price or their fair value cannot be estimated reliably.

Debtors and creditors in direct, re-insurance or other operations

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance under these different headings at the close of the accounts balance is a reasonable estimate of their fair value.

Investments held to maturity

These financial assets are recorded at amortised costs net of impairment. The fair value is based on market prices, whenever these are available. Should these not exist, fair value is calculated based on the use of numerical models, based on cash flow discount techniques which, to estimate fair value, use market interest rates adjusted by associated factors, mainly credit and liquidity risk, determined according to market conditions and respective time frames.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

sistema informático e em procedimentos de combate à fraude. Este risco é controlado e minimizado por intermédio do modelo de controlo interno da Companhia, que é sujeito a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção e monitorizado pela Auditoria Interna.

Para a preparação da solvência II, particularmente no âmbito do ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*) definido para o Pilar II deste regime, a Lusitania Vida implementou uma ferramenta que efectua o cálculo do capital exigido na base de um orçamento trianual e, em simultâneo, fazer a gestão do mesmo. Adicionalmente, a Lusitania Vida está a finalizar o projecto de implementação do modelo de cálculo e reporte no âmbito dos Pilares I e III do mesmo regime.

36. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as Seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um capital mínimo.

Com a publicação da Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro foi transposta para o normativo jurídico nacional a Directiva 2009/138/CE de 25 de Novembro de 2009 do Parlamento Europeu (Directiva Solvência II), posteriormente completada pelo Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35 da Comissão de 30 de Setembro de 2015. Com este conjunto normativo, entrou em vigor o regime de Solvência II para as Seguradoras a partir do dia 01 de Janeiro de 2016, o qual prevê um período transitório para as seguradoras atingirem o nível de solvência (SCR) de 100% até ao final de 2017 e a aplicação a longo prazo de medidas transitórias, estabelecidas na Norma Regulamentar 6/2015, de 17 de Dezembro, da ASF.

A novas regras de solvência introduzem critérios mais severos para o cálculo do rácio de solvabilidade, visando melhorar a adequação do capital das Companhia aos riscos assumidos. O principal objectivo desta mudança é a valorização do activo/passivo com base em princípios económicos e a avaliação dos riscos de uma forma mais realista e abrangente, o que por um lado, introduz maior volatilidade nos requisitos de capital das Companhias, e por outro, uma maior exigência na gestão do capital das mesmas.

37. JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Lusitania Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de desconto de fluxos de caixa, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do prémio de risco atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

Financial liabilities

These financial liabilities are recorded at amortised cost. Bearing in mind that these are short term liabilities, a reasonable estimate of their fair value is the balance of the different headings on the closing date of the balance sheet.

Other financial liabilities

These financial liabilities are recorded at amortised cost. Fair value is calculated based on the use of numerical models, based on cash flow discount techniques which, to estimate fair value, use market interest rates adjusted by associated factors, mainly credit and liquidity risk, determined according to market conditions and respective fixed time frames.

Financial assets and liabilities at amortised cost are as follows:

FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES AT AMORTISED COST

(Euro)

	Levels	2016		2015	
		Fair Value	Book Value	Fair Value	Book Value
Cash & reserves in banks	1	5,943,988	5,943,988	20,661,980	20,661,980
Applications in banks	1	64,884,989	64,884,989	14,357,017	14,357,017
Investments held to maturity	1	65,954,354	56,514,498	79,134,911	65,679,302
Other financial assets at amortised cost	3	2,411,130	2,411,130	1,632,590	1,632,590
		139,194,460	129,754,604	115,786,497	102,330,888
Financial liabilities	3	413,035,058	381,144,281	373,372,126	335,782,827
Subordinated liabilities	3	3,627,000	10,000,000	5,918,000	10,000,000
Deposits received from re-insurers	3	9,571,764	9,571,764	8,894,445	8,894,445
Other financial liabilities at amortised cost	3	4,124,727	4,124,727	1,434,342	1,434,342
TOTAL		430,358,550	404,840,773	389,618,913	356,111,614

As stipulated in IFRS 13, available-for-sale financial assets may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued according to values obtained from listed markets or supplied by “providers”;

Level 2 - valued using evaluation models, supported by observable market fluctuations;

Level 3 - valued using evaluation models, the fluctuations of which are not supported by market evidence, but which have a significant weight in the valuation amount.

38. SUBSEQUENT EVENTS

Bearing in mind the provision in IAS 10, up to the time these financial statements were approved for release, no subsequent events were identified that imply additional adjustments or disclosures.

39. ACCOUNTING STANDARDS AND RECENTLY ISSUED INTERPRETATIONS

Recently issued accounting standards and interpretations that have come into force and that the Company applied in preparing its financial statements, are as follows:

IAS 19 (Amended) - Defined Benefit Schemes: Employee contribution

Issued by IASB on 21 November 2013, with effective retrospective application on or after 1 July 2014. This amendment was adopted by European Commission Regulation 29/2015 of 17 December 2014 (defining the latest date for entry into force as the start of the financial year beginning on or after 1 February 2015).

This amendment clarifies the guideline when dealing with contributions made by employees or by third parties, associated with services demanding that the party attributes such contributions as stipulated in paragraph 70 of

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Investimentos detidos até à maturidade

Estes activos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. Tendo em conta que se tratam de passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Outros passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. O justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado podem ser apresentados como segue:

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

(Euro)

	Níveis	2016		2015	
		Justo Valor	Valores de Balanço	Justo Valor	Valores de Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	5.943.988	5.943.988	20.661.980	20.661.980
Aplicações em instituições de crédito	1	64.884.989	64.884.989	14.357.017	14.357.017
Investimentos detidos até à maturidade	1	65.954.354	56.514.498	79.134.911	65.679.302
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	2.411.130	2.411.130	1.632.590	1.632.590
		139.194.460	129.754.604	115.786.497	102.330.888
Passivos financeiros	3	413.035.058	381.144.281	373.372.126	335.782.827
Passivos subordinados	3	3.627.000	10.000.000	5.918.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	3	9.571.764	9.571.764	8.894.445	8.894.445
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	4.124.727	4.124.727	1.434.342	1.434.342
TOTAL		430.358.550	404.840.773	389.618.913	356.111.614

De acordo com o IFRS 13, os activos financeiros disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por “providers”;

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo as mesmas um peso significativo na valorização obtida.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto no IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

39. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

IAS 19 (2011). Therefore, such contributions are attributed using the contribution formula for the scheme or on a linear basis.

The amendment makes the process less complicated by introducing a simple way for the entity to recognise contributions made by employees or by third parties, associated with the service regardless of the number of years of service (for example, a percentage of salary), as a reduction in the cost of services in the time the service was provided.

The Company suffered no impact from applying this amendment in its financial statements.

Improvements to IFRS (2010-2012)

Annual improvements to the 2010-2012 cycle, issued by IASB on 12 December 2013, introduce amendments, with effective date of application on or after 1 July 2014 to standards IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 and IAS 38. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 28/2015, of 17 December 2014 (entry into force being determined, at the latest, from the date of the start of the first financial year that begins on or after 1 February 2015).

IFRS 2 - DEFINITION OF VESTING

The amendment clarifies the definition of vesting contained in Appendix A of IFRS 2 - Share-Based Payment, separating the definition of “performance condition” and “service condition” from the target condition, making the description of each condition clearer.

IFRS 3 - ACCOUNTING FOR A CONTINGENT CONSIDERATION WITHIN THE CONTEXT OF BUSINESS COMBINATIONS

The aim of the amendment is to clarify certain aspects of accounting for a contingent consideration within the context of business combinations, namely classification of a contingent consideration, bearing in mind whether this contingent consideration is a financial instrument or a non-financial asset or liability.

IFRS 8 - AGGREGATIONS OF OPERATING SEGMENTS AND RECONCILIATION BETWEEN THE TOTAL ASSETS OF REPORTABLE SEGMENTS AND THE COMPANY'S ASSETS

The amendment clarifies the aggregation criteria and demands that an entity disclose the factors used to identify reportable segments, when the operating segment has been aggregated. To achieve internal consistency, reconciliation of total reportable segment assets for the total assets of an entity should be disclosed when such amounts are provided regularly to the chief operations decision maker.

IFRS 13 - SHORT TERM ACCOUNTS RECEIVABLE OR PAYABLE

IASB amended the bases of conclusion to clarify that, in eliminating AG 79 of IAS 39, its aim was not to eliminate the need to determine the current value of a receivable or payable account in the short term, the invoice for which had been issued without interest, even when the effect is immaterial. However, paragraph 8 of IAS 8 already allows an entity to refrain from applying accounting policies defined in IFRS if their impact is immaterial.

IAS 16 AND IAS 38 - REVALUATION MODEL - PROPORTIONAL ADJUSTMENT OF ACCUMULATED DEPRECIATION OR AMORTISATION

To clarify the calculation of accumulated depreciation or amortisation, on the date of revaluation, IASB amended paragraph 35 of IAS 16 and paragraph 80 of IAS 38 to the effect that: (i) determining accumulated depreciation (or amortisation) does not depend on the selected valuation technique; and (ii) accumulated depreciation (or amortisation) is calculated on the difference between the gross amount and the net accounting value.

IAS 24 - TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES – SERVICES OF KEY MANAGEMENT PERSONNEL

To clear up some concern about identifying the cost of the service provided by key management personnel (KMP) when these services are provided by an entity (for example, the managing entity in investment funds), IASB clarified that disclosures of amounts incurred by KMP services supplied by a separate management entity should be disclosed, but the

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IAS 19 (Alterada) - Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 - DEFINIÇÃO DE CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO (VESTING)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 - CONTABILIZAÇÃO DE UMA CONSIDERAÇÃO CONTINGENTE NO ÂMBITO DE UMA CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 - AGREGAÇÃO DE SEGMENTOS OPERACIONAIS E RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS ACTIVOS DOS SEGMENTOS REPORTÁVEIS E OS ACTIVOS DA EMPRESA.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 - CONTAS A RECEBER OU PAGAR DE CURTO PRAZO

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

breakdown described in paragraph 7 does not have to be provided.

The Company suffered no impact from applying this amendment in its financial statements.

Improvements to IFRS (2012-2014)

Annual improvements to the 2012-2014 cycle, issued by IASB on 25 September 2014, introduced amendments, with effective date of application for periods beginning on or after 1 July 2016, to standards IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 and IAS 34. These amendments were adopted by European Commission Regulation 2343/2015, of 15 December 2015.

IFRS 5 - NON-CURRENT ASSETS HELD FOR SALE AND DISCONTINUED OPERATIONS – AMENDMENTS TO DISPOSAL METHOD

Amendments to IFRS 5 clarify that should an asset (or disposal group) be reclassified directly from “held for sale” to “held for distribution to owners” (or vice versa), then the change in classification is considered to be a continuation of the original disposal plan. In this case, no profit or loss will be recorded in the financial statement or the comprehensive income statement.

IFRS 7 - FINANCIAL INSTRUMENTS: DISCLOSURES: SERVICE CONTRACTS

Amendments to IFRS 7 clarify - adding the guidance of additional application - when service contracts cover continued involvement for the purposes of applying the disclosure requirements of paragraph 42 C of IFRS 7.

IFRS 7 - FINANCIAL INSTRUMENTS: DISCLOSURES: APPLICABILITY OF AMENDMENTS TO IFRS 7 IN COMPENSATING FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES FOR CONDENSED INTERIM FINANCIAL STATEMENTS

This amendment clarifies that the requirement of additional disclosures introduced in December 2011 by amendments to IFRS 7 - compensation for financial assets and liabilities - are not necessary in interim periods after the year of their initial application, unless IAS 34 “Interim Financial Report” demands these disclosures.

IAS 19 - EMPLOYEE BENEFITS: DISCOUNT RATE: REGIONAL MARKET ISSUE

Amendments to IAS 19 clarify that high quality corporate bonds used to estimate the discount rate should take account of the same currency in which benefits will be paid. Consequently, the depth of the market for high quality corporate securities should be assessed according to currency and not country. If there is no stock market, the market rate of government bonds issued in this currency should be used.

IAS 34 - INTERIM FINANCIAL REPORTING: DISCLOSURE OF INFORMATION “ELSEWHERE IN THE INTERIM FINANCIAL REPORT”

The amendments clarify that “other disclosures” required by paragraph 16A of IAS 34 should be disclosed either in interim financial statements or incorporated by cross-referencing interim financial statements with some other document (such as management comments or a risk report) available to users of financial statements in the same terms as interim financial statements, and at the same time.

Amendments to IAS 34 also clarify that if users of financial statements do not have access to this information, including by cross-referencing, in the same conditions and at the same time, the interim financial report is incomplete.

The Company suffered no impact from applying this amendment in its financial statements.

IAS 27 - EQUITY METHOD IN SEPARATE FINANCIAL STATEMENTS

The IASB issued on 12 August 2014 amendments to IAS 27, to take effect on or after 1 January 2016, to introduce the option to measure subsidiaries, associates or joint ventures using the equity method in separate financial statements.

These amendments were adopted by European Commission Regulation 2441/2015 of 18 December 2015.

The Company did not adopt this option in its separate accounts.

Exception to consolidation (amendments to IFRS 10, IFRS 12 and IAS 28)

On 18 December 2014, IASB issued amendments, to become applicable on or after 1 January 2016, to IFRS 10, IFRS

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IAS 16 e IAS 38 - MODELO DE REVALORIZAÇÃO - REFORMULAÇÃO PROPORCIONAL DA DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - SERVIÇOS DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

IFRS 5 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS: ALTERAÇÕES NO MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: DIVULGAÇÕES: CONTRATOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS: DIVULGAÇÕES: APLICABILIDADE DAS EMENDAS À IFRS 7 NA COMPENSAÇÃO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PARA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES CONDENSADAS

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS: TAXA DE DESCONTO: EMISSÃO MERCADO REGIONAL

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

12 and IAS 28, *Investment Entities: Application of consolidation exception allowing investment entities to become exempt from consolidation providing certain requirements are met.*

These amendments were adopted by European Commission Regulation 1703/2016 of 22 September 2016.

These amendments do not apply to the Company.

Other amendments

The following amendments were also issued by the IASB in 2014, to be applied on or after 1 January 2016:

AMENDMENTS TO IAS 16 AND IAS 41: *Live plants for agricultural production (“Bearer Plants”)* (issued on 30 June and adopted by European Commission Regulation 2113/2015 of 23 November);

AMENDMENTS TO IAS 16 AND IAS 38: *Clarification of methods approved for depreciation and amortisation* (issued on 12 May and adopted by European Commission Regulation 2231/2015 of 2 December);

AMENDMENTS TO IFRS 11: *Account entry of acquisition of interests in joint ventures* (issued on 6 May and adopted by European Commission Regulation 2173/2015 of 24 November).

AMENDMENTS TO IAS 1: *Disclosures Initiative* (issued on 18 December and adopted by European Commission Regulation 2406/2015 of 18 December).

There was no impact on the Company’s financial statements from the application of these amendments.

The Company opted not to make early application of these amendments in its financial statements.

The Company opted not to make early application of the following standards and/or interpretations adopted by the European Union.

IFRS 9 - Financial Instruments (issued in 2009 and amended in 2010, 2013 and 2014)

IFRS 9 was adopted by European Commission Regulation 2067/2016 of 22 November 2016 (defining entry into force at the latest on the date of the start of the first financial year beginning on or after 1 January 2018).

IFRS 9 (2009) introduced new requirements for the classification and measurement of financial assets. IFRS 9 (2010) introduced additional requirements for financial liabilities. IFRS 9 (2013) introduced covering methodology. IFRS 9 (2014) introduced amendments limited to classification and measurement contained in IFRS 9 and new requirements to deal with impaired financial assets.

The requirements of IFRS 9 represent a significant change to the current requirements provided in IAS 39 regarding financial assets. The standard contains three categories for measuring financial assets: amortised cost, fair value through other comprehensive income (OCI) and fair value through profit and loss. A financial asset is measured at amortised cost if it is held within a business model whose objective is to hold financial assets to collect contractual cash flows and the terms of its cash flows give rise to returns, on specified dates, to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding. If the debt instrument is held within a business model that collects the instrument’s contractual cash flows and that sells financial assets, measurement will be at fair value through other comprehensive income (OCI), income from interest continuing to affect results.

For an investment in equity capital instruments not held for trading, the standard permits irrevocable selection, in initial recognition, on an individual basis for each share, fair value changes being made in OCI. No amount recognised in OCI will be reclassified to profit and loss at any future date. However, dividends arising from such investments are recognised in profit and loss and not in OCI, unless they clearly represent a partial recovery in investment cost.

In remaining situations, whether financial assets are held within a trading business model or other instruments that are not just for the purpose of receiving interest, amortisation and capital, fair value is measured through profit and loss.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IAS 34 - RELATO FINANCEIRO INTERCALAR: DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES “EM OUTRAS PARTES DO RELATÓRIO FINANCEIRO INTERCALAR”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Companhia não adoptou nas suas contas separadas esta opção.

Excepção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de Dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de Setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Companhia.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

ALTERAÇÕES à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);

ALTERAÇÕES à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);

ALTERAÇÕES à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).

ALTERAÇÕES à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

In this situation investments in equity instruments are also included, for which no change is made to fair value in OCI, and they are measured at fair value with changes recognised in profit and loss.

The standard demands that built-in derivatives in contracts, the base contract of which is a financial asset, covered by the application scope of the standard, shall not be separated; on the contrary, the hybrid financial instrument is fully assessed, and if built-in derivatives are detected, they must be measured at fair value through profit and loss..

The standard eliminates the categories currently in IAS 39 for “held to maturity”, “available-for-sale” and “accounts receivable and payable”.

IFRS 9 (2010) introduces a new requirement applicable to financial liabilities designated at fair value, by choice, and then demands that the component of change in fair value attributed to the credit risk of the entity be separated and shown in OCI, and not in profit and loss. With the exception of this change, IFRS 9 (2010), as a whole, transposes the guidelines and measurement provided in IAS 39 for financial liabilities, without any substantial changes.

IFRS 9 (2013) introduced new requirements for hedge accounting to align this more closely with risk management. The requirements also establish more attention to the principles of hedge accounting, resolving some weak points in the hedge model of IAS 39.

IFRS 9 (2014) establishes a new impairment model based on “expected losses” that will replace the current model based on “incurred losses” as in IAS 39.

This will mean that the occurrence of a loss no longer has to be verified prior to constituting an impairment. This new model aims to speed up recognition of losses using impairment applicable to debt instruments held, measurement of which is at amortised cost or at fair value offset in OCI.

Should the credit risk of a financial asset not have increased significantly since its initial recognition, the financial asset will generate an accumulated impairment equal to the expected loss estimated to occur within the following 12 months.

Should the credit risk increase significantly, the financial asset will generate an accumulated impairment equal to the expected loss estimated to occur by the respective maturity, consequently increasing the amount of impairment recognised.

Once the occurrence of a loss is verified (known as “objective proof of impairment”), the accumulated impairment is allocated directly to the instrument in question, and given the same accounting treatment as provided in IAS 39, including treatment of the respective interest.

IFRS 9 will be applicable on or after 1 January 2018.

AMENDMENTS TO IFRS 4: Application of IFRS 9: Financial Instruments with IFRS 4: Insurance Contracts (issued on 12 September 2016) allows the insurer, complying with certain specific criteria, to adopt a temporary exception to IFRS 9 and continue to apply IAS 39 up to 1 January 2021.

The Company began the process of assessing the impact of this standard. Given the nature of the Company’s business, it is likely that this standard could have a relevant impact on the Company’s Financial Statements.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers

On 28 May 2014, IASB issued IFRS 15 - Revenue from contracts with customers. IFRS 15 was adopted by European Commission Regulation 1905/2016 of 22 September 2016, with application obligatory on or after 1 January 2018.

Its early adoption is permitted. This standard revokes standards IAS 11 - Construction Contracts, IAS 18 - Revenue, IFRIC 13 Customer Loyalty Programmes, IFRIC 15 - Agreements for the Construction of Real Estate, IFRIC 18 - Transfers of Assets from Customers and SIC 31 Revenue - Barter Transactions Involving Advertising Services.

IFRS 15 provides a model based on five steps of analysis to determine the amount of the revenue and when it should

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

be recognised. The model specifies that the revenue should be recognised when an entity transfers goods or services to the customer, measured according to the amount that the entity expects to have the right to receive. Depending on compliance with some criteria, revenue is recognised:

- At the precise moment when control of goods and services is transferred to the customer; or
- Throughout the period, to the extent it reflects the performance of the entity.

The Company is still assessing the impact of adopting this standard.

Standards, amendments and interpretations issued but not yet applied to the Company

IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts

The IASB issued on 30 January 2014 a standard that defines provisional measures for those that adopt IFRS for the first time and trade in a rate regulated business. The European Commission decided against adopting this interim measure and will wait for the final standard.

This standard does not apply to the Company.

IFRIC 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

On 8 December 2016 interpretation IFRIC 22 was issued with an obligatory application date of on or after 1 January 2018.

The new IFRIC 22 defines that when there are advances in foreign currency for acquiring shares, paying costs or generating income, in applying paragraphs 21 to 22 of IAS 21, the transaction date for the purpose of determining the exchange rate to use in recognising assets, costs or inherent income (or part of it) is the date on which the entity initially recognises the non-monetary asset or liability resulting from the payment or receipt of the advance in foreign currency (or if there are multiple advances, the rates in force on each advance).

The Company does not expect significant changes to occur in adopting this interpretation.

IFRS 16 - Leasing

On 13 January 2016, IASB issued IFRS 16 - Leasing, with obligatory application on or after 1 January 2019. Its early adoption is allowed providing that IFRS 15 is also adopted. This standard revokes IAS 17 - Leasing. IFRS 16 removes the classification of leasing as either operational or financial, and deals with both types as financial.

Short term leasing (less than 12 months) and leasing of low value assets (such as personal computers) are exempt from the requirements of this standard.

The Company foresees no impact in applying this standard.

Other amendments

The IASB also issued:

- On 19 January 2016, and applicable on or after 1 January 2017, amendments to IAS 12 to clarify the requirement to recognise deferred tax assets for unrealised losses to resolve diversity in practice.
- On 29 January 2016, and applicable on or after 1 January 2017, amendments to IAS 7, disclosure initiative, requiring companies to provide information on changes in their financial liabilities, providing information to help investors understand the indebtedness of companies.
- On 20 June 2016, and applicable on or after 1 January 2018, amendments to IFRS 2 - Classification and Measurement of Transactions with share-based payments.
- On 8 December 2016 and applicable on or after 1 January 2018, amendments to IAS 40 - Transfer of investment properties, clarifying when the entity should transfer properties in construction or development, from, or to, investment

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

ALTERAÇÕES à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de Setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma excepção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de Janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 14 - Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adopção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

EXPLANATORY NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS, AND AN INTEGRAL PART OF THE SAME

properties when a change is made to the use of such properties with justification provided (apart from what is listed in paragraph 57 of IAS 40).

- Annual improvements in the 2014-2016 cycle, issued by IASB on 8 December 2016 introduce amendments, to apply on or after 1 July 2018 to standards IFRS 1 (elimination of short term exception for first time IFRS applicants) and IAS 28 (measurement of an association or joint venture at fair value) applicable on or after 1 January 2017 to IFRS 12 (clarification on scope of application of standard).*

The Company does not foresee any impact from applying these amendments in its financial statements.

NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IFRIC 22 - Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de activos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do activo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adopção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 - Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efectiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REPORT AND OPINION OF THE SUPERVISORY BOARD

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

**RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

No cumprimento das suas competências legais, o Conselho Fiscal vem apresentar o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., elaborados pelo Conselho de Administração.

Relatório

1. O Conselho tem presente o esforço adicional que exigiu a entrada em vigor do Solvência II em 1 de Janeiro de 2016, quer na acção do Conselho de Administração, quer no seu próprio âmbito, quer ainda por parte da Auditora, KPMG;

2. Em 2016 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, que se desenvolveu num contexto de fraco crescimento económico, em que o mercado segurador nacional global apresentou uma quebra de 14,4% e de 23,3% no Ramo Vida, enquanto a Lusitania Vida conseguiu um crescimento de 17%, destacando-se assim das suas congéneres;

3. O exercício de 2016 fica marcado por ser o ano em que a Lusitania Vida celebra o seu 30.º exercício de atividade. A excelência do seu desempenho foi premiada pelos clientes que demonstraram o seu grau de satisfação pela qualidade dos serviços prestados, com uma percentagem de renovação dos contratos superior a 90%. O aumento dos prémios processados (162,2 milhões de euros) impulsionaram a Lusitania Vida para a 8ª posição do *ranking* das seguradoras Vida a operar em Portugal, com uma subida de quatro posições. De destacar ainda que no exercício de 2016 a Lusitania Vida cumpre integralmente os novos requisitos e rácios de cobertura exigidos pelo Solvência II. Em 31.12.2016 a Taxa de Cobertura era de 149,2%.

4. No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.

5. Após o encerramento do exercício apreciámos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório, a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2016 e as Demonstrações de Ganhos e Perdas, de Fluxos de Caixa, de Alterações do Capital Próprio e do Rendimento Integral do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas.

6. Dando cumprimento à exigência contida na legislação aplicável, o Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG Associados, SROC, S.A., a sua Confirmação de Independência, comunicando ainda todos os serviços prestados à Lusitania Vida. Esta declaração descreve ainda os procedimentos adoptados com vista a monitorizar, de forma permanente e rigorosa, todos os serviços prestados aos seus clientes, os quais contemplam a autorização do órgão de fiscalização quando se inicia a prestação de um novo serviço.

7. O Conselho Fiscal recebeu também, da KPMG Associados, SROC, S.A., a Certificação Legal de Contas a qual contempla um relato desenvolvido sobre a auditoria das demonstrações financeiras e elencando as matérias relevantes da auditoria realizada. Como matérias relevantes foi dada ênfase à mensuração dos Instrumentos Financeiros e Provisões Técnicas e responsabilidades relativas a Contratos de Investimento, dado o grau de materialidade destas rubricas do balanço.

**REPORT AND OPINION
OF THE SUPERVISORY
BOARD**

Pursuant to its legal duties the Supervisory Board hereby submits its audit report and its opinion on the Report and Financial Statements for the 2016 financial year of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. , prepared by the Board of Directors.

Report

1. The Supervisory Board is aware of the added effort demanded of the Board of Directors, the Supervisory Board itself and the Auditor, KPMG, in bringing Solvency II into force on 1 January 2016;

2. In 2016 The Supervisory Board observed Company management within a context of weak economic growth, in which the global national insurance market fell 14.4% and the Life Sector 23.3%, while Lusitania Vida achieved a growth of 17%, distinguishing itself from similar companies;

3. The 2016 financial year marked the 30th. anniversary of Lusitania Vida's business activities. Clients have rewarded the excellence of the company's performance in expressing their satisfaction with the quality of service by returning a contract renewal percentage of over 90%. The increase in premiums (162.2 million euros) drove Lusitania Vida into 8th. position in the ranking of life insurers trading in Portugal, a rise of four positions. 2016 also saw Lusitania Vida fully meet the new requirements and coverage ratios demanded by Solvency II. On 31.12.2016 the Coverage Rate was 149.2%.

4. The Supervisory Board is pleased to note that it has always been able to count on the co-operation of the Board of Directors and the company's services to provide the information required for the task of auditing.

5. After year end we assessed accounting documents, including the Report, Statement of Financial Position as at 31 December 2016 and the Statements of Profit and Loss, Cash Flow, Changes to Equity and Comprehensive Income for the financial year ending on that date, as well as the corresponding Explanatory Notes.

6. Pursuant to the demand in applicable legislation, the Supervisory Board duly received from KPMG Associados, SROC, S.A., its Confirmation of Independence, and notification of all services provided to Lusitania Vida. This statement also describes the procedures adopted for the constant, strict monitoring of all services provided to clients, which cover authorisation from the control body whenever a new service is to be provided.

7. The Supervisory Board also received from KPMG Associados, SROC, S.A., the Legal Ratification of Accounts that includes an audit report on financial statements and a description of materials relevant to the audit performed. Among the relevant materials emphasis was laid on measurement of Financial Instruments and Technical Provisions and liabilities for Investment Contracts, given the degree of materiality of these headings on the balance sheet.

8. The Supervisory Board also received from KPMG Associados, SROC, S.A., the Additional Report to which Article 24 of Law 148/2015 of 9 September refers, the fundamental issues of which, arising from the legal accounts review, were widely discussed at the meeting held on the premises of Lusitania Vida on 20 March 2017.

9. As a result of its work, the Supervisory Board considers that the Report, the Financial Statements and the respective Explanatory Notes comply with applicable legal

8. O Conselho Fiscal recebeu ainda, da KPMG Associados, SROC, S.A., o Relatório Adicional a que se refere o Artigo 24º da Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro, cujas questões fundamentais decorrentes da revisão legal de contas, foram amplamente debatidas na reunião realizada nas instalações da Lusitania Vida, em 20 de Março de 2017.

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

10. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento manifestado, no seu Relatório, às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores da Instituição.

Parecer

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório e Demonstrações Financeiras da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., referentes a 31 de Dezembro de 2016, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., relativas ao exercício de 2016;

b) A Proposta de Aplicação de Resultados constante no referido Relatório, que contempla um dividendo de 1,75 euros por acção e o reforço da Reserva Livre no montante de 1.165.268,26 euros;

c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 20 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL

António Francisco Espinho Romão

PRESIDENTE

Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

VOGAL

Armindo Marques Matias

VOGAL

and statutory provisions, provide an adequate understanding of the company's financial situation, results produced, cash flows, changes to equity and comprehensive income for the financial year ending at 31 December 2016.

10. The Supervisory Board joins the Board of Directors in the recognition expressed in its Report of the different entities mentioned, the members of other governing bodies and the Company's employees.

Opinion

Given the above report, the Supervisory Board agrees with the Report and Financial Statements of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. as at 31 December 2016, and is of the opinion that the General Meeting approve:

- a) The Report of the Board of Directors and the Accounts of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., for the 2016 financial year;
- b) The Proposed Distribution of Profits in the same Report, including a dividend of 1.75 euros per share and an increase in Free Reserve of 1,165,268.26 euros;
- c) Congratulations due to the Board of Directors for the efficient way they have performed their duties, and to all Employees for their dedication to their work.

Lisbon, 20 March 2017

THE SUPERVISORY BOARD

António Francisco Espinho Romão

CHAIRMAN

Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

MEMBER

Armindo Marques Matias

MEMBER

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 603.638.378 euros e um total de capital próprio de 63.622.735 euros, incluindo um resultado líquido de 2.850.298 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem de Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” baixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

AUDIT REPORT ON FINANCIAL STATEMENTS

Opinion

We have audited the attached financial statements of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (the Company), consisting of the Balance Sheet as at 31 December 2016, which shows a total of 603,638,378 euros and a total equity capital of 63,622,735 euros, including a net profit of 2,850,298 euros), and the statements of account, comprehensive income, changes in profit and loss, cash flows for the financial year ending on that date, and the attached notes to the financial statements that include a summary of significant accounting policies.

In our opinion the financial statements attached present a true and appropriate view, in all material aspects, of the financial position of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., as at 31 December 2016, and of its financial performance and cash flows in the year then ending, in agreement with accounting principles generally approved in Portugal for the insurance sector and established by the insurance and pensions funds authority (Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões - ASF).

Bases for opinion

Our audit was done according to International Standards on Auditing (ISA) and other technical and ethical standards and guidelines of the order of official auditors (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas). Our responsibilities within these standards are described in the section below "Auditors' Responsibilities for auditing financial statements". We are independent of the Company, as laid down by law, and we comply with all ethical requirements in the terms of the ethical code of the Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

We are convinced that the proof of auditing we received is sufficient and appropriate for providing a basis for our opinion.

Relevant auditing materials

Relevant auditing materials are what, in our professional opinion, are of most importance for auditing the financial statements of the current year.

These materials were considered within the context of auditing the financial statements as a whole, and in forming our opinion, and we are not issuing a separate opinion on these materials.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 437.320.064 euros e 5.033.658, respectivamente, conforme notas anexas 20 e 21 às demonstrações financeiras.

O risco

As carteiras de activos financeiros acima referidas representam cerca de 73% do activo da entidade a 31 de Dezembro de 2016.

A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2 a) do Anexo às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor conforme detalhado na nota 3 anexa às demonstrações financeiras.

O Justo valor para a maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de investimentos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de *price providers* conforme referido na nota 3 anexa às demonstrações financeiras as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os procedimentos de auditoria, entre outros, foram:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de investimentos.
- Teste à valorização da carteira de investimentos, com vista a ferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas de imparidade.
- Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2016, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, ascendem a 131.031.095 euros e 381.144.281 euros, respectivamente, e representam, cerca de 24% e 71% do Passivo à mesma data.

O risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e com contratos de investimento tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado nas notas 2 b) e 3 do Anexo às demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões técnicas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico.

Adicionalmente, efectuámos testes os quais compreenderam, entre outros: (i) avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades; (ii) análise da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento; (iii) análise da adequação das provisões para sinistros; (iv) análise da adequação da provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto.

Measuring financial instruments (including recognition of impairment)

On 31 December 2016, portfolios of available-for-sale financial assets and financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss totalled 437,320,064 euros and 5,033,658 respectively, as in notes 20 and 21 attached to the financial statements.

The risk

The financial asset portfolios referred to above represent around 73% of the Company's assets as at 31 December 2016.

These assets were measured at fair value in agreement with the respective accounting policy detailed in note 2 a) attached to the financial statements. In regard to available-for-sale assets, the Company determines there is impairment when there is a continued devaluation or a significant value in their fair value, as detailed in note 3 attached to the financial statements.

Fair value for most assets included in the respective investments portfolio is determined directly with reference to an official asset market or through price providers. As indicated in note 3 attached to the financial statements, assessments are obtained through market prices or assessment models that require the use of certain assumptions or opinions to estimate fair value.

Our response to the risk identified

Auditing procedures, among others, were:

- Assessment of design and implementation of principal controls applied by the Company in measuring its investments portfolio.
- Testing the value of the investments portfolio with a view to checking the reasonability of the fair value recognised by the Company.
- Tests to assess eventual losses through impairment.
- Assessment of disclosures made by the Company according to applicable accounting standards.

Technical provisions and liabilities for investment contracts

On 31 December 2016, Technical Provisions and Liabilities for investment contracts rose to 131,031,095 euros and 381,144,281 euros respectively, and represent around 24% and 71% respectively of Liabilities on the same date.

The risk

On each report date the Company assesses the adequacy of its liabilities for technical provisions and investment contracts based on recognised actuarial methods recognised in the terms of applicable legislation in force.

This is an area that involves a significant degree of judgement on the part of the Company's administration on future uncertain results, namely (i) the total estimated value of long term liabilities with policy-holders (which depends on a wide range of economic and business assumptions used as inputs to estimate these long term liabilities) and, (ii) the future expected income of investment portfolios allocated to cover these liabilities, as referred to in notes 2 b) and 3 of the Attachments to the financial statements. Alternative methodologies and the use of different assumptions and estimates may lead to a different level of technical provisions and liabilities associated with investment contracts.

Our response to the risk identified

Our auditing procedures include, among other things, an assessment of the design and implementation of the Company's principal key controls in its policy for technical provisioning.

In addition, we did tests that covered, among other things: (i) an assessment of the adequacy of assumptions used in determining liabilities; (ii) an analysis of the adequacy of mathematical provisions and liabilities associated with investment contracts; (iii) an analysis of the adequacy of claims provisions; (iv) an analysis of the adequacy of the provision for profit sharing, attributed or to be attributed, bearing in mind what is agreed in the contractual conditions of each product.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Responsibilities of the management body and the auditing body for the financial statements

The management body is responsible for:

- preparing financial statements that are a true and appropriate demonstration of the Company's financial position, its financial performance and cash flows, according to accounting principles generally approved in Portugal for the insurance sector, established by the ASF;
- preparing the management report according to applicable legal and regulatory terms;
- creating and maintaining an appropriate internal control system able to prepare financial statements free of any material distortion due to fraud or error;
- adopting accounting policies and criteria appropriate to the circumstances; and,
- assessing the Company's capacity to maintain its continuity, disclosing, when applicable, matters that could give rise to significant doubts as to the continuity of the business.

The controlling body is responsible for supervising the preparation and disclosure of the Company's financial information.

Auditor's responsibilities for auditing the financial statements

Our responsibility is to establish with reasonable certainty that the financial statements as a whole are free of material distortions due to fraud or error, and to issue a report giving our opinion. Reasonable certainty is a high degree of certainty but is not a guarantee that auditing done according to ISA will always detect material distortion when there is any. Distortions may originate in fraud or error and are considered to be material when, in isolation or together, it can be reasonably expected that they may have an influence on the economic decisions made by users based on these financial statements.

As part of auditing done according to ISA, we make professional decisions and maintain an attitude of professional scepticism while auditing and also:

- we identify and assess the risks of material distortion in financial statements, due to fraud or error, we design and execute auditing procedures that respond to these risks, and we get auditing proof that is sufficient and appropriate on which to base our opinion. The risk of not detecting a material distortion due to fraud is greater than the risk of not detecting a material distortion due to error, given that fraud may involve collusion, false reporting, intentional omissions, misstatements or override of internal control;
- we get an understanding of internal control relevant for auditing with a view to designing auditing procedures that are appropriate in the circumstances, but not to express an opinion on the efficacy of the Company's internal control;
- we assess the adequacy of accounting policies used and the reasonability of accounting estimates and the respective disclosures made by the managing body;
- we decide on the appropriateness of the use made by the managing body of the assumption of continuity and, based on auditing proof, whether there is any material

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias

uncertainty related to events or conditions that could give rise to significant doubts as to the Company's capacity to continue its business activities. If we conclude that there is a material uncertainty, we should draw attention in our report to related disclosures included in the financial statements or, if these disclosures are not adequate, change our opinion. Our conclusions are based on auditing proof obtained up to the date of our report. However, future events or conditions may lead to the Company discontinuing its business activities.

- *we assess the presentation, structure and global content of the financial statements, including disclosures, and whether these financial statements represent underlying transactions and events to the extent required for an appropriate presentation;*
- *we communicate with those responsible for governance, including the supervisory body, on, among other things, the scope and the planned schedule for auditing and significant conclusions drawn from auditing including any significant defects in internal control detected during auditing.*
- *of the issues we report to those responsible for governance, including supervision, we determine which are the most important in auditing the financial statements for the current year and which are the most relevant matters for auditing. We describe these issues in our report, except when legislation or regulations prohibit their public disclosure;*
- *we declare to the supervisory body that we have complied with relevant ethical requirements regarding independence and we notify supervision of all relationships and other issues that could be perceived as threats to our independence and, when applicable, the respective safeguards.*

Our responsibility also includes verifying that the information in the management report agrees with that in the financial statements.

REPORT ON OTHER LEGAL AND REGULATORY REQUIREMENTS

On the management report

Pursuant to article 451, n.º 3, indent e) of the Commercial Company Code, it is our opinion that the management report was prepared according to applicable legal and regulatory requirements in force, the information in the report agrees with the financial statements audited and, taking into account our understanding and appraisal of the Company, we have identified no material errors.

On the additional elements provided in article 10 of EU Regulation 537/2014

Pursuant to article 10 of EU Regulation 537/1024 of the European Parliament and Council, of 16 April 2014, and apart from the relevant auditing issues, we report the following:

- *We were appointed auditors to the Company for the first time at the shareholders' general meeting held on 27 March 2012 for a mandate lasting from 2012 to 2015.*

relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Março de 2012 para um mandato compreendido entre 2012 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 31 de Março de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião da auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 20 de Março de 2017

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A. (N.º 189)

Representada por: ANA CRISTINA SOARES VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

We were elected at the shareholders' meeting held on 31 March 2016 for a second mandate from 2016 to 2019.

- Management confirmed that it has no knowledge of any fraud occurring, or the suspicion of fraud with a material effect on the financial statements. In planning and executing our audit according to ISA we maintain an attitude of professional scepticism and we design auditing procedures to respond to the possibility of material distortion in the financial statements due to fraud. As a result of our work we did not detect any material distortion in the financial statements due to fraud.*
- We confirm that the opinion expressed in the audit report that we issue is consistent with the additional report that we prepared and delivered to the Company's Supervisory Board on 20 March 2017.*
- We hereby declare that we have provided no services prohibited in the terms of article 77, n.º 8, of the statutes of the Ordem dos Revisores Oficiais de Contas and that we have been independent of the Company while conducting the audit.*

Lisbon, 20 March 2017

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (N.º 189)

Represented by: ANA CRISTINA SOARES VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

Tradução para língua inglesa

English Translation

Sheilah S. Cardno

Coordenação e Produção Gráfica

Graphic Coordination and Production

Pepe, Imagem e Comunicação, Lda.

Impressão

Printing

Guide, Artes Gráficas, Lda.

Julho 2017

LISBON IN THE SIXTEENTH CENTURY

View of Rua Nova dos Mercadores:

*Rua Nova dos Ferros with the corner
of Largo do Pelourinho Velho (1570-1619)*

Unknown Flemish artist

*London, Kelmscott Manor Collection,
The Society of Antiquaries of London*

Following the maritime voyages and Portuguese expansion overseas, at the start of the sixteenth century Lisbon became the centre of a trading empire that linked the city to the African Continent, and to India, China, Japan and Brazil.

Portuguese navigation put an end to the medieval concept of the universe.

The illustration shown here is one of the three known images of Lisbon during this period and it was the focal point in the recent exhibition "The Global City - Lisbon in the Renaissance" organised by the Museu Nacional de Arte Antiga (National Museum of Ancient Art).

Attributed to a Flemish artist, the painting gives us a partial view of the south side of Rua Nova dos Ferros where the "Insurance House" operated, later destroyed with its whole collection of documents in the 1755 earthquake.

"Although not a great master, the painter seeks a form of realism and precision more typical of Netherlandish and German painting than that of the south of Europe. His palette is subdued, and his range of colors arcs from black to brown to beige to white with occasional splashes of contrasting red. The manner on which he depicts the slightly grey-blue sky and wispy clouds is again northern in feel.

The flying birds are almost a signature of contemporary Netherlandish landscapes, and provide a greater sense of depth and perspective.

The smoke rising out of chimneys and the heavy cloaks worn by the people in (by the people in Rua Nova, 1) subtly reveal the time of year, probably between November and February. The long shadows cast on the ground towards the west indicate the time of day, approximately between 11 am and 2 pm, but it is likely sometime before lunch as the shops and offices under the arcade are open. ..."

*From "Picturing global Lisbon"
Annemarie Jordan Gschwend*

With thanks to:

Dr. António Filipe Pimentel, distinguished Director
of the Nacional Museum of Acien Art
Bridgeman Images

LISBOA NO SÉC. XVI

Vista da Rua Nova dos Mercadores:
Rua Nova dos Ferros com a esquina
do Largo do Pelourinho Velho (1570-1619)
Autor Flamengo desconhecido
Londres, Kelmscott Manor Collection,
The Society of Antiquaries of London

Consequência da Expansão Portuguesa no mundo através das viagens marítimas, Lisboa tornou-se, no início do Séc. XVI o centro de um Império Comercial que ligou à cidade o Continente Africano, a Índia, a China, o Japão e o Brasil.

As navegações lusitanas haviam posto termo ao conceito medieval do Universo.

A ilustração reproduzida é uma das três representações conhecidas da cidade de Lisboa neste período da história e figurou como peça central na recente exposição "A Cidade Global - Lisboa no Renascimento" levada a efeito pelo Museu Nacional de Arte Antiga.

Atribuída a artista flamengo, tem a particularidade de nos dar uma imagem parcial do lado sul da Rua Nova dos Ferros onde funcionou a "Casa dos Seguros" que veio a ser destruída com todo o seu acervo documental no terramoto de 1755.

"Embora não fosse grande mestre, o pintor procura uma forma de realismo e precisão mais típica da pintura dos Países Baixos e da Alemanha do que da do Sul da Europa: paleta ténue, com as cores dos arcos indo do preto ao castanho, do bege ao branco com pontuais pinceladas de um vermelho contrastante. São também características nórdicas a maneira de pintar o céu, num azul acinzentado, as nuvens finas e os pássaros a esvoaçar, uma quase assinatura das paisagens dos Países Baixos do mesmo período, que criam uma maior sensação de profundidade e perspectiva. Na Rua Nova I, o fumo a sair das chaminés e as capas pesadas vestidas pelas personagens revelam-nos subtilmente a época do ano, provavelmente entre Novembro e Fevereiro. As sombras longas projectadas no solo em direcção a oeste sugerem a hora do dia, aproximadamente entre as 11 da manhã e as 2 da tarde.

Mas, encontrando-se abertas as lojas e as casas de trabalho sob as arcadas, é provável que a cena ocorresse um pouco antes da hora do almoço..."

(Excerto do texto de Annemarie Jordan Gschwend in catálogo da citada exposição)



Agradecimentos:

Dr. António Filipe Pimentel, ilustre Director
do Museu Nacional de Arte Antiga
Bridgeman Images